



Notícia Bibliográfica e Histórica



Ano XXXVIII
Jan. Jun. 2006
Nº 200

Centro de
Ciências Humanas

Faculdade de História

PUC

CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Bruno Gamberini

Reitor

Prof. Pe. Wilson Denadai

Vice-Reitora

Profª Ângela de Mendonça Engelbrecht

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Germano Rigacci Júnior

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª Vera Engler Cury

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

Pró-Reitor de Administração

Prof. Marco Antonio Carnio

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do Centro

Prof. Pe. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

Diretor-Adjunto

Prof. André Nicolau Heinemann Filho

Diretor de História

Prof. João Miguel Teixeira de Godoy

EDITOR/EDITOR

Prof. Odilon Nogueira de Matos

EDITOR ASSOCIADO/ASSOCIATE EDITOR

Prof. João Miguel Teixeira de Godoy

CONSELHO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD SCIENTIFIC

- Prof. Artur José Renda Vitorino - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Ivone Cecília D'Avila Gallo e Batalha - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. João Miguel Teixeira de Godoy - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Lília Inês Zanotti de Medrano - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Elciene Azevedo - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Alex Degan - FH - CCH - PUC-Campinas
Profª Rosângela Ferreira Leite - FH - CCH - PUC-Campinas
Prof. Paulo Roberto Teixeira de Godoy - UNESP - RIO CLARO
Prof. Jéferson Cano - IEL - UNICAMP
Prof. José Luiz Bendicho Beired - UNESP - ASSIS

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Editor

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Editor Associado

JOÃO MIGUEL TEIXEIRA DE GODOY

ANO XXXVIII - Nº 200

ISSN-0101-4919

JANEIRO-JUNHO DE 2006

SUMÁRIO

Editorial	3
HOMENAGEM AO PROF. ODILON NOGUEIRA DE MATOS	
Uma Notícia que vi nascer	5
Luiz Tomaz Pompeu Teixeira Mendes	
Mestre Odilon	9
José Sebastião Witer.	
Tributo ao meu professor preferido	13
João Ribeiro Junior	
Odilon Nogueira de Matos: uma fecunda existência	15
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.	
Odilon: evocações e instigações	19
Célio Debes.	
As ligações do mestre Odilon com Campinas	25
Duílio Battistoni Filho.	

UMA NOTÍCIA QUE VI NASCER

Luiz Tomaz Pompeu Teixeira MENDES*

Em meados da década de 1960 o cenário político brasileiro apresentava-se cada vez mais conturbado, especialmente com o recrudescimento da repressão física e ideológica promovida pelos militares e pequenos segmentos da sociedade brasileira, além da censura aos órgãos de imprensa e forte controle nos ambientes intelectuais.

Apesar da falsa idéia que muitos podem construir, a cidade de Campinas, no interior paulista, não se mostrava como um ambiente isento e protegido dessa caça às bruxas. Nesse mesmo cenário, toda a inquietação acadêmica podia ser sentida no curso de História da então Universidade Católica. Um professor chamava a atenção dos alunos recém ingressos na instituição, Odilon Nogueira de Matos, responsável pela disciplina de *Introdução aos Estudos Históricos*. Era uma época diferenciada, quando os alunos universitários realmente liam os livros indicados, como os de Jean Glénisson, entre outros, e não apenas cópias de capítulos. O professor Odilon costumava disponibilizar artigos recém escritos e livros de sua “bibliotequinha”, assim chamada carinhosamente por ele, para que seus alunos pudessem lê-los e discuti-los em aula. Foi ele, desde o vestibular, o responsável pelo primeiro contato com um “novo mundo” que nos descortinava.

Cabe aqui uma nota digna de crédito. Faz algum tempo que todo o acervo de sua magnífica biblioteca foi doado de forma desprendida para a própria universidade, ampliando-se assim o volume de possíveis “agraciados”. Não se trata de uma atitude única, visto serem comuns os acervos biblioteconômicos privados disponíveis em centros universitários ou de fomento à pesquisa, mas em um universo de poucos leitores, com bibliotecas sucateadas, uma atitude como essa só poderia vir de

alguém cujo espírito professoral de socialização do conhecimento fosse colocado sempre como prioritário.

Um sujeito inquietante. Formado em engenharia pela Politécnica da Universidade de São Paulo, com especialização em engenharia ferroviária na Alemanha, entregou o diploma de presente aos pais e passou a dedicar-se em tempo integral à História, formando-se na mesma universidade (USP). Foi lecionar História no antigo ensino secundário, indo logo depois para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, como assistente convidado pelo professor Alfredo Ellis Junior, na cadeira de *História da Civilização Brasileira*. Por certo anteviu nele o grande mestre que por décadas contribuiu decisivamente para a formação intelectual e profissional de gerações de professores.

Formado em História e Geografia, circulava de maneira eficiente por esses dois mundos, hoje tidos como tão diferentes e competitivos, mas que na época de sua graduação complementavam-se com muito menos arrogância e muito mais coleguismo, preservando as peculiaridades de cada uma das ciências.

Tratava-se de um professor militante em tempo integral, dedicando-se tanto aos seus alunos como para as instituições em que estava vinculado.

Em pouco tempo tornou-se um dos professores mais cativantes dos cursos de História tanto da USP como da Faculdade de Filosofia (a FaFi) da UCC, atual PUC-Camp, estabelecendo um relacionamento muito próximo com seus alunos, mesmo quando ainda não se falava em “alunos protagonistas” ou estabelecimento de “contratos pedagógicos”.

Em Campinas, tornou-se o responsável pelas cadeiras de *História Ibérica* e toda a *História do Brasil*,

* Ex-aluno do Curso de História da PUC-Campinas.

sendo ele o responsável pela formação de grandes historiadores. Para essa última, contava com a colaboração intelectual e afetiva de duas assistentes: Maria Lúcia de S. R. Ricci para a área social, e Maria Helena Degane Rocha para os debates econômicos. Ambas em perfeita sintonia com a sua orientação, tendo como objetivo único o crescimento e enriquecimento intelectual, que muito bem souberam aproveitar.

Tinha o hábito de reunir-se com os estudantes mais próximos para discutir a organização de seminários, palestras, encontros acadêmicos, tratando-os com a superioridade de um mestre, mas respeitando-os como futuros colegas de profissão.

Lembro-me de tê-lo conhecido ainda durante as provas do vestibular de seleção (tão diferente de hoje em dia). Tratava-se de uma entrevista do candidato por uma banca examinadora. Enquanto aguardava minha vez fui surpreendido por um pedido de empréstimo de meu isqueiro vindo de um dos membros da banca, o próprio Odilon. Iniciava-se aí uma amizade profícua e duradoura.

Durante a graduação costumávamos sair todas as quintas e sextas-feiras após as aulas para jantar e “jogar conversa fora”, de forma conseqüente, fazendo sempre uma análise do tempo que estávamos vivendo e de como poderíamos contribuir para não agravar a situação de nossa vida universitária, sem no entanto abdicarmos de nossas convicções políticas e ideológicas. Homem de visão larga, antevia que os “tempos trevosos” não durariam muito, em que pese os 20 anos de regime autoritário.

Foi em um desses encontros absolutamente informais, “regado” a muito suco de laranja, pizza, um lanche de lombo acebolado e água com gás no Gionvanetti, que o professor Odilon discutia a necessidade de criação de um espaço onde novas idéias pudessem circular “livremente”, publicadas sob a forma de uma revista acadêmica. A intenção era produzir uma publicação sistematizada, tratando dos mais variados temas de interesse dos estudos históricos. Como fazê-la? Para quem? O por quê? Essas eram suas inquietações e seus grandes motivadores. As idéias iam surgindo durante as conversas e muitas delas acabavam por reforçar a necessidade dessa mesma publicação.

Ele já havia feito vários ensaios, porém nada sistematizado, nem quanto à produção nem quanto à circulação. Sua vontade e empenho eram tantos que até mesmo um esboço de boneco já tinha sido por ele elaborado e foi apresentado ao dileto círculo de “escudeiros”, do qual tive o privilégio de poder participar durante anos.

Nascia assim a *Notícia Bibliográfica e Histórica*, de sua inteira responsabilidade e custeio, em março de 1969. Fiquei com o primeiro exemplar do primeiro número, recém saído da gráfica em São Paulo, com direito a dedicatória e tudo o mais. Afinal de contas, fui eu, juntamente com Odilon, que descarregamos os pacotes do carro.

Tornei-me efetivamente aquilo que Peter Burke chama de *testemunha ocular*, com todos os possíveis méritos, mas também com toda a dificuldade analítica oriunda da proximidade e afeição ao tema. Lidar com a reconstrução da memória é sempre algo delicado, e porque não dizer, perigoso, especialmente em uma sociedade letrada. O tom do testemunho de quem presencia o fato vem sempre envolto em uma bruma de “verdades” que devem ser cuidadosamente ponderadas pelo leitor.

Estive presente em toda a gestação da *Notícia*, desde seu estado mais embrionário. Vi seu nascimento. Durante aquelas reuniões, ninguém imaginava a criação de uma publicação que durasse por tantos anos, com o mesmo vigor de seus primórdios e mesmo tendo todo empenho de seu idealizador, bem como pudesse ocupar um lugar de tanto prestígio e destaque no cenário acadêmico.

Foram 8 números logo no primeiro ano, distribuídos gratuitamente aos alunos (essa política foi mantida por ele até quando deu). Com uma periodicidade mensal, tinha o intuito de levar ao estudante de História subsídios básicos para o seu desenvolvimento intelectual e profissional. Muito devem aqueles que tiveram o privilégio de, como alunos, conviver durante quatro anos com o mestre que procurava sempre marcar sua presença indelével em nossa vida universitária.

Durante anos a *Notícia* manteve sua periodicidade regular, ora mensal, ora trimestral, contando todos os números com artigos assinados por seu idealizador. As dificuldades políticas e acadêmicas podiam aí ser sentidas, principalmente porque nem sempre as sucessivas diretorias e reitorias compreendiam com o mesmo entusiasmo o arrojo e a necessidade de se levar a cabo o projeto de maneira ininterrupta.

A revista foi tomando corpo e ganhando cada vez mais adeptos, consolidando-se em um espaço importante para o debate historiográfico. Deixou paulatinamente de ser uma publicação voltada “apenas” para alunos, transformando-se em mecanismo de divulgação de pesquisas e preocupações acadêmicas relevantes. Apenas

para ilustrar a importância da *NBH* no panorama acadêmico brasileiro, colaboradores fiéis como a própria professora Maria Lúcia de S. Rangel Ricci, publicaram artigos em grande parte dos números da revista, com destaque para o “Pensamento de Silva Jardim” (nº 125) e “A atuação política de um publicista: Atônio Borges da Fonseca” (nº 157). Outro que merece destaque entre tantos é o de Érsio Lensi, com “Uma tentativa de devolução” (nº 113). Tanto um como outro tiveram trabalhos seus publicados em números especiais, em um ato sumamente meritório. Outro exemplo de preocupação com a profundidade intelectual pode ser tomado com o exemplar de nº 187 de 2002, assinado por diversos autores, e cujos artigos foram todos eles dedicados à análise da grande obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Até mesmo a renomada *Revista de História* da USP, sob a então direção de Eurípedes Simões de Paula rendeu-se ao caráter provocativo e autêntico desse novo periódico, fazendo referência a ele em suas páginas. Não se pode deixar de levar em consideração que muito desse espaço era fruto do prestígio pessoal de Odilon que tão bem soube honrar a posição acadêmica, assim como dignificar seu papel de historiador.

Apesar do quase nenhum arrojo gráfico, tratado como algo de menor importância pelo próprio Odilon (muito mais preocupado com seu conteúdo), em seus 38 anos de existência a publicação tornou-se uma referência quase

obrigatória para aqueles que pretendem se dedicar à História como profissão.

O reconhecimento e prestígio vieram tão rapidamente que já no quarto número, ainda em 1969, na seção “Comentário”, Odilon agradecia ao Reitor Barreto Fonseca e ao Diretor da Faculdade Francisco Ribeiro Sampaio por terem manifestado interesse em auxiliar financeiramente a publicação da *Notícia* tornando-a uma publicação da própria Universidade Católica.

O afastamento do professor Odilon da coordenação da *Notícia* pode ser visto sob dois aspectos. Se por um lado, o fato do leitor não encontrar mais seu nome no expediente da publicação pode causar uma certa perda de referência, por outro lado comprova a solidez da sua criação, que mesmo sem seu mentor será capaz de manter-se ativa. No momento em que a *NBH* passa por uma mudança profunda em sua coordenação, a expectativa é que a qualidade seja mantida, assim como a seriedade acadêmica. As pessoas mudam, e isso é saudável, e muitas vezes necessário, mesmo que com grande pesar, mas o espírito norteador deve ser preservado. Espero que essa nova etapa venha coroada com o mesmo brilhantismo da inicial, não se perdendo nos meandros da vaidade universitária.

Rib. Preto, 15/04/2006

MESTRE ODILON

José Sebastião WITTER*

Contente e muito feliz por ser lembrado, aceitei, de pronto, a incumbência de escrever sobre Odilon Nogueira de Matos. Aceito o convite honroso, a grande questão era o que e como falar do grande historiador e Mestre Odilon. Tanto pensei como escrevi vários textos sem me contentar com os resultados e até achei que o melhor era desistir. Mas, de repente, mexendo em alguns guardados, encontrei esta carta/ bilhete de alguns anos atrás. Nela Odilon dizia: “Meu caro Witter”.

“Foi, de fato, uma pena não termos nos encontrado no Rio. Recebi seu bilhete indagando se poderia substituí-lo na sessão dedicada aoÉ claro que aceitei a incumbência. E tudo correu muito bem. E ao chegar em casa, encontrei os jornais de Mogi com a transcrição de um artigo sobre o saudoso Isaac. Muito obrigado por mais esta prova de sua gentileza.

Com o abraço amigo do
Odilon / 2-8-2000”.

Nela fica claro o quanto éramos amigos e quanto nos respeitávamos. O tom coloquial, de então, da carta, relida agora em 2006, reforçou a minha vontade de escrever estas poucas e insuficientes linhas, sem o rigor acadêmico e menos ainda baseado em longa pesquisa. Sou eu, enquanto ser humano e amigo, buscando nas lembranças algo para dizer sobre o homem e cidadão campineiro Odilon Nogueira de Matos.

Como que num passe de mágica voltei aos anos cinquenta do século XX, mais precisamente ao ano de 1956, quando prestei meu primeiro exame vestibular, ainda na famosa rua Maria Antônia. Foi quando conheci Odilon Nogueira de Matos. Naquele momento ele era o Secretário-Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Imediatamente vi nele um homem de bem e uma alma generosa. Não consegui entrar na Faculdade nessa primeira vez. Foi Odilon a primeira pessoa a me encorajar para que eu fizesse nova tentativa no ano seguinte. No final de 1957 eu o encontrei de novo e já em 1958 comecei a cursar o Departamento de História. Tivera sucesso no Vestibular e comecei a estudar História. Se a memória não falha e em 1956 tivemos o primeiro encontro, estamos convivendo por cinquenta anos. É uma vida inteira! Desde então nunca tivemos um convívio diário ou muito constante, porém durante todo esse tempo não nos distanciamos. Cartas (quando eram ainda usadas), telefonemas, bilhetes e recados nos permitiram até hoje não nos afastarmos. Odilon viveu e vive presente em minha vida desde minha chegada, como aluno, a USP.

O pedido do professor Ersio Lenzi acabou sendo oportuno e bem-vindo. Ao falar do Mestre Odilon, começo a reviver parte da História e de minha vida. Permite-me, ainda, reparar uma grande injustiça. Sempre repeti e com certa constância os nomes de Sergio Buarque de Holanda, Eurípedes Simões de Paula e Anita Novinsky como pessoas importantes e determinadoras de meu sucesso na vida acadêmica e profissional. Como posso não ter citado também Odilon Nogueira de Matos? Ele que teve sempre papel importante em minha trajetória e não só na

* Professor Emérito da USP, professor titular, aposentado da F.F.L.C.H/ USP

Universidade. Lembro-me de ele e Raul de Andrada e Silva me indicando tanto para ocupar uma Cadeira da Academia Paulista de História como do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Esteve sempre comigo nos meus tempos de Supervisor do Arquivo Público do Estado, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP ou no Museu do Ipiranga. Isso para não falar do que vivemos no Departamento de História e de nossos encontros no Restaurante Caviar, em Pinheiros. Durante anos o freqüentamos às quartas-feiras. Estas reuniões só acabaram quando o restaurante, por mudar de dono, perdeu o nosso garçom, o 'seu' José, e a comida já não agradava.

A ação mais importante e mais marcante do Mestre, entretanto, aconteceu em 1974. Nesse ano foi publicado pela primeira vez o livro *'Café e Ferrovias'* - a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira - uma obra seminal e já um clássico da historiografia brasileira. Muito referenciado e consultado as duas edições esgotaram-se rapidamente. Nunca compreendi por que as editoras comerciais não reeditaram o livro de Odilon. Fiz questão, em 1981, de pedir ao Mestre Odilon que revisse o seu livro e, em seguida, o reeditamos. "*Café e Ferrovias*" foi novamente publicado na Coleção Monografias do Arquivo Público de São Paulo. Nessa edição de 1981 expliquei "As razões de uma Reedição", que transcrevo: "Por que reeditar a obra de Odilon Nogueira de Matos '*Café e Ferrovias*'? E por que uma reedição oficial do Arquivo do Estado de São Paulo?"

Razões existem de toda ordem. Elas são de ordem afetiva, oriunda do respeito pelo doutor em História, pelo professor batalhador, pelo erudito. Mas, a razão entre as razões e a propriedade de sua reedição reside no fato de ser "*Café e Ferrovias*" uma obra que faz, de forma específica, a ligação entre o passado histórico da ferrovia e o futuro do "*trem de ferro*".

Coloca-se a obra entre aquelas que tem valor intrínseco e permanente e está sempre atual, pois, no decurso da história, tanto o livro quanto a ferrovia estão sempre em cotação alta ou em baixa, mas nunca deixaram ou deixam de ser importantes.

Assim sendo, e por julgar tarefa principal do Arquivo do Estado de São Paulo a divulgação de pesquisas esclarecedoras como esta, que foi tese e agora é livro, que prazerosamente a trazemos mais uma vez a público, esperando, com a decisão, trazer mais uma contribuição à análise da questão dos transportes no Brasil".

É importante lembrar que, desde a primeira edição de "*Café e Ferrovias*" Odilon me fez integrar a obra,

pedindo que fizesse um Prefácio. Lembro-me de todo o empenho de Odilon para que eu o escrevesse. Recordo-me, ainda, da persuasão do professor que "ao pedir, mandava. Insistia em que eu não retardasse, com possíveis atrasos, a publicação do seu livro, que não seria editado se eu não fizesse o Prefácio. Acabei fazendo, com receio, é verdade. Acho que o satisfiz porque ele o aceitou como o escrevi. Nesse prefácio escrevi: "...Restaria a alguém que introduz uma obra falar do Autor, mas seria demais um '*simples aprendiz*' tentar apresentar um *mestre* consagrado. E se a razão dos prefácios fosse somente a de apresentar o Autor ao leitor, este prefácio (em especial estas presentes palavras em forma de prefácio) não teria sentido. O Autor, ao me convidar para 'introduzi-lo', acabou de fato apresentando o apresentador..."

Reproduzo, ainda, outro trecho que sinto oportuno: "Um trabalho científico de qualquer natureza tem qualidade superior quando, além de somente trazer uma contribuição, suscita uma série de novos trabalhos a serem desenvolvidos a partir das premissas levantadas. Assim é o trabalho de Odilon Nogueira de Matos, pois demonstra em suas páginas o papel das ferrovias no desenvolvimento da economia paulista no século XIX e no século XX, mas também aponta uma série infindável de novos rumos a serem seguidos por aqueles que se interessem pela expansão ferroviária do Estado de São Paulo, para uma compreensão mais ampla de nossa economia."

Embora tenha me fixado nesta obra do Mestre e de utilizar os meus próprios escritos nela sobre Ele quero, neste momento, dizer que nunca ficou esquecida a sua maior contribuição aos Estudos Históricos do Brasil: a 'Notícia Bibliográfica e Histórica', uma Revista que vive e com vigor os seus trinta e oito anos de existência. Aliás, a 'Notícia' é, até agora, o próprio Odilon. Tem seu jeito, que se manteve desde os números iniciais. Nela fazia e faz tudo. Encomendava os artigos, aceitava ou não contribuições, fazia a revisão geral e acompanhava os passos de sua publicação. Creio nunca ter deixado de escrever, pelo menos, um artigo de fundo em todas as edições de 'sua' Revista. É, sem dúvida, um exemplo de dedicação a ser seguido.

Odilon Nogueira de Matos, no entanto, foi muito mais. Como historiador, como professor, como educador, como homem e, sobretudo, como cidadão. Presente em quase todos os seminários, congressos, bancas de tese que tenha sido convidado e, também, na sala de aula, sempre se destacou. Outras pessoas, com certeza, nesta edição, estarão ressaltando cada uma de suas inúmeras

facetar, durante todos esses anos do viver e conviver de um verdadeiro mestre.

Gostaria de registrar uma outra passagem de nossas vidas em comum. Não me perguntem em que ano aconteceu. Faz muito tempo e eu fui seu aluno num dos cursos dados por Odilon sobre História da Música. Como aprendi naquelas aulas que me levavam semanalmente a viver o clima da USP, na tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Nesse momento, Odilon foi professor e Maestro, tal era a sua sabedoria ao conduzir aquelas aulas, ilustradas por grandes composições. A gente se sentia entre o céu e a terra. Foi um curso quase divino. E quem pode freqüentar sua biblioteca sabe da coleção que Odilon Nogueira de Matos tem, conserva e faz de alguns encontros um verdadeiro concerto.

Não quero, no entanto, deixar de ressaltar a figura humana de nosso querido e respeitado Professor ODILON NOGUEIRA DE MATOS. Foi sempre exemplar

em todas as suas atividades, mas como companheiro e colega foi incomparável.

Digamos que Odilon e eu, depois dos anos 1970, envelhecemos juntos e tivemos vidas muito semelhantes. Quase não escrevemos livros; fizemos artigos, crônicas e dirigimos instituições. Ele na PUC-Campinas foi o grande coordenador do Departamento de História, onde criou, construiu e fez viver a “Notícia Bibliográfica e Histórica” até hoje; ele também deixou sua marca na Faculdade de Filosofia da USP. Eu, mais inconstante, passei por diversos institutos de pesquisa até me aposentar. Ambos, depois de viver intensamente a capital paulista, São Paulo, voltamos às nossas cidades. Ele foi para Campinas e eu para Mogi das Cruzes. Ambos continuam dividindo o tempo entre o ‘interior’ e a capital. Mais distante, geograficamente, nunca nos afastamos e sempre estamos buscando um tipo de contribuição para enriquecer os conhecimentos de nossa História. Continuamos trocando cartas, bilhetes e coisas que tais e assim se toca a vida.

TRIBUTO AO MEU PROFESSOR PREFERIDO

João Ribeiro JUNIOR*

Conheci o professor Odilon Nogueira de Matos em 1972, quando, já formado em Direito, comecei o curso de História na PUC-Campinas. Nossa turma, talvez, tenha sido a menor de todas as turmas que se licenciaram nesta Instituição. Éramos apenas sete (seis mulheres e eu). Na aula de abertura do curso, o professor Odilon nos parabenizou por mantermos fiéis ao curso de História.

Havia contenção de despesa na PUC, e os cursos deficitários deveriam ser fechados. A Reitoria da época oferecia aos alunos de História, Geografia e Ciências Sociais, a possibilidade de trocarmos de curso, como Engenharia, Odontologia, ou qualquer outro, mas nós permanecemos irredutíveis. Ameaçamos até com Mandado de Segurança.

E o curso de História, tendo à frente o mestre Odilon, licenciado em Geografia e História, engenheiro-geógrafo, doutorado em ciências, nos marcou indelevelmente. No meu caso, apaixonei-me pela História e larguei a advocacia.

Com sua personalidade, seu jeito todo pessoal de fazer amizade, mais do que um mentor, um pai, o professor Odilon, sempre com seu sorriso nos lábios, sempre atento aos questionamentos de seus alunos, ia nos mostrando os caminhos e a legitimidade da História.

Dizia o professor Odilon, que para se conhecer bem a História do Brasil, deveríamos ler os relatos dos viajantes estrangeiros, que visitaram o país em várias épocas. E atento às novas abordagens, que começavam a ser discutidas a partir da França, traçava as novas trilhas de exploração histórica. E insistia que tivéssemos interesse no estudo do pensamento político brasileiro. Dizia que o Brasil não

era uma terra de pensadores, mas que havia exceções, e justamente essas exceções que mereciam ser estudadas.

O professor Odilon, autor de vários trabalhos publicados em revistas especializadas e em jornais, e de livros como *A Evolução Urbana de São Paulo, Música e Espiritualidade, Café e Ferrovias, Afonso de Taunay. Historiador de São Paulo e do Brasil, Páginas Catarinenses, Saint-Hilaire e o Brasil*, e outros, insistia para que escrevêssemos, mesmo que fosse uma simples resenha, e para tanto, oferecia-nos um veículo de divulgação, que fez História: a sua revista *Notícia Bibliográfica e Histórica*, editada sob os auspícios da PUC-Campinas, desde 1969. E assim, apenas há 8 meses de iniciado o curso de História, em outubro de 1972, tive a honra de ser publicado nesta conceituada revista. Uma simples resenha do livro *A Caminho do Oeste*, do nosso amigo em comum, Célio Debes. A partir de então, na medida do possível, durante esses 34 anos, não deixei de escrever artigos para a revista.

Mas, o mestre Odilon não era um professor de quatro paredes, todos os sábados, um grupo seletivo, encabeçado por ele, reunia-se no *Giovanetti*, em tertúlias acadêmicas ou não. E nestes encontros informais aprendíamos mais que História, aprendíamos a experiência docente de um professor-historiador excepcional.

Conversar com o mestre Odilon foi e é um puro prazer intelectual. Gostaria nesta oportunidade de dizer que sinto saudade ao rememorar as nossas tertúlias, que como disse, eram verdadeiras aulas, mas, infelizmente, pelos caminhos da vida, tive que me afastar do círculo concêntrico que gira em torno do mestre. E, hoje, nas poucas ocasiões em que nós nos encontramos, procuramos tentar parar a areia do tempo na ampulheta da História, na amenidade de uma conversa entre amigos de ontem, de hoje e de sempre.

* Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela USP; licenciado em História, Estudos Sociais pela PUC-Campinas, mestre em Filosofia pela PUC-Campinas, Doutor em Educação pela UNICAMP. Autor de mais de 40 livros nas áreas de Direito, História, Política, Filosofia e Educação. Atualmente, professor titular do Programa de Mestrado em Educação da UNISAL, de Americana.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS:
UMA FECUNDA EXISTÊNCIA.

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI*

Não é fácil se homenagear amigos privilegiados pelo saber, conhecimento e acima de tudo pela riqueza d'alma! Sempre se corre o risco de algo ficar de lado... Mas, demonstrando por toda sua longa existência Odilon Nogueira de Matos ser um livro aberto tal qual o de Jung, tentarei brindá-lo com esta modesta mensagem lembrando o que para mim sempre foi o marco de sua longa existência: a colaboração para com todos que almejam não apenas a formação intelectual, bem assim o respaldo à formação ética, social e religiosa.

Não conheço até o momento alguém que tenha um senão a lhe desabonar: só encontro cidadãos que, maravilhados, dizem: Prof. Odilon, como é bom ser seu amigo, aprender sempre com você! Poderia parar por aqui. Todavia, pensei se não seria este festivo momento de seu natalício, quando completa noventa anos, um momento significativo para, num vôo de pássaro, relembrar um pouco de sua fecunda trajetória de vida! Quem é afinal esse Amigo-Professor tão estimado?

Nascido em Piratininga (SP) aos 5 de maio de 1916, antes de residir em Campinas (final dos anos 1981) andou por esse Brasil não apenas enquanto aluno, mas também como professor (sua vocação primeira). Assim, estudou em Campinas, Bauru e Juiz de Fora, no tradicional Colégio Granbery, onde se diplomou em 1933.

É esse ser de estatura mediana, de certa maneira roliça, de tez clara, nariz arrebitado, olhos vivos, brilhantes e profundos, fala meiga, extremamente discreto e humilde,

possuidor de agudo espírito de observação, caráter ilibado, sendo um dos significativos representantes da cultura/educação paulista.

Não foi (é) apenas educador; teve (tem) também sua vida marcada pelo jornalismo tendo sido colaborador, entre outros jornais, no *Correio da Manhã*, RJ (onde fez sua estréia), em *O Estado de São Paulo*, no *Correio Paulistano*, no *Correio Popular* e *Diário do Povo* (Campinas -SP) sendo que atualmente ainda escreve em *A Federação* (Itu).

Fez o Curso de Geografia e História na então Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, licenciando-se em 1939. Em 1973, doutorou-se em Ciências Humanas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Todavia, mesmo antes de haver se licenciado sua capacidade já era conhecida a tal ponto que, em 1935, o Colégio União de Uruguaiana (RS) o chamou para lá ensinar. E, em 1940, já o encontramos como professor substituto de Geografia e Astronomia no Colégio Universitário anexo à Escola Agrícola Luiz de Queirós (Piracicaba, SP). Entre 1941-46, lecionou nos Colégios Mackenzie e Dante Alighieri (SP).

Nos anos de 1942-47, foi Assistente da Cadeira de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde permaneceu até que se tornou Secretário dessa mesma Faculdade (1947-58). Quando deixou essa Secretaria, tornou-se professor do

* Doutora em História, professora aposentada da UNESP e atualmente desenvolve pesquisa na área de história junto ao Centro de Memória da UNICAMP.

Departamento de História e Geografia desta Instituição (1958-77).

Mas, suas atividades docentes se estenderam também pelas Minas Gerais, por Taubaté, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, a partir do ano de 1958, ingressou nos quadros da então Universidade Católica de Campinas (elevada à Pontifícia em 1972) onde passou a lecionar Introdução aos Estudos Históricos e História do Brasil, e isto para não lembrarmos dos mais de dez cursos de extensão universitária que lá ministrou!

Não parou por aí sua lida como educador, pois foi, igualmente, lente na Escola de Biblioteconomia de São Paulo, no Instituto Cultural Brasil-Itália de São Paulo, no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) de São José dos Campos e na Fundação Armando Álvares Penteado, SP. Ao longo de sua vida acadêmica participou, tanto a nível nacional quanto internacional, de vários congressos, simpósios, assembléias e mesas-redondas, sempre apresentando trabalhos significativos à historiografia brasileira e, em especial, à paulista. Sua cultura e o fato de saber transmiti-la sem arrogância conquistou tanto os que o ouviram em salas de aula, bem assim em grandes/pequenas platéias.

A abrangência e o alargamento de seus interesses culturais são notórios ao longo de seu caminhar, passando da história, à filosofia, à literatura, à música... Acredito mesmo que procurou sempre atender à recomendação da carta do Apóstolo Paulo aos tessalonicenses: “examinai tudo, aceitai o que for bom”.

Saliento, no entanto, que uma de suas mais significativas realizações foi a fundação em 1969 da *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica* sob auspícios do Departamento de História da PUCCAMP. Esteve o Prof. Odilon a dirigi-la até o final do ano de 2005. Foi a mencionada publicação por todo este espaço de tempo de periodicidade trimestral, sem nunca haver sido interrompida, com projeção não apenas no país como no estrangeiro pelo interesse que sempre despertou em seus leitores.

É este educador com seu conhecido dinamismo que acabou por imprimir destaque às lides acadêmicas através dos anos, sendo valiosa e copiosa sua bibliografia. Apenas para aguçar nossos espíritos, nesta data tão significativa de 5 de maio, lembro alguns trabalhos seus não apenas de imprescindíveis consultas, mas que todos nós cada vez que os relemos sentimo-nos exultantes em sermos

privilegiados de poder contar com a amizade de um grande ser humano de ímpar capacidade: Café e Ferrovias já com quatro edições), o Brasil na Brasiliana, trabalhos em obras coletivas como *A Cidade de São Paulo no Século XIX, A Literatura dos Viajantes Estrangeiros como fonte para a História*; prefácios e anotações a várias obras reeditadas (consideradas clássicas) como a *História do Brasil* de J. Armitage, a *História do Brasil* de H. Handelmann, além de centenas de artigos publicados em jornais e revistas culturais de várias cidades brasileiras, onde se destacou também como musicólogo que constitui a outra faceta deste Mestre.

Aliás, não poderia deixar de me referir à riquíssima discoteca organizada por nosso amigo Odilon, na qual podem ser encontradas desde os poucos exemplares que nos restaram de música grega do século I a.C., até música eletrônica. São ainda particularmente ricas suas coleções de missas e óperas das mais variadas procedências: italianas, francesas, alemãs, russas, tchecas, espanholas e por aí vai... E sua coleção mozartiana? Que riqueza, contando com mais de quinhentas obras do grande compositor! Conversem com ele sobre musicologia e vejam como a cada instante crescemos também nesta área!

À medida que a questão histórico-sócio-educacional exige pés no chão, análise segura e não bombásticos discursos, demonstrou sempre ser o Prof. Odilon um humanista de primeira ordem que atuou profissionalmente a cada instante de sua vida acadêmica evidenciando com familiaridade que palavreado estéril e meras formulações teóricas que visem situações imaginárias a nada levam por não retratarem com coerência o cotidiano. E esta vem sendo a tônica deste ser humano que, como se não bastasse, foi sempre modesto, diria mesmo de extrema humildade e de inigualável força de vontade, que acabou por consagrá-lo definitivamente à paisagem cultural brasileira.

Ainda a destacar o sentido espiritual que Odilon soube dar a sua vida, como homem religioso que é, e não apenas de uma religião exterior e oca, mas daquela que de fato conduz o homem ao seu Criador e o norteia em superior destino. E é o que sempre veio pontilhando a vida de nosso caro amigo, e que acaba por transparecer em sua paz e retidão de caráter!

Ao Mestre de sempre que no momento reverencio e que temos tido o prazer de conviver e a certeza que é o Amigo que muitos desejariam ter e que por razões muitos outros não tiveram a felicidade de participar suas vidas com este ser de trato lhano, cavalheiresco compreensivo

de que, tenho a certeza, todos que o cercam já tiveram inúmeras demonstrações de seu afinho ao longo de sua existência ao se dedicar às coisas do espírito, servindo ao próximo, com as grandes forças deste seu enorme coração, tendo tido o privilégio de neste 5 de maio poder colher mais um dia de serenidade, paz e amor em sua vida!

Parabéns, felicidades, querido amigo é o que lhe desejo com muito carinho e agradecida pelos longos anos de verdadeiro companheirismo que mantivemos e da grata felicidade de ter tido ainda em você o Mestre que me abriu o espírito para que pudesse ir galgando à maturidade.

Com ele aprendi muito além do conteúdo das disciplinas que ministrou enquanto aluna que fui da antiga UCC e tal aprendizado continua certamente também em todos que frequentaram sua sala de aula, valorizando as persistências e mudanças de nossas próprias experiências.

Tive a felicidade de iniciar minha vida profissional como sua assistente na PUCCAMP, na Escola de Sociologia

e Política de São Paulo e na PUC de São Paulo onde pude constatar que dele promanava não apenas a orientação segura, mas igualmente a dedicação e o estímulo de que tanto necessita o jovem que se inicia. E o resultado concreto está nos mestres e doutores que orientou, nas pesquisas que ele próprio empreendeu e/ou levou outros a empreenderem.

Odilon teve a capacidade de potencializar em todos seus discentes a liberdade para que pudessem caminhar sobre seus próprios pés, procurando abrir-lhes espaços outros para o reconhecimento das raízes históricas. Ao propor o dialogar continuado no sentido de que fossem as múltiplas visões de mundo, de sensibilidade, encaradas frente à pluralidade contraditória, seu lema foi que o historiador/educador deveria ser pleno de esperanças!

Você foi sempre o exemplo de que um Amigo é aquele que respeita, é carinhoso, trata a todos com gentileza; é presente, é música no coração!

ODILON: EVOCAÇÕES E INSTIGAÇÕES

Célio DEBES*

Quando travei relações de amizade com Odilon Nogueira de Matos, já era ele um nome consagrado.

Isso se deu na primeira metade da década de 1960, quando passamos a conviver no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Encontravamo-nos nas substanciosas e proveitosas sessões de sábado, iniciadas às 15 horas, sob a presidência do inesquecível Aureliano Leite. Os sócios, de modo geral, chegavam mais cedo, entretendo-se, em grupos, em animadas conversas, sendo a História, na maioria das vezes, o tema dessas improvisadas tertúlias.

Nestas ocasiões, é que passei a manter contato com Odilon. Nasceu, daí, uma convivência, convertida em amizade, que se prolonga por todos estes anos, inclusive nas entidades outras a que pertencemos e a que frequentamos.

Mas, o Odilon circunspecto, distante, eu conhecia, de vista, desde quase quatro lustros antes. Era ele, então Secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, instalada, à época, num dos andares da Caetano de Campos, na Praça da República.

A essa altura, embora não pertencente ao quadro discente, era eu frequentador assíduo da Escola. Uma das alunas, hoje minha esposa, de quem me enamorara, era o motivo das diárias incursões. Essas incursões repetiam-se para usufruir dos fugazes momentos em que a acompanhava, depois das aulas, até o ponto em que tomava o velho bonde da Light, que a CMTC, havia pouco absorvera.

A impressão que Odilon, então me infundiu foi a de um homem de poucos amigos, arredo, sisudo...

Dizem que a primeira impressão é a que prevalece. Se é verdade, no caso de Odilon, não foi o que ocorreu comigo.

Quando passei a conviver com ele, já o consagrado Historiador, descobri a pessoa encantadora, cordial e afável, com amigos incontáveis e admiradores sem número, absolutamente o avesso da imagem que fazia daquele prestimoso e circunspecto dirigente administrativo, por mim, até então, só conhecido à distância. ...

Pois bem, passamos a entreter uma amizade que se estreitou com o decorrer do tempo, inobstante, os contatos pessoais serem espaçados.

Fruto de sua gentileza, passei a receber, consolidando, ainda mais nossas relações, a *Notícia Bibliográfica e Histórica*. O primeiro exemplar que, assim, chegou-me às mãos, correspondia a número já avançado. Desejoso de obter os volumes anteriores, manifestei a Odilon esse propósito. Com a cordialidade de sempre, esclareceu que vários números estavam esgotados. Tive a impressão de que ousara em minha pretensão. Muito possivelmente, percebera meu embaraço. E, para desvanecer-lo, disse que iria verificar entre as sobras o que existia, e o que encontrasse estaria a minha disposição. Dias decorridos, era ele portador de quantos números da *Notícia* encontrara. Continuo, no entanto com algumas falhas, mas o altruísta Odilon enriqueceu sobremodo minha coleção!

* Advogado e Mestre em História (USP). Pertence às Academias Paulistas de Letras e de História. Publicou, entre outros, *O Partido Republicano de São Paulo na Propaganda (1872-1889)*; *Campos Salles, Perfil de um estadista* (2 vol.) e dois volumes de *Washington Luis 1869-1924 e 1925-1930*, tendo em preparo e de 1931 em diante.

Um das poucas vezes, tive ocasião de colaborar nessa publicação que só o persistente e desprendido Odilon poderia ter concebido e mantido, com regularidade, por décadas a fim. A acolhida desses escritos nas páginas da Notícia foi um galardão, não apenas por ter logrado o beneplácito do Mestre bondoso, mas, igualmente, pelo alcance que esses consagrado órgão lograra conquistar .

O tempo consumia-se, quando, numa tarde de dezembro de 1972, na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, então dirigida por Barreto do Amaral, Tito Lívio Ferreira lançou a idéia da fundação da Academia Paulista de História. Os demais presentes o numismata Alvaro da Veiga Coimbra, o historiador Brasil Bandecchi e o autor destas linhas aplaudiram a sugestão.

No curso das providências necessárias à concretização da Academia, foi necessário enfrentar questão delicada, a escolha dos demais componentes da corporação.

Um dos primeiros nomes lembrados foi o de Odilon Nogueira de Matos, que mereceu aplausos e acolhida unânime, pois era um dos cultores da ciência a que a Academia se consagrava, trazendo, como trouxe, com seu nome e com sua produção, o prestígio de que a entidade nascente iria gozar.

Assíduo às reuniões-almoço, verificadas na última quarta feira do mês, com participação ativa em torno dos temas então abordados, interessava-se pelos destinos da Instituição .

No empenho de dar-lhe destaque e prestígio, colocou a *Notícia Bibliográfica e Histórica* a seus serviços, instigando os Acadêmicos a utilizarem-se de suas páginas. Propôs, mesmo, que cada qual escrevesse pequeno estudo sobre os patronos de suas Cadeiras. O que concretizou, na medida em que seu apelo foi atendido.

Seu prestígio pessoal e sua dedicação a nossa Companhia -a cujas reuniões comparecia, -é importante que se ressalte -deslocando-se de Campinas, para integrá-las e prestigiá-las -fez recair nele a escolha para presidi-la, por um triênio, de cuja Diretoria o autor tem a satisfação de haver feito parte, como vice-presidente.

Quando, algum tempo depois, foi criado o mensário *Boletim da Academia Paulista de História*, tomou-se seu colaborador, prestigiando a iniciativa de um de seus sucessores, Duílio Crispim Farina, de saudosa memória.

Na gestão de Douglas Michalany, que deu ao Boletim feição gráfica mais atraente, prosseguiu Odilon a

escrever em suas páginas, contribuindo para aumentar-lhe o prestígio. O Boletim, na gestão de Michalany logrou atingir a extraordinária tiragem de 2.000 exemplares, bem como circulação nacional e internacional!

Hoje, o Boletim, a partir da gestão de Luiz Gonzaga Bertelli, transformou-se na *Revista da Academia Paulista de História*, de edição bimensal. E Odilon prosseguiu a emprestar seu apoio, com trabalhos de mérito que, pelo espaço da publicação, têm vindo a lume em partes.

Outra Instituição cultural, das mais expressivas de São Paulo, a Academia Paulista de Letras, não podia prescindir de sua participação. E, a 25 de setembro de 1984, o falecido Brasil Bandecchi recebeu-o em nome do Silogeu, empossando-se, dessa forma, na Cadeira 22.

Na nossa Academia de Letras, quase sem falhas, lá encontramos Odilon, mesmo nos últimos tempos em que problemas de saúde tomaram penosos estes seus esforços. Mas o bravo e amantíssimo Odilon não desiste da convivência com seus amigos e confrades.

Além de seus trabalhos, insertos na *Revista da Academia Paulista de Letras*, tem brindado, seus companheiros e o auditório de convidados, com palestras eruditas e atraentes. Sua dedicação neste campo, patenteia-se por sua disposição de, em mais de um ano social, proferir duas conferências, uma em cada semestre. Essa atitude, mais relevo ganha, quando, nem sempre, se conseguem oradores, para uma única manifestação!

A impressionante operosidade intelectual de Odilon, levou seus pares da Casa de Carvalho a celebrar, em sessão plenária, com o pronunciamento de vários acadêmicos, o trigésimo aniversário da Notícia Bibliográfica e Histórica.

E a obra desse incansável lidador da História, com escritos pertinentes, em vários periódicos, mormente nos dois de Campinas -*Diário do Povo* e *Correio Popular* - e no de Itu (*A Federação*), com avultada expressão numérica. No primeiro dos campinenses, 837 artigos e, no ituano, 331, estes em contagem não atualizada!

O Suplemento Cultural de *O Estado de S. Paulo* contou, de 1956 a 1967, com 45 de suas produções.

Além de nos órgãos das duas Academias, temos suas contribuições intelectuais em destacadas outras publicações do País, como na *Revista de História*, da Faculdade de Filosofia da USP, fundada e dirigida pelo inesquecível Eurípedes Simões de Paula, e, na desaparecida *Anhemi* .

Toda essa bagagem tinha, necessariamente, de atrair a atenção de confrarias intelectuais outras, nacionais e internacionais. Assim, as Academias Paulista de Educação e de Jornalismo, o Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, além da Academia Campinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, convocaram-no para o seu aprisco, como Titular. Na categoria, também honrosa de Correspondente, conferiram-lhe a dignidade inúmeras Academias de Letras e Institutos Históricos, de grande número de nossos Estados e de cidades brasileiras. No exterior, pertence, nessa mesma categoria, à Academia Portuguesa de História, à Real Academia de História de Madri, e à Academia Nacional de Historia, da Argentina.

O reconhecimento de seus méritos, como é bem de ver-se, transpôs as lindes de nossa terra, o que honra e dignifica a intelectualidade brasileira.

A produção de Odilon é bastante ampla e abarca vários ramos do saber. Música- da qual é profundo conhecedor, tendo, inclusive, fundado a Sociedade Bach, em São Paulo -geografia, economia, biografia, bibliografia, estudos sobre obras e autores, além, evidentemente, História, inclusive a regional (Um pouco de história de Campinas).

Tratar de cada qual dessas especialidades seria esforço ingente, ultrapassando, de muito, os limites desta publicação, e isso, na hipótese de contar com engenho para efetivá-lo.

De sua obra, creio, melhor seria cuidar, ainda que ligeiramente, de - tema de nossa comum predileção - a Estrada de Ferro. Não posso, porém, calar minha satisfação pela acolhida que deu aos subsídios para a História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, editados, sob o título de *A Caminho do Oeste*, por ocasião do centenário da grande Empresa de transporte. que mereceu citação sua, no trabalho que dedicou ao amplo tema.

Na Nota Introdutória de seu clássico *Café e Ferrovia*, esclarece sua preferência pelo assunto, ao mesmo tempo em que classificava, modestamente, a obra.

“Um simples trabalho de classe motivado, de um lado, pela forte atração, talvez familiar, que as ferrovias sempre exerceram em nosso espírito, e de outro pela circunstância animadora de então trabalharmos em uma estrada de ferro” (ed. de 1974, p. 19).

Esqueceu-se, porém, de declarar que nascera em cidade -Piratininga –cerca de três anos após ter sido ela elevada a município, cidade essa idealizada e fundada por integrante da alta administração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Adolfo Augusto Pinto, autor, também, de um dos clássicos sobre, principalmente Estradas de Ferro, com sua História da Viação Pública de São Paulo (1901), foi o autor da idéia da criação de um povoado, que daria consistência à arrancada da Paulista no rumo das barrancas do Paraná. No tocante a Piratininga, tocou a esta Estrada de Ferro armar e lotear a área que, denominada Piratininga, seria o “centro abastecedor da boca do sertão” (p. 94).

Soma-se, dessa forma, a seu pendor por tal meio de comunicação, o fato de ter vindo ao mundo exatamente numa cidade fruto do empenho de uma Estrada de Ferro.

Café e Ferrovia é, conforme o próprio autor assinala, a abordagem de assunto “como de comum é reconhecido, da mais alta relevância para a história econômica de São Paulo”.

Ao mesmo tempo, espicaça os estudiosos a que encarem outros aspectos da matéria, não abordados no livro, mas que constituem “ sugestões nele existentes, verdadeiros convites e pesquisas mais acuradas” p. 20).

Ao referir-se à história econômica de São Paulo, poderia estar manifestando pretensão regionalista. Nada mais inexacto.

São Paulo, na verdade, foi a Província do Império onde essa faceta da História econômica do Brasil ganhou significado e expressão. Ecoavam, até o limite cronológico da abordagem que Odilon empreendeu (1940), as sábias palavras do então Presidente de São Paulo, o pernambucano Saldanha Marinho, referindo-se, em 1868, ao ponto inicial da era ferroviária levada a efeito pela gente de nossa terra, diante da resistência e do desinteresse da direção da Inglesa, a São Paulo Railway, senhora do privilégio para levar as linhas até Rio Claro, em efetivar o prolongamento.

“Está, pois, formada uma Companhia Paulista.

É o primeiro exemplo desta ordem no País. É a primeira Companhia Brasileira que, em ponto tão elevado, abstrai de capitais estrangeiros e se liberta do jugo comercial estrangeiro (gn).

É fato de um alcance enorme para o futuro”

Referia-se Saldanha Marinho (Relatório de 1868) à concretização da certeza, de que estava convicto, da capacidade dos lavradores da Província tinham de levantar o numerário preciso para a construção da primeira Estrada de Ferro de penetração, rumo aos centros produtores da rubiácea. Tratava-se, todavia, do primeiro trecho do longo caminho a ser palmilhado, custeado, exclusivamente, com capitais brasileiros, ou melhor, paulistas, como se daria em grande parte de seu prolongamento!

Este acontecimento, inédito no Império, evidencia o quanto carece de consistência a pretendida vinculação dos recursos financeiros para a construção das ferrovias à extinção do tráfico de escravos.

Quando a Lei Euzébio de Queirós Matoso logrou aprovação (1850), perdia o açúcar seu predomínio na economia nacional. Concomitantemente, assumia o café a preponderância.

Nos centros açucareiros, o elemento servil tomara-se mão de obra ociosa e onerosa. Já, nas zonas cafeeiras, o braço escravo era buscado com afinco e empenho.

Pois bem, lá, onde poderiam sobejar recursos, desconhece-se a construção de Estrada de Ferro, com capital local. As que foram implantadas, ou decorreram de recursos externos, ou de meios advindos dos cofres imperiais.

Os cafeeiros, mesmo após a introdução do trabalho livre, a um tempo, empregavam grandes somas na aquisição de escravos (depois da abolição do tráfico africano, surgiu o tráfico interprovincial) e na construção dos Caminhos de Ferro.

Daí o acerto de Odilon em dedicar-se ao estudo das Ferrovias, como elementos de grande valia para a História Econômica de São Paulo.

A lucidez do autor de *Café e Ferrovia* manifesta-se na periodização a que se ateu. Ao estancar seu estudo em 1940, tomou por base o momento em que para as Estradas de Ferro, na verdade, iniciou-se o desapareço. Nessa década, lavrava, com intensidade devastadora, a II Guerra Mundial, até seu término um lustro depois.

Um dos alvos dos estrategistas envolvidos no conflito, foi o ataque às vias de comunicações, com ênfase nas Estradas de Ferro, as mais eficientes no transporte de material bélico e no deslocamento de tropas.

Dependente de importação, tanto do material fixo (trilhos), como do rodante (locomotivas, principalmente),

as empresas ferroviárias nacionais foram-se deteriorando. Nossa incipiente indústria siderúrgica, por falta de capacidade técnica e mal equipada operacionalmente, não tinha como livrar-nos do “jugo comercial estrangeiro” ...

Agravando a situação, os países industrializados, envolvidos todos na conflagração, vitoriosos e vencidos, estavam, sem exceção, com seus parques ferroviários destruídos ou grandemente desgastados. A necessidade da própria recuperação, obstava o fornecimento externo de qualquer material ferroviário.

Concomitantemente, a desmobilização das forças combatentes, em especial a dos norte americanos, fez surgir os denominados excedentes de guerra, mormente os de destinação civil (tratores, retroescavadeiras e outras máquinas pesadas próprias para terraplanagem).

O custo elevado do transporte desses excedentes, verdadeiras sucatas para seus países de origem, tomou as nações desprovidas de tais recursos técnicos, seus destinatários naturais. Um programa convidativo foi montado. Baixos preços, prazos longos e período de carência para o início das amortizações.

O Brasil foi um dos caudatários desse programa. Adquiriu abundante soma desse maquinário. Sua utilização, na abertura de estradas de rodagem, dispensado a utilização do material siderúrgico inexistente, deu-lhe um impulso extraordinário, principalmente por serem abertas, na prática, paralelamente às ferrovias. Além disso, contavam, também, para esse aproveitamento, a rapidez e a economia com que abriam estirados leitos, dispensando o modorrento sistema manual de picaretas, pás e caçambas de tração animal...

De roldão com tais inovações, surgiu a indústria automobilística, demandando mais rodovias.

Ao serem reabertas as importações de material ferroviário, além dos estraves burocráticos, as Estradas tiveram de enfrentar a concorrência rodoviária. Esta sem peias para a recusa de produtos a serem transportado e as Ferrovias jungidas a normas rígidas, não desfrutavam de tais regalias. Dessa forma, adveio a incapacidade financeira para o reequipamento e para resistir à disputa desigual.

Vem, aqui, a talho, a causa fundamental para a derrocada das Estradas de Ferro, apontada por Odilon (p. 129), a “total ausência de plano”, no tocante a sua implantação. Pecado em que reincidiram os governantes, quando da implantação da rodoviária. Ou melhor, ao não terem esquematizado uma política de transportes no Brasil...

Prevalece, pois, a secular filosofia, manifestada, em 1855, pelo então dirigente da Província, o ilustrado Antônio José Saraiva, quando do anúncio da construção da São Paulo Railway, preconizando a substituição das estradas carroçáveis, pelo trem de ferro. Era a prevalência da substituição de um meio de transporte, por outro, em lugar da integração dos modais (ferrovia, rodovia, hidrovia, aérea, etc.). Agora, a rodovia é que substitui a ferrovia, num manifesto prejuízo para a economia nacional.

Assunto palpitante, que tem sido tangenciado, esse da “crise das ferrovias brasileiras”. Odilon, como a lamentar esse “capítulo ausente” em seu livro, instiga os pesquisadores a suprir a lacuna, aflorando assuntos outros capazes de gerar teses de importância para a História de

São Paulo e para a compreensão de sua trajetória, no cenário nacional.

Ainda que perfunctoriamente, vali-me da provocação contida em *Café e Ferrovia*, para as ligeiras considerações sobre a penosa crise ferroviária, apontando algumas causas de sua precipitação. Espero que, pelo menos as evocações se salvem, nestas despreziosas notas, traçadas a propósito dos 90 anos da vida fecunda do idealizador e diretor da trintenária *Notícia Bibliográfica e Histórica*, o meu incansável e diligente amigo Odilon Nogueira de Matos.

Abençoada, sob todos os aspectos, sua fecunda longevidade!

AS LIGAÇÕES DO MESTRE ODILON COM CAMPINAS

Duílio BATTISTONI FILHO*

Não vou abordar aqui as atividades do Odilon como professor e escritor - pois todos sobejamente já as conhecem - e sim exaltar suas relações com Campinas

Embora tenha nascido em Piratininga, SP, ele viveu grande parte de sua infância em Campinas, pois aos quatro anos, seus pais o trouxeram para esta cidade e aqui viveu até os quatorze, realizando os estudos fundamentais e parte do grau médio. Nessa ocasião, ruas estiveram vinculadas à sua existência, como a Lusitana, Duque de Caxias e Antonio Cesarino, onde morou. Nas suas recordações, lembra-se muito bem do Bosque dos Jequitibás, do jardim da Casa de Saúde palco de suas brincadeiras de todas as tardes com seus companheiros de infância, da igreja protestante da rua Lusitana, frequentada pela família e em cujos salões, ao fundo, D. Brasília, a esposa do pastor o ensinou a ler, da Casa de Saúde Campinas onde sua mãe sofreu pertinaz doença, do Jardim Carlos Gomes em cujos bancos seu pai costumava bater papo com aqueles velhinhos bem sadios, à sombra daquelas frondosas árvores. Muito ligado à sua infância estava o Jardim Público da Praça Imprensa Fluminense, hoje totalmente descaracterizado depois de uma reforma, para dar lugar a um teatro. Para ele, todo esse espaço representa um momento de ternura, um lugar encantado da infância, que o adulto conservará sempre na lembrança.

Nessa ocasião, apesar de sua pouca idade, uma de suas preocupações era conhecer bem a cidade sempre em companhia do pai. Era um voyeur à cata de emoções. Certa

vez, quando transitava pela rua Hércules Florence, no bairro Botafogo, ficou interessado em saber quem tinha sido essa figura. Como ninguém sabia, logo despertou nele a curiosidade pelo francês, radicado em Campinas no século XIX e pai da fotografia. Tanto é verdade que, até hoje, Hércules Florence tem sido um dos seus ícones. Adolescente, juntamente com seu pai, gostava de levar algum parente ou amigo de fora ao velho viaduto sobre os trilhos da Paulista e dali fazê-lo descortinar um belo panorama, possível naquela época, quando Campinas ainda não possuía edifícios altos a impedir a visão do horizonte. O visitante contemplava daquele ponto, todo o Chapadão, com suas ruas já traçadas, mas ainda sem calçamento, ocupando toda a suave inclinação que ia dos trilhos da Mogiana até o alto do espigão, onde corre atualmente a avenida Francisco José de Camargo Andrade.

Certa vez, perambulando pelas ruas da cidade, sempre com o pai, parou encantado diante do edifício do Centro de Ciências, Letras e Artes, na rua Francisco Glicério. Perguntou ao pai que edifício era aquele e o pai respondeu que era uma casa de cultura e que mais tarde seu filho poderia usufruir todos os ensinamentos que dali saíam

Pouco antes da revolução de 1930, por circunstâncias várias, a família transferiu-se para outras cidades, como Bauru, Juiz de Fora, Uruguaiana, Rio de Janeiro, onde terminou os seus estudos de grau médio. Em São Paulo, concluiu seus estudos universitários e iniciou

* Duílio Battistoni Filho nasceu em Campinas, S.P. Lecionou durante muitos anos a disciplina História no magistério secundário e superior. Regeu também a disciplina "História da Arte" no Curso de Artes Visuais da Puc-Campinas, além de ser coordenador, por duas vezes, do Departamento de Educação Artística da mesma universidade. Atualmente é membro da Academia Campinense de Letras, da Academia Paulista de História e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Além de numerosos artigos e comentários críticos sobre Arte e História em revistas especializadas, é autor dos livros: "*Campinas, uma visão histórica*", "*Estudos campineiros*", "*Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas*" e "*História das Artes no Brasil*".

a carreira do magistério. Deve-se ressaltar que, quando ainda estudante, sempre interessado por Campinas, publicou um de seus primeiros trabalhos, Capítulos da História colonial de Campinas, em forma de artigos no Diário do Povo, e depois reunidos em volume.

Depois de uma ausência de muitos anos e fechando um ciclo de longa peregrinação, Odilon retoma a Campinas, em 1958, convidado pelo então reitor da Universidade Católica de Campinas, monsenhor Salim, para reger a cadeira de História do Brasil. Nessa universidade, exerceu uma atividade cultural muito intensa: ministrou cursos de extensão universitária, organizou diversas semanas de estudos históricos e dois Congressos de História. Sua dedicação à universidade era tamanha que, em janeiro de 1972 trouxe a esposa, d. Lourdes, e aqui se fixam, morando inicialmente na rua Conceição, no Edifício Agulhas Negras. Integrando-se totalmente à cidade, foi chamado pela Prefeitura Municipal para fazer parte de uma comissão encarregada de dar nome às ruas não emplacadas de Campinas.

Não satisfeito somente em lecionar, mas afeito à pesquisa, fundou em 1969, a revista Notícia Bibliográfica e Histórica, contando com a colaboração de estudiosos da História. Essa revista resiste até os nossos dias, com mais de 198 números publicados. Inseridas nela são as antologias sobre Campinas e Carlos Gomes, de modo clean e de forma totalmente sem dolo. É um verdadeiro milagre, porque no Brasil, infelizmente, revistas culturais têm fôlego curto. É um empreendimento de entusiasmo de um coração generoso, de uma alma convicta que merece palmas de admiração. O sucesso tem sido além das nuvens. Nesse mesmo ano a Puc realizava o V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História que vinculou o nome de nossa Universidade e, conseqüentemente o da própria cidade, à bibliografia histórica brasileira. Pelo pátio dos leões e pelo jardim interno do velho solar do Barão de Itapura, espalhavam-se os simposiastas, como nos dias normais espalhavam-se os alunos. Tevê grande repercussão nos meios acadêmicos o trabalho do Odilon: Breve relatório sobre arrolamento de fontes primárias na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas.

Sentindo uma certa deficiência na biblioteca de História da universidade, doou sua biblioteca particular, constante de mais de cinco mil volumes. Aliás, essa doação foi feita para que constituísse o núcleo inicial da biblioteca do Departamento de História, biblioteca essa que, por solicitação dos alunos, recebeu o seu nome. Chama-se hoje Biblioteca Professor Odilon Nogueira de Matos.

Em sessão especial, realizada no salão nobre do Jôquei Clube Campineiro, no dia 22 de outubro de 1973, Odilon foi solenemente recebido na Academia Campinense de Letras, a fim de ocupar a cadeira nº 5, que tem por patrono João Lourenço Rodrigues. Foi recebido pelo também acadêmico Hilton Federici, que, na ocasião, escreveu um brilhante discurso.

Entretanto, Odilon não era somente professor e acadêmico. O que nos chama a atenção é a sua grande generosidade e amor ao próximo. As honrarias foram muitas como a medalha Carlos Gomes, o título de cidadão campineiro e os diplomas de mérito.

Os convites para tornar-se membro de Academias famosas, aqui e no estrangeiro, não lhe alteraram a simplicidade de hábitos. Tive o privilégio de ser seu aluno no Curso de História. E sei a que ponto os de minha turma admiravam e respeitavam o mestre. Procurava nos dar uma bibliografia atualizada e enaltecer uma História que levasse em conta o espírito do tempo, sem cuja compreensão qualquer juízo histórico seria falso. Sou-lhe grato por me receber na Academia Paulista de História ele que sempre me incentivou a entrar naquele sodalício. O professor, já dizia o educador José Vieira de Vasconcelos, deve colocar em mãos do discípulo não só uma régua e um compasso, mas sim uma lanterna e uma bússola, para que ele possa continuar, por sua conta e sem tropeços, sua caminhada no mundo do saber e do atuar.

Outra faceta de sua personalidade era o entusiasmo com que contava causos engraçados nas aulas, como também nas mesas de café. Lembro-me bem das nossas reuniões aos sábados de manhã, no Bar e Restaurante Giovanetti, em companhia de amigos, cujas conversas eram regadas por um bom chopp, um bom pastel e um pão de queijo, seu preferido. Os assuntos eram os mais variados, desde História...até futebol.

Ao gozar dos privilégios da aposentadoria, mas não vencido, mestre Odilon se dedica à releitura dos velhos clássicos da História, à música clássica e a uma de suas paixões: palavras cruzadas.

Para terminar, sem favor algum, o professor Odilon, nesses seus noventa anos, é motivo de orgulho para todos nós. Faz parte daqueles historiadores que, como ele, são os faróis na tempestade, os sinalizadores de tempos melhores, os semeadores de esperança. Bem tinha razão o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho em denominá-lo cidadão do mundo.

SINFONIA PAULISTA: UMA VISÃO DA HISTÓRIA DE SÃO PAULO

Odilon Nogueira de MATOS

Em duas notas que há pouco tive oportunidade de publicar em nossa imprensa periódica abordei assuntos que podem servir de prefácio à conferência que ora pretendo pronunciar. A primeira referia-se a assunto que sempre me preocupou, qual seja o pouco interesse que se nota com relação à História de São Paulo, num contraste sensível com relação ao que se nota em obras especializadas de alta erudição abordando temas isolados da história paulista. Quanto a isto não há a menor dúvida. Numerosos livros, quase todos resultantes de teses universitárias enriquecem a bibliografia histórica paulista. Mas, não são obras que cheguem ao público. O que se lamenta é a falta de obras de síntese que mostrem aos interessados, mas não especialistas, nossa evolução histórica, como existem em outros Estados. Entre alguém em uma livraria e pergunte por uma “História de São Paulo” e ouvirá a já clássica resposta: “Não existe...” E, no entanto, já existiram em outros tempos. Cito apenas duas de meu conhecimento: as de Tancredo do Amaral e de Rocha Pombo, ambas publicadas no início do século passado. Parece-me significativo observar que essas duas “Histórias de São Paulo” traziam, na capa, a indicação: “Adotada oficialmente nas escolas públicas do Estado”. Quer dizer: já se estudou, até nos grupos escolares, a história de nossa terra. E por que não se estuda hoje?

O segundo artigo cuidava de outro tema, igualmente significativo: a presença paulista na História do Brasil. Este, significativamente, servirá para dar o “tom” à “visão da História de São Paulo” que pretendo apresentar nesta minha fala. A propósito, recordo a conversa que tive, há muitos anos, com um colega de outro Estado, justamente sobre o pouco interesse que se nota com relação à história paulista. Depois das minhas lamúrias, perguntou-me ele: “Para que vocês, paulistas, querem estudar a História de

São Paulo se ela se confunde com a própria História do Brasil?” E para fundamentar-se, acrescentou: “Não há região do Brasil, do Norte ao Sul, que, historicamente não esteja vinculada a São Paulo”.

O que ouvi, meus caros ouvintes, encheu-me de orgulho, mas encheu-me muito mais de responsabilidade. E passei a alimentar a esperança que, infelizmente, ainda não se concretizou, de esboçar um largo painel da história paulista, desde a chegada de Martim Afonso de Souza, em 1532, até os dias atuais. Debruçando-me sobre este painel imaginário e sobre ele meditando, escolhi alguns “momentos”, não só da História, mas do Espírito e da Alma de São Paulo, para vos apresentar nesta sessão.

A História de São Paulo, eu a sinto no íntimo de meu ser, como se um ressoar de vozes e de harmonias fizesse dela uma grande sinfonia, na qual os movimentos habituais seriam substituídos por símbolos imperecíveis, mas, cuja definição, usarei os próprios termos musicais.

Primeiro Movimento: Allegro Moderato

Em seu discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, em maio de 1933, discurso que é uma das obras primas da oratória brasileira, o grande jurista e também historiador que foi Alcântara Machado proferiu uma frase que teve enorme repercussão, repetida milhões de vezes e muitas vezes com o seu verdadeiro sentido alterado e até deformado. Dizendo-se descendente de um dos companheiros de Martin Afonso de Souza na arribada histórica de 1532, e dizendo que sempre vivera em São Paulo, prendendo-o ao chão de Piratininga “todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais”, pois desde a

mesa em que trabalhava, a cátedra que ocupava na escola, a tribuna que usava nas assembléias, deitavam raízes nas camadas mais profundas do solo em que dormiam os mortos de que provinha, e confessando que tudo na sua pessoa traía o seu paulistanismo, a começar pela descansada de legítimo piracicabano, fala que esperava ouvi-la na agonia, como a ouvira no berço em que se embalara, empregou, como coroamento de suas imagens, esta frase lapidar: “Assim, nem por gracejo se lembraria alguém de pôr em dúvida o meu brasileiro, porque paulista sou há quatrocentos anos...” Notai, prezados ouvintes, que Alcântara Machado considerava-se “paulista de quatrocentos anos” precisamente para que ninguém pusesse em dúvida o seu sentimento de brasilidade. E no entanto, quantas e quantas vezes a expressão “paulista de quatrocentos anos” tem sido empregada como reflexo de um orgulho vazio e até comprometedor das legítimas tradições paulistas. Mas ainda: já a encontrei deformada na sua origem e no seu sentido em livro de grande escritor brasileiro, membro também da Academia Brasileira de Letras...

Segundo movimento: Andante expressivo

Em fins do século XVII, precisamente em 1696, passou pelo litoral de São Paulo, estagiando em Santos e São Vicente, o navio do Senhor De Gennes, em viagem de circunavegação. A bordo, vinha o Senhor De Froger, que, dois anos depois, publicaria em França um dos mais raros relatos de viagem de que se tem notícia. Nem Froger nem o comandante de seu navio vieram a São Paulo. Ficaram no litoral. Mas, o cronista informou que, no alto das grandes montanhas que dali se avistavam, ou seja, a escarpa da Serra do mar, havia um burgo inteiramente isolado do resto do mundo, que mais parecia “um covil de bandidos de todas as nações”, vivendo sem lei nem rei, não permitindo que pessoa alguma lá chegasse. Onde teria o navegador francês aprendido isso, senão através dos informes desfavoráveis que sobre os paulistas se propagavam por outras regiões do Brasil em grande parte divulgados pelos cronistas jesuítas, os quais, com boas razões, não podiam mesmo gostar dos paulistas?

Mas o depoimento do viajante francês vale como testemunho do isolamento em que São Paulo viveu durante quase todo o período colonial, resultante de condições geográficas bem conhecidas, criando, para a nossa terra, uma configuração sócio-econômica toda especial dentro

da comunidade brasileira. Todos quantos têm estudado mais profundamente a história paulista ressaltaram algumas características que marcaram a fisionomia de São Paulo nos tempos coloniais, contrastando-a com a de outras regiões do país: a pequena propriedade, a agricultura de subsistência, a policultura, as atividades vinculadas ao apresamento indígena, a expansão geográfica, a pobreza de sua sociedade, o pouco lustre de sua vida cultural, o nomadismo imposto pelas atividades a que se dedicou, o espírito de altivez, de arrojo e a tenacidade do grupo bandeirante naquelas aventuras que impressionaram os próprios homens do governo reinól. Tudo isso convidanos ao estudo de uma história menos épica e mais humana, uma história na qual o povo apareça, como o fizeram, entre outros, Alcântara Machado, Otoniel Mota, Paulo Prado, Belmonte, Ernani Silva Bruno... Longe do Fausto e da opulência da sociedade patriarcal nordestina, o que a documentação paulista nos revela é precisamente o oposto: um núcleo de extrema pobreza, sem igual no país, a tal ponto que seus filhos precisaram deixá-lo para tentar a vida em outras áreas do Brasil. Daí, o movimento quase ciclópico da expansão paulista por quase todo o país e nas suas várias modalidades – apresamento, pastoreio e mineração – as quais só podem ser entendidas uma vez consideradas as condições físicas, sociais e econômicas que pautaram a vida do Planalto.

Mas, muito pouco beneficiou-se São Paulo da expansão que seus filhos empreenderam em dilatadas regiões do País. Ao contrário: representou o bandeirismo verdadeira sangria na população Planaltina, com a corrida para os centros onde o ouro fora descoberto e junto aos quais estabeleceram os paulistas seus arraiais, origem de numerosas cidades. Raríssima a cidade das regiões de mineração que não tem resultado de uma fundação paulista. E não só nas Minas Gerais. Esta foi a primeira, o ponto de partida da grande expansão do século XVIII. Mal sucedidos nas Minas, os revezes sofridos pelos paulistas na chamada “Guerra dos Emboabas” – escrevi alhures – “incitam-nos a procurar novos rumos para a sua expansão. Dentro de alguns anos, novos veios auríferos serão revelados, em Mato Grosso e em Goiás, incorporando essas extensas regiões do Centro-Oeste brasileiro à área de sua influência e garantindo para Portugal a posse definitiva de tão dilatados territórios quando, em 1750, tiveram de ser delimitadas as fronteiras entre a América Espanhola e a América Portuguesa”.

O povoamento e conseqüente desenvolvimento das regiões de mineração tornaram-nas dentro em pouco

capitanias autônomas, destacadas de São Paulo, de maneira que, ao atingir os meados do século XVIII, a primitiva capitania viu-se reduzida a menos de um terço de sua área original. O despovoamento – quantitativo e qualitativo – levou-a a tais extremos de decadência que redundou na sua própria extinção. Em 1748 desaparecia a Capitania de São Paulo, simplesmente anexada à do Rio de Janeiro. Dezesete anos perdurou esta situação, único hiato em toda a história administrativa de São Paulo. Em 1765, foi restaurada a capitania paulista, compreendendo apenas o atual Estado de São Paulo e mais o Paraná, que este, só em meados do século XIX seria constituído em província autônoma, o último dos cortes sofridos por São Paulo em sua história quadrisecular. Tendo como base a cana de açúcar no interior da capitania, configurou-se nova fisionomia para o território paulista. A política povoadora do Morgado de Mateus, levando a ocupação do solo, mediante a concessão de sesmarias, até quase metade do atual território, quando, antes, a linha do povoamento, detinha-se nas bordas da depressão periférica, encontrou na preciosa gramínia todo o seu apoio. Inúmeras cidades de hoje devem seu desenvolvimento (e às vezes sua própria existência) a essa atividade. Dentro do chamado “quadrilátero do açúcar”, as atividades subsidiárias se desenvolvem como ancilares da cultura canavieira e um esboço de vida urbana vai se delineando mais para o fim do século, quando diversos núcleos de povoamento, alegando o desenvolvimento da cultura da cana e da produção de seus engenhos, foram criados em freguesias e posteriormente em vilas, com a instalação do competente poder municipal.

Terceiro movimento: Adágio com moto

Na segunda metade do século XVIII, o primeiro governador de São Paulo após a restauração da capitania, escrevia ao Rei recomendando-lhe que utilizasse os paulistas se precisasse de grandes empreendimentos pelo interior das terras do seu Estado do Brasil, porque, pela experiência de mais de um século que tinham de viagens pelo sertão, conheciam-no melhor que ninguém e estariam prontos ao serviço de Sua Majestade, pois entre os seus atributos, além de coragem e da audácia, enumeravam-se a honra, o brio, a dignidade, o senso de responsabilidade e a vontade de servir. Mas, nem seria preciso essa recomendação, pois certamente sabia o Rei e sabiam os da administração local ou metropolitana que, por mais uma

vez, já haviam sido os paulistas solicitados para grandes empresas em todo o país: chamados a conter os espanhóis nas suas investidas no Sul; chamados para ajudar os pernambucanos a expulsar os holandeses; chamados pelos alagoanos para ajudar na destruição de Palmares; chamados para auxiliar na demarcação das fronteiras delimitadas pelos tratados de Madrid e de Santo Ildefonso; chamados para conter e dominar a chamada “guerra dos bárbaros”, nos sertões do Nordeste. Que mais? O Morgado de Mateus apenas reiterava aquilo que um século já demonstrara ser real e patente: o sentido de integração, sem animosidades e sem rancores contra os habitantes de qualquer região do país, por mais isolados que dela se encontrassem. Nada havia que aproximasse social, cultural e economicamente os paulistas dos povoadores de outras regiões do Brasil. Mas quando estas regiões apelam para São Paulo, a presença paulista não tarda e ela se identifica com os irmãos de todo o chamado “Estado do Brasil”, do qual muitas regiões haviam sido desbravadas, povoadas e até colonizadas por eles próprios.

Quarto movimento: Allegro maestoso

Pouco antes da Independência, visitou o Brasil o grande botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. Autor de admiráveis relatos de viagens demonstrou profundo conhecimento de nossa história e de nossa gente, a ponto de seus livros constituírem fontes preciosas para o estudo de nosso passado. Meditando sobre a história paulista, impressionou-se Saint-Hilaire com o movimento das bandeiras. E afirmou que, para ele, a grande epopéia do bandeirismo só teria explicação se aquela gente pertencesse a uma “raça de gigantes”. Eis o contexto de Saint-Hilaire onde se insere a expressão: “Quando se sabe, por experiência própria, quantas fadigas, privações, perigos ainda hoje aguardam o viandante que se aventuram nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis incursões dos paulistas antigos, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes”.

E a que “incursões intermináveis” referia-se Saint-Hilaire? Aquelas que fizeram recuar o meridiano de Tordesilhas, aumentando de dois terços o território brasileiro e dando-nos, com pequenas modificações, o mapa do Brasil de hoje: sertanistas de Taubaté descobrem as Minas Gerais, o anhanguera e os Pires de Campos descobrem as terras goianas;

Domingos Jorge Velho perluastra o vale do São Francisco e leva as primeiras cabeças de gado, abrindo as mais antigas fazendas nos campos do Piauí; Matias alcança o Ceará, Manuel Preto vence a Guairá e o Sul de Mato Grosso, dominando os espanhóis; Miguel Sutil, Pascoal Moreira Cabral e os irmãos Leme descobrem o ouro do Cuiabá, e batem os sertões de Mato Grosso, alcançando as margens do Guaporé; Raposo Tavares conquista aos espanhóis o Paraná, o sul de Mato Grosso e o norte do Rio Grande do Sul, comanda o socorro paulista contra os holandeses no Nordeste, vence em aramas os Andes do Peru e da Nova Granada, atinge o grande rio das Amazonas, encerrando o maior ciclo de devassamento das terras americanas; pela mesma época, Fernão Dias, depois de ter percorrido o Sul, empreende a famosa jornada esmeraldina,

“em março, ao findar as chuvas, quase a entrada do outono, quando a terra em sede requeimada, bebera longamente as águas da estação”,

no dizer do maravilhoso poema de Bilac. E onde? “para o Norte inclinando a lombada brumosa”, onde “entre nateiros”, jazia a serra misteriosa, a azul Vupabuçu que lhe beijava as verdes faldas, e onde

“águas crespas, galgando abismos e barrancos atulhados de prata”

umedeciam-lhe os flancos em cujos socavões dormiam as esmeraldas. E após sete anos de jornada inútil, “combatendo índios, febres, peludes, feras, contendo os sertanejos rudes, dominando o furor da amotinada escolta”, volta com o seu tesouro falso, mas que ele que verdadeiro e o aperta ao peito, a transbordar de pedras verdes.

“Mas num desvão da mata, uma tarde, ao sol posto, Pára. Um frio livor se lhe espalha no rosto...”

É a febre... é a morte...

Na terra que venceu - continua o poema Bilac – há de cair vencido, e o herói, trôpego e envelhecido, roto e sem forças cal junto do Guaicuí.

É ainda o grande poeta parnasiano quem lhe idealiza a agonia:

“É essa face cavada e magra, que a tortura da fome essas privações maceraram – fulgura como se asa ideal de um arcanjo a roçasse”.

No seu delírio, tudo lhe parecia verde, verde como uma grande esmeralda:

“Verdes, os astros no alto abrem-se em verdes chammas;

Verdes, na verde mata, abalam-se as ramas,
E flores verdes no ar brandamente se movem;
Chispam verdes fusís riscando o céu sombrio;
Em esmeraldas flui a água verde do rio,
E do céu todo verde, as esmeraldas chovem...”
É a ressurreição – continua o poeta – pois o corpo

se levanta:

“E esse destorço humano, esse pouco de pó
Contra a destruição se aferra à vida, e luta,
E treme, e cresce, e brilha, e afia o ouvido e escuta
A voz, que na solidão só ele escuta:
Morre! Morrem-te às mãos as pedras desejadas,
Desfeitas com um sonho, e em lodo
desmanchadas...”

Que importa? Dorme em paz, que o teu labor é findo!
Nos campos, no pendor das montanhas fragosas,
Comum grande colar de esmeraldas gloriosas
As tuas povoações se estenderão fulgindo!
Quando, do acampamento o bando Peregrino
Saía, ante-manhã, ao sabor do destino,
Em busca, ao norte e ao sul, de jazida melhor,
Nosso louco vagar, nessa marcha perdida,
Tu foste como o sol, uma fonte de vida:
Cada pousada tua era um caminho aberto,
Cada pouso mudado, uma nova conquista!
E enquanto ias, sonhando o teu sonho egoísta,
Teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto!
Morre! Tu viverás nas estradas que abriste!
Teu nome rolará no largo choro triste
Da água do Guaicuí... Morre, conquistador!
Viverás quando, feito em seiva o sangue, ao ares
Subires desnutrindo uma arvore, cantares
Numa ramada verde entre um ninho e uma flor!
Morre! Germinarão as sagradas sementes
Das gotas de suor, das lágrimas ardentes!
Hão de frutificar as fomes e as vigílias!
E um dia, povoada a terra em que te deitas,
Quando, aos beijos do sol, sobrarem as colheitas,
Quando, aos beijos do amor, cresceram as famílias,
Tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas,
No esto da multidão, no tumultuar das ruas,
No clamor do trabalho e nos hinos da paz!
Violador de sertões, plantador de cidades,
Dentro do coração da pátria viveras!”

O espírito bandeirante continua e, ao longo dos séculos, define-se nos mais variados empreendimentos, pois bandeirante se torna sinônimo de empreendedor. Se antontem apresava índios, descobria minas e abria fazendas de gado, se cultivava a cana e depois o café e

com ele construía estradas de ferro, hoje se reflete na zonas pioneiras e nas novas atividades que criou para a economia. Porque, de fato, bandeirantes são igualmente os fazendeiros de café, os construtores de nossas ferrovias, os povoadores de nossas frentes pioneiras, os criadores de nossa indústria, os forjadores de nossa cultura literária, jurídica, científica, artística, que se indica com os primeiros albos do romantismo na vetusta Academia de Direito do Largo de São Francisco, eclode na Semana de Arte Moderna e chega a grande revolução cultural de nossa época, já no século XXI.

Ao lado, pois, do movimento material de que se orgulha, também o desenvolvimento cultural com o que se enobrece. Aliás, Alcântara Machado, no citado discurso da Academia Brasileira de Letras, já o lembrava ao ver em São Paulo a fusão harmoniosa das almas de Marta e de Maria: ávido de bens materiais, porque tem horror à dependência, mas igualmente ambicioso das riquezas imperecíveis, por isso mesmo tão ufano de suas fábricas e lavouras como de sua cultura e tradição. A tal ponto generoso e benéfico aos forasteiros, que se um deles chega cheio de sanhas e prevenções, logo se esquece de combatê-lo e se põe a cortejá-lo. Tenás como a verdade, paciente como a justiça, leal como a claridade. O nome varonil que recebeu dos jesuítas anuncia-lhe predestinação radiosa. Nas primeiras palavras de Saulo, depois de siderado pela graça, preluz o temperamento daquele que, sem perda de um minuto, vai conquistar o mundo para o Cristianismo: Senhor, que devo fazer? A vocação histórica do paulista remata Alcântara Machado, é como a do seu patrono: a ação. E que ação?

Ultimo Movimento: Allegro ma non troppo

Em 1932, quando os soldados paulistas lutavam pela lei e pela Constituição, numa empresa infelizmente mal compreendida pelos outros Estados, que viram na revolução paulista um sentimento anti-brasileiro e até separatista (senti o problema porque, na ocasião, vivia em outro Estado), não tinha São Paulo ainda um brasão de armas – e era a única unidade da Federação que o não possuía – desejou naturalmente ter o seu escudo heráldico. E qual a legenda que escolheu para o seu brasão? Contrastando com o altivo.

“Non ducor, duco”, da Capital, escolheu a mais brasileira de todas as legendas. Vejam, prezados ouvintes: o Estado acusado de anti-brasileiro e separatista, escolhe para a legenda de seu brasão a bela frase “Pro Brasília flant eximia”, isto é “Que se façam grandes coisas pelo Brasil!”.

A legenda do brasão de São Paulo é bem uma síntese de sua história.

Terra que, antes de pensar em si, pensou na grande Pátria: dilatando as fronteiras, aumentando assim de dois terços a superfície do país; desbravando e povoando extensas regiões de Minas Gerais, do Nordeste e do Centro – Oeste; na Independência, consolidando as instituições, com a figura de José Bonifácio, em termos de unidade nacional, contrariando tendências separatistas que em outros grupos se configuravam; na Regência, assegurando, na pessoa de Feijó a ordem e a unidade do Império, tão ameaçadas; na Republica, escolhendo e defendendo o sistema federativo, por ser aquele que melhor se adaptaria ao espírito desenvolvimentista das províncias imperiais; com três presidentes que deu à Republica, em seu início, consolidando o regime; com sua Faculdade de Direito, desvinculando o país da tutela intelectual da velha Coimbra; com a cultura do café, dando ao Brasil seu esteio econômico; com suas frentes pioneiras, atraindo brasileiros de todos os Estados, que aqui se identificaram com os nossos ideais, aqui fizeram suas carreiras, inclusive alcançando, por eleição, cargos públicos e o próprio governo do Estado; com seus movimentos literários, sempre pensados em termos de Brasil e não em termos regionais, como ocorre em outras áreas onde a literatura foi marcado por intenso regionalismo, pois não temos até hoje um romance paulista bem caracterizado, como temos, por exemplo, o romance mineiro, nordestino ou gaúcho. Nessa atividade cultural, São Paulo preferiu anular-se em favor do todo nacional, pois o maior movimento literário de sua historia – a Semana de Arte Moderna, de 1922 – é brasileira, nada tendo de paulista a não ser a naturalidade de seus promotores. Este espírito que faz de São Paulo um estado-síntese é a melhor afirmação de seu sentido de brasileiro, traduzindo na legenda de seu brasão.

Mas, há nesta “Sinfonia Paulista” um complemento patético, que faz com que ela em vez de concluir-se com um “Allegra brilhante”, como em geral ocorre na obras desse gênero, termine, tal como o fez Tchaikovsky na sua sexta sinfonia, com um Adágio lamentoso. O paulistanismo de quatrocentos anos, a que se referia Alcântara Machado; a coragem, a audácia, a honra, a dignidade, o brio, a altivez, o senso de responsabilidade, a vontade de servir tantas e tantas vezes demonstradas nos grandes momentos de sua história; a raça de gigantes lembrada por Saint – Hilaire; a fusão das almas de Marta e Maria (ainda na imagem de Alcântara Machado), tudo isso, galardoes imperecíveis de um grupo, de um povo, vai se diluindo num passado

nevoento, no qual custamos distinguir as imagens que nos foram tão caras, nem se quer vislumbrar nada do que foi, nem do que deveria ter sido sempre.

O estudo e o cultivo de nossas e do nosso regionalismo (tomada aqui a palavra no bom sentido) de que os outros Estados nos dão magníficos exemplos, deverão constituir a preocupação precípua de todos nós, para que o espírito paulista, sem bairrismo (como pode ser bairrista uma terra cosmopolita, na qual raramente se encontram sobrenomes que não sejam estrangeiros?), sem animosidades, mas com aquela altivez que os homens da terra sempre souberam ter, quando lembravam, a exemplo do lendário Sepe, que “esta terra tem dono” e, como tal, não pode e nem deve ser desfigurada, simplesmente porque acolheu de todos os Estados e estrangeiros de todos países.

Evitemos a desfiguração, a descaracterização de nossa terra, não só a material e cultural, mas especialmente a moral. E eu me permito uma paródia: certa vez um famoso líder religioso afirmou existirem no mundo, atualmente, mais de novecentos milhões de cristãos, o que provocou de um jornalista irônico esta terrível pergunta: “Onde estão eles? “...Hoje, quando as estatísticas nos mostram que temos mais de trinta milhões de paulistas, ocorre-nos também a

vontade de perguntar:”onde estão eles?” Serão paulistas mesmo ou simplesmente nascidos em território paulista? Para mim, há muita diferença, especialmente se considerarmos a quantidade imensa, que felizmente existe, de brasileiros de outros Estados e de estrangeiros de outros países, mas que se tem demonstrado mais paulistas do que se aqui tivessem nascido.

Seria o caso de esperarmos por alguma “pancada heróica” capaz de despertar as fibras de nosso paulistanismo, para que se revigorem aquelas forças que tanto nos ilustraram no passado, mas que se diluíram com o passar do tempo, com a inércia, o desinteresse, o comodismo, o aviltamento de nosso passado e a descrença no nosso futuro? Que saibamos vencer tais anomalias, tais vícios de formação, tais descaracterizações para que São Paulo tome novamente consciência de seu papel na historia e na vida de nosso país. Enfim, para que os paulistanos voltem a ser aquela “raça de gigantes”, a que se referia Saint-Hilaire.

(Lida em sessão da Academia Ituana de Letras no dia 5 de novembro de 2002 e na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no dia 25 de janeiro de 2003).

COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA DE CAMPINAS a transmissão dos saberes em ciências naturais - 1873/1900*

Reginaldo Alberto Meloni¹

RESUMO

Nos últimos trinta anos do século XIX ocorreu uma transformação no ensino secundário, no Brasil com a progressiva valorização das disciplinas de ciências naturais e, conseqüentemente, com uma relativização da importância das disciplinas ligadas às humanidades. O objetivo deste trabalho é verificar alguns aspectos deste processo no Colégio Culto à Ciência, de Campinas a partir de duas vertentes: a organização da escola e a mudança no método de ensino.

Com relação ao primeiro aspecto, verifica-se que neste final dos oitocentos os currículos começaram a ser recheados com disciplinas cujo principal objetivo era o conhecimento racional-científico que poderia levar ao domínio da natureza.

Em relação a metodologia observa-se que, o estudo da natureza poderia ser mais interessante a partir do desenvolvimento de algumas habilidades no aluno, como a capacidade de observação e de indução das suas leis.

Palavras-chave: educação, ciência e campinas

SUMMARY

In last the thirty years of century XIX a transformation in secondary education occurred, in Brazil with the gradual valuation of them disciplines of sciences naturales e, consequentemente, with a relativization of the importance of disciplines on the humanities. The objective of this work is to verify some aspects of this process in the Cultured College to Science, of Campinas from two sources: the organization of the school and the change in the education method. With relation to first aspect, verifica that in this end of the eight hundred resumes they had started to be stuffed with you discipline whose main objective was the rational-scientific knowledge that could lead to the domain of the nature. In relation the methodology is observed that, the study of the nature could be more interesting from desenvolvimento of some abilities in the pupil, as the capacity of comment and induction of its laws.

Word-key: education, science and campinas

* Este trabalho é o resultado de parte das pesquisas do projeto “Cultura Material Escolar: a apropriação de uma cultura européia pelo Colégio Culto à Ciência de Campinas”, que se desenvolve na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Menezes, com o apoio do CNPq. Este projeto tem como objetivo a preservação dos acervos históricos, compostos por documentos, livros, mobiliários e materiais pedagógicos desta instituição escolar.

¹ Doutorando em História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Professor de Química da EE Culto à Ciência e Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas

Introdução

Os últimos trinta anos do século XIX viram nascer no Brasil, uma escola que aos poucos foi relativizando a força das disciplinas das chamadas humanidades para valorizar o conhecimento do mundo natural. Entre outras indicações da ocorrência deste processo na educação, pode-se citar as transformações que se deram nos currículos. Se até este período a escola tinha em seu currículo uma predominância das disciplinas que procuravam desenvolver um conhecimento clássico-humanista, neste final dos oitocentos os currículos começaram a ser recheados com disciplinas cujo principal objetivo era o conhecimento racional-científico que poderia levar ao domínio da natureza.

Outro aspecto deste processo é a mudança de método que vai sendo sugerida pela própria característica do conteúdo a ser trabalhado na escola. Se o ensino das humanidades estava centrado na capacidade de memorização do aluno, o estudo da natureza exigia do aluno, outras habilidades como a observação da natureza e a dedução das suas leis. Com isso, se no primeiro caso, o mestre trabalhava com as letras, com os textos, no segundo caso, o mais importante era a observação dos fenômenos naturais. Se antes a biblioteca era o ambiente de estudo, para além da sala de aula, depois, os laboratórios, os gabinetes e museus naturais passariam a ter uma grande importância no processo de transmissão de conhecimento.

Este trabalho tem como objetivo a verificação de alguns aspectos deste processo a partir da organização do currículo e da cultura material² que se estabeleceu para a prática da transmissão dos saberes em ciências naturais no *Colégio Culto à Ciência* de Campinas, entre fins do século XIX e início do século XX.

A Instituição

Esta instituição foi fundada oficialmente em 13 de abril de 1873 com forte influência dos positivistas e dos

maçons desta região da província, em sintonia com os ideais de progresso e do culto à razão, característicos do século XIX. Até o ano de 1892 a escola funcionou como instituição privada, dirigida pela *Sociedade Culto à Ciência*. Neste ano a escola fechou suas portas em função de problemas financeiros e da epidemia de febre amarela e o colégio só foi reaberto em 1896, já sob o controle do poder público, ou seja, como *Gymnásio de Campinas*.

Há, portanto, duas grandes fases neste período em que a instituição está sendo analisada: uma é a que compreende desde sua fundação (1873) e vai até o ano de 1892; a outra, iniciou-se em 1896 e estendeu-se até o início do século XX. Na primeira a instituição é privada e autônoma para a definição de sua organização e dos seus objetivos. Na segunda fase, a instituição é pública e fará todo um esforço para obter os mesmos privilégios que o *Gymnásio Nacional* – situado no Rio de Janeiro – e o *Gymnásio da Capital* paulista.

Durante toda a primeira fase desta instituição não foram constatadas quaisquer disciplinas voltadas às ciências naturais.³ Mas, a partir de 1898 iniciou-se um movimento no sentido de intensificar o ensino destas disciplinas que se refletiu na destinação de verbas para a aquisição de vários objetos, para a constituição do gabinete de física, o laboratório de química e o museu de história natural, a nomeação de lentes para esta área do conhecimento, a indicação dos manuais específicos das ciências naturais e a presença constante do tema nos documentos oficiais.

O Currículo

Um fator que impulsionava o ensino das ciências, neste período, era a exigência de que as instituições de ensino só poderiam ser equiparadas ao *Gymnásio Nacional* – e, portanto credenciar seus alunos ao ensino superior sem a necessidade de novos exames – se os seus programas de ensino e as regras para suas execuções fossem iguais às definidas pela Congregação do ginásio da capital da república.⁴

² BURKE, P. (2004), *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

³ O currículo, em 1874 era composto por Português, Alemão, Aritmética, Álgebra, Francês, Inglês, Geografia, Latim, Desenho, Doutrina Cristã, Música e Ginástica. Portanto, nesta primeira fase da escola era oferecido aos alunos um ensino de caráter humanístico e literário e não há qualquer menção à existência de aulas de história natural ou outra disciplina relacionada a esta.

⁴ *Código dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundário*. Dec. N. 3890. DOU 25 de janeiro de 1901.

Com isso, iniciou-se uma discussão no sentido de elaborar um regimento para os *gymnasios officiaes do Estado, amoldando-os ao Gymnasio Nacional*⁵ (Colégio Pedro II nos tempos do Império) do Rio de Janeiro. Neste período o Culto à Ciência participou desta grande mobilização no sentido de modificar a organização das instituições educacionais paulistas. Desde 18 de dezembro de 1897 (Decreto 503) já havia uma regulamentação para estas instituições, mas em agosto de 1900 o debate voltou à tona com a apresentação de um novo projeto de regimento na Câmara dos Deputados de São Paulo.

Em função da urgência em se obter a equiparação ao Gymnasio Nacional a aprovação do projeto foi muito rápida, pois a apresentação se deu em 25 de agosto e a aprovação aconteceu em apenas cinco dias, ou seja, no dia trinta do mesmo mês. O tempo de tramitação também não se alongou muito, já que o que se pretendia era estabelecer um regulamento muito semelhante ao da instituição carioca. Com exceção da questão dos vencimentos dos professores e demais funcionários das instituições escolares a tramitação transcorreu sem maiores debates. Com isso, em novembro de 1900 as instituições paulistas já possuíam um regulamento que era muito semelhante ao do ginásio da capital federal.

Com a definição do regulamento, a equiparação da instituição de Campinas com a do Rio de Janeiro não tardaria a acontecer. Para o Colégio Culto à Ciência o decreto de equiparação foi assinado em 16 de fevereiro de 1901,⁶ por Campos Sales após a instituição ter realizado as adaptações em suas instalações e em seu currículo de acordo com o que previa o novo regulamento dos ginásios do Estado de São Paulo. Algumas das mais significativas adaptações são as que têm relação com o ensino das ciências naturais.

O Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário já previa que para se conseguir e manter a equiparação era obrigatório para os estabelecimentos *a existência de laboratórios e gabinetes*

*necessários ao ensino.*⁷ De acordo com este mesmo código a organização dos programas de ensino e o estabelecimento das regras para a execução deste programa eram de competência da Congregação do Gymnasio Nacional e como este estabelecimento de ensino possuía os espaços necessários ao ensino prático das ciências⁸, era obrigatório que todas as instituições equiparadas também o tivessem.

Após um tempo fechado, o Culto à Ciência reabriu no momento em que a discussão sobre o currículo das escolas oficiais iniciava com força: a escola voltou a funcionar no final do ano de 1896 e no ano seguinte foram oferecidas as três primeiras séries, o 4º ano iniciou-se em 1898, o 5º ano em 1899 e, em 1900 a escola ofereceu o curso secundário completo.⁹

O primeiro regimento desta fase, elaborado em 1897,¹⁰ previa que a disciplina Physica/Chimica seria oferecida em 2 aulas no 4ºano, 2 aulas no 5ºano e 4 aulas no 6ºano (de um total de 115 aulas no curso). No entanto, ao que parece, não havia a certeza, por parte dos legisladores, sobre a importância que deveria ser dada a este ramo do conhecimento.

No novo regimento, aprovado em dezembro de 1900¹¹ após um debate de aproximadamente três meses na Câmara dos Deputados, as aulas das ciências naturais foram reduzidas em números absolutos e em relação ao número total de aulas. Neste regulamento, as aulas de Physica / Chimica foram reduzidas a 5 no 5ºano e 1 no 6ºano de um total de 145 aulas. Além disso, pelo artigo 204 deste regulamento, eram *considerados finaes, valendo para todos os efeitos, os seguintes exames prestados em conjunto com as matérias de cada ano: [...] physica/chimica do 5ºano...*, ou seja, a aula que era oferecida no sexto ano passaria a ser opcional.

No entanto, esta grade não estava de acordo com o que vigorava no Gymnasio Nacional¹² e poucos meses depois, um novo regulamento alterava novamente a distribuição de aulas desta disciplina para 4 aulas no 5ºano e 3 aulas no 6ºano de um total de 141 aulas¹³ no curso,

⁵ Annaes da Câmara dos Deputados de São Paulo – 1900.

⁶ Decreto 3928, DOU 17/02/1901.

⁷ DOU de 25 de janeiro de 1901, Decreto 3890 de 01 de janeiro de 1901

– Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário.

⁸ Regulamento para o Gymnasio Nacional, Art. 5º [...] “Haverá em cada estabelecimento um preparador de Physica, Chimica e um de História Natural.

⁹ Relatório do delegado fiscal do governo Antônio Álvares Lobo de 15 de fevereiro de 1901.

¹⁰ Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto N.503 de 18 de dezembro de 1897.

¹¹ Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto N.858 de 14 de dezembro de 1900.

¹² Regulamento para o Gymnasio Nacional. Decreto N. 3914 de 26 de janeiro de 1901.

¹³ Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto N.872 de 07 de fevereiro de 1901.

umentando em uma aula semanal, porém diminuindo o número de aulas obrigatórias do 5º ano e aumentando o número de aulas opcionais no 6º ano.

Esta transformação provocou vários protestos do delegado fiscal do governo, que argumentava não apenas contrariamente a esta mudança, como a favor de um desenvolvimento destas disciplinas, já que em relatório de julho de 1901 ele colocaria a questão da necessidade de,

*mais desenvolvimento dos estudos de Physica e Chimica e História Natural [e] pela reforma do regulamento do Gymnasio (Dec. N. 858) no sentido de tornar obrigatória a repetição dessas disciplinas no 6º ano, isto é, da Physica e Chimica que são matérias finais no 5º ano com repetição facultativa. Uma vez que para o estudo geral das sciencias preparatórias Physica, Chimica e Historia Natural – foi eliminado dos cursos das faculdades de Medicina e da Escola Polytecnica, é de toda necessidade no desenvolvimento dos Institutos Equiparados.*¹⁴

Aliás, a questão dos cursos preparatórios ainda voltaria a ser usada como argumento em favor das ciências nas escolas equiparadas em outro momento pelo fiscal do governo. Após ser cobrado pelo “Ministro” sobre a necessidade de adaptar as escolas equiparadas, Antônio Álvares Lobo responde:

*Conforme meu ofício de 18 de abril, comuniquei ao diretor do Gymnasio a necessidade de desenvolvimento dos estudos de Physica e Chimica e Historia Natural, desenvolvidos nos respectivos gabinete e laboratório. [...] Entretanto, devo ponderar a V.Exª a necessidade de tornar obrigatória a revisão do 5º ano das matérias Physica, Chimica e Historia Natural.*¹⁵

Do ponto de vista da posição oficial expressa pelos relatórios do delegado fiscal do governo, dos anais que

relatam os debates na câmara dos deputados e das leis e decretos pode-se perceber que havia uma tendência à valorização do ensino dos conhecimentos das ciências da natureza no ensino secundário. Porém, esta tendência não se deu sem contradição e nem de forma linear. Constatou-se que havia posições mais favoráveis ao ensino das ciências e outras que não viam a mesma importância nesta área do conhecimento. Pode-se considerar estas posições como sendo isoladas ou elas refletiam um debate que estava ocorrendo de forma mais ampla sobre a educação?

Considerando que o currículo é um artefato social¹⁶ pode-se partir da hipótese de que ele tem muito a nos dizer sobre a sociedade em seu tempo. No entanto, a letra fria das leis certamente não reflete as negociações e táticas adotadas no processo complexo do ensino-aprendizagem que se estabeleceu no interior da escola. Avançar neste emaranhado é o que se pretende agora.

Constituição da Estrutura para as Aulas Práticas

Como já foi dito, uma das motivações para as escolas começarem a trabalhar com as ciências naturais era o fato de que isto era previsto pelo regulamento do Gymnasio Nacional. No entanto, este regulamento não se restringia à definição do currículo, mas definia também a forma como deveriam ser abordados os conteúdos. Além do fato de que os estabelecimentos deveriam ter laboratórios e gabinetes necessários ao ensino, havia a previsão de que para que estes espaços pudessem ser colocados em uso, as instituições deveriam ter um *preparador* de Physica/Chimica e um de História Natural.¹⁷

Essa lei é do início do século XX. No entanto, o Regulamento dos Gymnásios do Estado de São Paulo definidos em 1897 mostra que esta concepção de ensino já vinha se impondo de algum tempo, pois em seu artigo 9º já se previa que “o ensino de Physica e Chimica terá por base repetidas experiências em gabinetes e laboratórios, acompanhando a exposição e explicação metódica das respectivas teorias”.¹⁸ Mais do que uma mudança no currículo, o que se propunha era uma mudança no método.

¹⁴ Relatório do delegado fiscal do governo Antônio Álvares Lobo de 26 de julho de 1901

¹⁵ Ofício do delegado fiscal do governo Antônio Álvares Lobo de 04 de dezembro de 1901.

¹⁶ Goodson, I.F. (1997). A Construção Social do Currículo. Lisboa. Educa. p 17.

¹⁷ Regulamento para o Gymnasio Nacional. Decreto N. 3914. DOU 09 de fevereiro de 1901.

¹⁸ Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto N. 503 de 18 de dezembro de 1897.

No *Colégio Culto à Ciência* a estrutura para que fossem ministradas as aulas de ciências foi montada com relativa rapidez. Em 1898 foi nomeado para a cadeira 9, que englobava as ciências naturais, José Pinto de Moura que havia sido pesquisador do Instituto Agrônômico nos anos de 1895 e 1896. Este professor permaneceu na escola até o ano de 1901 contribuindo para a organização do espaço e para a aquisição de equipamentos para o laboratório e gabinete da escola. Com sua saída, ingressou como professor da cadeira 12 de *Physica/Chimica* o professor Manoel Agostinho Lourenço. Em poucos anos a escola construiu um espaço próprio para as aulas práticas que recebeu do delegado fiscal do governo o seguinte comentário em seu relatório:

Em espaço [...] se acham instaladas as aulas especiaes de Chimica e Physica, Historia Natural e Antropologia.

Nelle se vêem perfeita e utilmente dispostos o laboratório de chimica com os precisos aprestos, retortas, etc, o gabinete de physica que possui machina pneumática e elétrica, bem como instrumentos para o ensino de elementos desta sciência, o museu de historia natural, do naturalista Emilio Deyrolle, compreendendo colleção de mineraes, do mesmo professor, devidamente classificados.¹⁹

Mas este movimento não se conteve com este primeiro resultado. Em março de 1902, o Delegado Fiscal Federal informou em seu relatório que,

O Gymnasio de Campinas, a vista das muitas aquisições [...] por ordem do governo do estado, fez construir um novo edificio destinado a nelle instalarem-se os aparelhos recém chegados para o laboratório.²⁰

A construção desta nova instalação parece que se desenvolveu de forma rápida, pois há, a partir da documentação levantada, a impressão de que este é um assunto que obteve uma certa prioridade, tanto por parte do poder público, como por parte do colégio. Em ofício de

julho de 1902 do diretor do colégio ao Secretário de estado dos Negócios do Interior, houve a comunicação de que

[...] só agora depois de aquisição de armários próprios para o respectivo acondicionamento é que ordenei a abertura dos caixões contendo aparelhos de physica e chimica destinados a este estabelecimento.²¹

E logo em seguida, em outubro de 1902, Antonio Álvares Lobo informou que

Já se acha instalado em novo edificio annexo ao Gymnasio o gabinete de Physica, assim como o laboratório de Chimica. Com essa nova construção os alunos recebem de fato ensino pratico quer de chimica, quer de physica ou história natural.²²

Além do espaço próprio, a escola adquiriu inúmeros objetos, muitos importados para a realização das aulas práticas. No inventário feito pelo preparador Eugênio Bulcão em 1899 já havia cerca de 54 tipos de aparelhos para o gabinete de física e 46 objetos – vidrarias, aparelhos, etc. – para o laboratório de química. Três anos depois o inventário descreveria a posse de 99 objetos para o laboratório de química e cerca de 186 aparelhos para o gabinete, sendo que muitos destes aparelhos eram de origem francesa da casa Deyrolle, indicando um investimento grande nesta área e uma estrutura que, para os dias de hoje, seria considerada muito boa para qualquer escola secundária.

As aulas

Com a previsão pela lei de que deveria haver aulas práticas e com a montagem de uma estrutura adequada, resta saber como deu o uso de todo este aparato de ensino. A leitura do regulamento indica como deveria ser. Em seu artigo 9º o regulamento de 1897 afirmava que

o ensino de Physica e Chimica terá por base repetidas experiências em gabinetes e laboratórios, acompanhando a exposição e explicação methodica das respectivas teorias.²³

¹⁹ Relatório do delegado fiscal do Governo Antonio Alvares Lobo de 15 de fevereiro de 1901.

²⁰ Idem de 31 de março de 1902.

²¹ Registro de Copias e Officios Dirigidos à Diversos – Ofício de 20 de julho de 1902.

²² Relatório do delegado fiscal do Governo Antonio Alvares Lobo de 8 de outubro de 1902.

²³ Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo aprovado por decreto N. 503 de 18 de dezembro de 1897.

Uma primeira impressão é a de que, ainda que se tenha mantido o método expositivo, através da *explicação metódica*, a observação direta do fenômeno natural foi colocada como uma etapa fundamental do processo de aprendizagem. Em tese, os espaços das práticas, sejam os laboratórios, os gabinetes ou os museus, ganharam importância no ensino secundário.

O que chama a atenção é o fato de que na lei são previstas *repetidas* experiências. Qual seria o motivo para que houvesse a previsão de que as experiências deveriam ser repetidas? Em geral repete-se experiência para comprovar os resultados. Na atividade de pesquisa é fundamental que se faça isso, mas e no ensino? Pode-se pensar que foi apenas uma expressão do legislador ou pode-se tentar encontrar algum sentido nesta proposta.

Uma possibilidade é a de que as práticas fossem usadas apenas como demonstrações da teoria exposta e memorizada e, nesse caso, não haveria razão para se repetir inúmeras vezes um mesmo experimento. Outra possibilidade é a de que os alunos pudessem executar alguns experimentos, a partir do conteúdo trabalhado. Neste caso, o ensino teria como método a investigação e a exploração da curiosidade do aluno.

No inventário de 1899 foram relacionados para o laboratório de química 32 balões, 22 funis, 18 provetas e 15 copos para experiências que são quantidades suficientes para que várias experiências pudessem ser realizadas simultaneamente. Por outro lado foram relacionadas apenas 2 pipetas, o que poderiam ser consideradas insuficientes para o desenvolvimento de práticas por uma classe.²⁴ No entanto, considerando que no ano de 1901, havia apenas 5 alunos nos 4º e 6º anos e 9 alunos no 5º ano²⁵, não se pode descartar a possibilidade de que os alunos manipulavam os objetos e realizavam os experimentos.

Ainda verificando as quantidades de materiais, no inventário de 1902 foram relacionados 500 tubos de ensaio (mas apenas 2 suportes de madeira para 12 tubos) e 8 pipetas

graduadas (1 de cada volume). Ainda fica a dúvida sobre a relação entre os alunos e os materiais do laboratório. O que parece bastante explícito, no entanto, é o fato de que os espaços eram de fato usados seja com práticas de demonstração ou de investigação.

Uma indicação deste uso é a seqüência de solicitações de materiais permanentes e alguns materiais de consumo, como água destilada ao Instituto Agrônomo e produtos químicos ao Laboratório Pharmaceutico do Estado. Outro indício é a anotação de Eugênio Bulcão – preparador do laboratório -, no inventário de 1902, prestando conta que *alguns aparelhos que não se acham no gabinete de Physica quebraram-se com o uso, e outros não foram encontrados quando recebemos a lista do fornecedor*. Uma primeira análise das quantidades de materiais, embora possa nos dar algumas pistas importantes sobre a prática escolar no início do século XX, ainda não permite uma conclusão segura. Mas o programa era desenvolvido de acordo com alguns manuais. A análise destes manuais pode ajudar a entender melhor este processo.

Os manuais

Em princípios de 1901 o prof. Manoel Agostinho Lourenço propõe para a 12ª cadeira os seguintes manuais: *Physique*, de G. Langlebert e *Traité Elementaire de Chimie*, por R. Engel; e o prof. Antonio Álvaro Muller indica os seguintes manuais: *Philosophie, Essai de Psychologie Generale, Precis de Mineralogia, Zoologia* de Remis, *Botânica* de Desplat, *Abregé de Geologia, Memoire de Anthropologia* de Girard. A respeito das opções feitas pelo lente observa-se a forte influência francesa e o fato de que para a cadeira de História Natural²⁶ são adotados vários manuais, abrangendo várias áreas do conhecimento.²⁷

Analisando o Catálogo Geral das Obras da Biblioteca da escola, verificou-se que até 1909 não havia nenhum dos manuais indicados pelos lentes. Em 1898 há o registro de dois livros de química no catálogo: *Chimica* de

²⁴ Relação dos Aparelhos e Productos Chímicos existentes no Laboratório (a partir de 1899).

²⁵ Relatório do delegado fiscal do governo Antônio Álvares Lobo de 26 de julho de 1901.

²⁶ Na ata da Congregação não há referência sobre a cadeira que está adotando estes manuais. Supõe-se que seja de História Natural.

²⁷ Neste período o Culto à Ciência estava em processo de equiparação ao Gymnasio Nacional e o programa de ensino da escola de Campinas devia ser igual ao da instituição da capital federal. Segundo o DOU de 25 de janeiro de 1901, Decreto 3890 de 01 de janeiro de 1901, Código dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundário: sobre a organização das escolas equiparadas diz o Art. 382, ítem II: “A organização dos programas de ensino é de exclusiva competência da congregação do Gymnasio Nacional” .

Langlebert e *Chimica Inorganica* de Grimaud (ou Grimaux); no ano de 1902 aparecem outros dois títulos: *Chimica Orgânica* de Grimaux e *Chimica* de Joly e em 1907 foi catalogada a obra *Chimica Biologica* de R. Engel.²⁸ Assim, há uma dúvida sobre qual o manual que foi efetivamente adotado. O livro de química de R. Engel não só não está no catálogo e na biblioteca do Culto à Ciência, como também não foi encontrado nos fichários da biblioteca histórica do Colégio Pedro II. Portanto, é necessário verificar, inclusive, se este autor escreveu algum livro com este título. Por outro lado, o manual *Physique* de Langlebert, mesmo não constando no catálogo, existe na biblioteca da escola até os dias de hoje.

Analisando a obra *Chimie* de Langlebert²⁹ verificou-se que ela apresenta nos primeiros três capítulos algumas noções de química geral, como por exemplo: cristalização, nomenclatura e teoria atômica. Após esta introdução, por vinte e cinco capítulos, a obra é dedicada a descrever elementos e substâncias químicas inorgânicas. Neste caso, os experimentos são usados de forma demonstrativa das propriedades que foram descritas ou são descritos para demonstrar o procedimento de preparo destas substâncias.

Analisando os experimentos descritos no livro percebe-se que eles poderiam ser facilmente preparados nos laboratórios do Colégio. Um exemplo é a descrição do preparo do gás cloro. Para esta operação são propostos dois procedimentos nos quais, no primeiro deles são usados tubulações de vidro, balão, forno, suportes e frascos de vidro e, no segundo caso, tubulações de vidro, balão, forno e três vasos de Wolf que era como se denominava o conjunto de peças já montado.

Comparando-se com os materiais existentes no laboratório desde 1899 constata-se que era possível preparar o cloro gasoso no Colégio tanto com o primeiro procedimento, como com a montagem do chamado *Appareil de Wolf*. Na seqüência aparecem outras propostas de experimentos como o da preparação do *gaz acide chlorhydrique*, do *anhydride sulfureux*, do *acide sulfurique*, do *oxyde de carbone*, e várias outras que poderiam ser realizadas com a estrutura que o laboratório possuía a época.

Assim, o Colégio Culto à Ciência no início século XX possuía, além do lente de *Physica/Chimica*, também um preparador dedicado ao laboratório, gabinete e museu

natural, o espaço próprio para a realização das práticas, os manuais com propostas de experimentos e os materiais suficientes para o preparo de vários dos experimentos propostos nos manuais. Com isso, é quase certo que vários destes experimentos tenham sido executados no Colégio, mudando o local privilegiado das aulas de ciências da natureza da sala de aula para o laboratório, promovendo uma transformação no processo de aprendizagem. Se as aulas eram centradas antes no texto e na memória, com esta mudança, passariam a privilegiar a prática e a observação.

É verdade que também é quase certo que os experimentos eram realizados como demonstrações da teoria e não como um projeto de investigação da natureza. As práticas, embora relativamente simples de se executarem exigiam a montagem de “aparelhos” que só poderiam ser feitos por alguém experiente e dificilmente por alunos do curso secundário. Além disso, a quantidade de materiais não permitia que vários experimentos fossem realizados ao mesmo tempo. No caso dos aparelhos do gabinete de Física existiam apenas um de cada modelo, com raras exceções que possuíam dois exemplares como os termômetros, as lanternas mágicas, os *vasos para densidade*, etc. Também nesta disciplina acredita-se que o Colégio tivesse condições de realizar várias das demonstrações propostas no manual indicado pelo lente Manoel Agostinho Lourenço,³⁰ seguindo portanto a mesma tendência transformadora que se concretizava com o ensino da Química.

Conclusão

Fazendo um balanço do que se disse até aqui, pode-se afirmar que no final do século XIX e início do século XX houve uma transformação real e significativa no processo de ensino no qual as ciências da natureza passaram a ter um maior destaque. Além do currículo, percebe-se também uma mudança no método, pois a sala de aula que antes era o local privilegiado para a transmissão desses conhecimentos passa a dividir sua importância com os espaços destinados às práticas, promovendo no aluno uma exigência maior da capacidade de observação, relativizando a importância da memória no processo de aprendizagem.

²⁸ Catálogo Geral das Obras da Biblioteca.

²⁹ Mesmo não sendo indicada nas atas da Congregação, esta obra consta dos registros da biblioteca desde o início desta nova fase da instituição.

³⁰ Ao contrário do que acontece com o manual de Química, o manual indicado para o estudo da Física não consta nos registros da biblioteca de 1902.

Com isso não se quer dizer que a memorização dos conteúdos não era mais uma exigência da escola, pois, ao que parece, os experimentos eram desenvolvidos no sentido de provar a teoria apresentada e não investigar a natureza. Ou seja, percebe-se que o experimento, longe de servir ao desenvolvimento de uma visão crítica e criativa do aluno, servia como uma espécie de instrumento de “ajuda” da memória para reter a teoria. No entanto, é inegável a importância que representou a mudança de um processo centrado na leitura para um que excitava todos os sentidos.

Por fim, é preciso destacar que neste período a ciência ensinada era uma ciência exótica, produzida fora do Brasil a partir de problemas que tinham pouca relação com nosso cotidiano. Longe de procurar entender como era nosso solo, nossa água, nossos problemas com a produção agrícola, que, de resto, era a ciência que se produzia a cerca de quinhentos metros de distância do Colégio Culto à Ciência, no Instituto Agrônomo de Campinas, optou-se por ensinar uma ciência “francesa”. É de se perguntar: qual era o objetivo desta opção? Mas esse é um tema para outro trabalho.

Bibliografia

BURKE, P. (2004), *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

GOODSON, I.F. (1997). *A Construção Social do Currículo*. Lisboa. Educa

MORAES, C. S. V., *O Ideário Republicano e a Educação – o Colégio Culto à Ciência de Campinas, 1869/1892*. Campinas, Unicamp, 1982, (Dissertação de Mestrado);

PAULA, C.F.de, *Culto à Ciência – colégio, ginásio e colégio estadual*, Monografia Histórica, Campinas, 1946.

Documentos

Annaes da Câmara dos Deputados de São Paulo – 1900;

DOU 25 de janeiro de 1901. Decreto N. 3890 de 1 de janeiro de 1901. *Código dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundário*;

Langlebert, J. *Chimie*. (1900). Paris. Delalain Frères;

Langlebert, J. *Physique* (1900). Paris. Delalain Frères;

Relação dos Aparelhos e Productos Chimicos existentes no Laboratório (a partir de 1899);

Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Dec. N.503 de 18/12/1897;

Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto N.858 de 14/12/1900;

Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto N.872 de 07/02/1901;

Regulamento para o Gymnasio Nacional. Decreto N. 3914 de 26 de janeiro de 1901;

Relatório do delegado fiscal do governo Antônio Álvares Lobo de 26 de julho de 1901 e 15 de fevereiro de 1901;

Ofício do delegado fiscal do governo Antônio Álvares Lobo de 04 de dezembro de 1901.

**CULTURA E RETÓRICA NO GOVERNO DE D JOÃO VI:
ASPECTOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE IMPRENSA DA *GAZETA
DO RIO DE JANEIRO* (1808 -1821)**

**CULTURE AND RHETORIC UNDER D. JOÃO VI GOVERNMENT:
ASPECTS ABOUT *GAZETA DO RIO DE JANEIRO*'S UNDERSTANDING OF PRESS**

Juliana Gesuelli MEIRELLES*

RESUMO

Este artigo analisa importantes aspectos da vida sociopolítica da monarquia luso-brasileira no período em que D. João VI esteve no Brasil e sua relação com o discurso jornalístico produzido pelo jornal oficial da corte, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: *Gazeta do Rio de Janeiro, D. João VI, retórica, redatores e sociedade joanina*

ABSTRACT

This article analyses the relations between some important points about social and political life of Brazil's monarchy under D. João VI period and journalism discourse delivered by Gazeta do Rio de Janeiro official newspaper.

Key-words: *Gazeta do Rio de Janeiro's newspaper, rhetoric, journalists, Brazilian society under D. João VI government.*

* Mestre em História pela Unicamp e Jornalista pela PUC-Campinas.

O Glorioso ato de Aclamação do Senhor Dom JOÃO SEXTO, Nosso Augusto Soberano, a Modelo dos Monarcas do Universo, anunciado na Gazeta precedente, vai hoje fixar as mais sérias atenções dos nossos Leitores e ser objeto de nossa narração ingênua e singela; desejando e rogando que a imperfeição do estilo supram a aqueles generosos sentimentos, que tão brilhantemente ostentaram no Dia 6 do corrente.¹

Aos generosos e constantes vivas, com que o povo aplaudira a S. M. Desde o afortunado momento, e, que O viu entrar na magnífica Varanda, Teatro de Sua Aclamação, vivas espontâneos e universais que demoraram aquela Augusta cerimônia e que com dificuldade se contiveram enquanto ela durou, sucederam brilhantes iluminações, e cenas mais tocantes que sabemos melhor sentir do que expressar.²

1. As festas reais na Corte de D. João VI.

As festas públicas da monarquia portuguesa, ocorridas no período joanino no Rio de Janeiro, foram eventos que circunscreviam um espaço destinado ao debate político e à interlocução social. Cada festejo constituía-se um momento único recriado sob condições particulares cujo intuito era enraizar os valores absolutistas legitimando o poder do rei. Nesse espaço de exteriorização das práticas monárquicas em que estavam intrínsecos os projetos políticos da realeza, a Aclamação de D. João VI teve importante destaque. A montagem da festa, afirma o historiador Emilio Carlos Rodrigues Lopes, “visava seduzir a população por meio da figura paternal do Rei, explorando a face amorosa do soberano”³ em meio à sua fragilidade decorrente dos movimentos revolucionários ocorridos em 1817 em Pernambuco e em Lisboa. Minuciosamente descrita pelos contemporâneos da época, essa festa foi também amplamente divulgada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em fevereiro de 1818, uma vez que tinha o propósito de marcar o momento de renovação do acordo entre o rei e seus súditos.⁴

Assim como a Aclamação de D. João VI, a leitura da *Gazeta do Rio de Janeiro* mostra-nos que a comunicação dos inúmeros dias festivos era um tema particularmente

contemplado na folha. Como podemos notar, o redator descrevia em detalhes os fatos: os sentidos da festa, as ocorrências cotidianas, os “usos” que fazia da pena e, principalmente, o olhar que ele esperava ser depreendido pelos súditos aos festejos reais. Segundo seu discurso, os vassallos participavam sempre de bom grado, reverenciando a força do rei e exaltando a monarquia. O que não esclarecia, no entanto, era que a presença dos vassallos nesses encontros públicos era obrigatória e tinha significados políticos. De acordo com Lopes, o luxo dos festejos públicos deveu-se à participação de diferenciados setores sociais tanto na organização quanto no financiamento e, na prática, “significava a possibilidade de ascensão social e de enobrecimento, além de consolidação e ampliação de espaços de poder já conquistados, como no caso da família Carneiro Leão e de outras famílias de nobres emigrados ou de negociantes de grosso trato que aqui residiam.”⁵

Além do mais, na regulamentação das Câmaras previam-se multas e punições para aqueles que não comparecessem aos festejos, o que gerava muito descontentamento. Os moradores eram forçados “a caiar e pavimentar as suas casas, por onde passariam os cortejos e procissões”⁶, sendo fiscalizados pelo Senado da Câmara.⁷ A importância dos festejos públicos era tamanha que a *Gazeta do Rio de Janeiro* produzia descrições minuciosas

¹ *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, 10 /02/1818, N° 2 (grifo nosso).

² *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, 16 /02/1818, N° 4.

³ LOPES, Emilio, *Festas Publicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações na Corte do Tio de Janeiro (1808-1822)*, Ed. Humanitas FFLCH/USP, São Paulo, 2004. Nesse estudo o historiador analisa os sentidos da Aclamação de D. João VI para a vida política da Corte pelo discurso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e os relatos de Debret e Padre Perereca.

⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Ed. Unesp, 1999. Para a historiadora, o “poder do rei se constituiu na discussão política, no processo pelo qual o pacto e a soberania se elaboraram, nas práticas sociais e nos debates jurídicos, mas também implicou uma dimensão litúrgica, na qual festas, músicas, fogos, desfiles, não são apanágios ou tem um peso menor (p.36.)

⁵ LOPES, op.cit., p.46.

⁶ Idem, p.50.

⁷ Para análise de episódios na Corte, que mostram as controvérsias entre o Rei e a sociedade na realização das festas e o papel da imprensa na divulgação dos eventos, ver LOPES, op.cit., p. 47-73.

de cada evento, ocupando grande espaço em suas páginas. A prática de iluminar as residências nessas datas também era uma obrigação social dos súditos do rei e indicava, pela ótica da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a forte e maciça adesão do povo. Cotidianamente enfatizadas no periódico, “o redator procurava valorizar não a obrigatoriedade dessa participação nos festejos, mas o caráter “espontâneo” das manifestações.”⁸ Base constante desses eventos, as luminárias não se reduziam a uma simples iluminação dos principais pontos da cidade; simbolizavam, antes de tudo, um ambiente de adesão, lealdade e fidelidade ao rei. Ao comentar a publicidade da *Gazeta do Rio de Janeiro* para os festejos públicos, Lopes salienta que dessa forma o redator contribuía na promoção da figura do soberano. “A imagem de Bom Pai, zeloso da felicidade de seus súditos, surge com muita força, pois o próprio Soberano reconhecia a importância das festas e preocupava-se em manter o ‘seu povo’ entretido e fiel a ‘Sua Pessoa.’”⁹

2. A Gazeta do Rio de Janeiro: uma retórica oficial.

Diferentemente das exaltações sociais, os protestos e resistências populares eram silenciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. A folha jamais noticiava a indiferença e as ausências dos súditos nas festividades, ou mesmo as quebras de luminárias como a ocorrida em Portugal durante as comemorações pela Aclamação de D. João VI, em 1818.¹⁰ Os fatos que ameaçavam a estabilidade do Império Português e/ou não retratassem a imagem idílica que a monarquia desejava veicular não eram divulgados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e compuseram, ao longo do tempo, uma omissão fundamental no leque informativo do periódico. Desse modo, salta-nos aos olhos questões fundamentais sobre a natureza do trabalho do redator como profissional da imprensa.

Vinculado à arena pública, qualquer escolha editorial que fizesse estava fadada a ser alvo de comentários e reflexões dos leitores do periódico. A partir da segunda metade do século XVIII, a conscientização da

sociedade portuguesa em relação ao uso público que as pessoas privadas faziam da sua capacidade de julgamento permitiu que os indivíduos soubessem diferenciar a “opinião espontânea ou a mera discussão de posições diferentes” da nova atitude coletiva perante aos fatos políticos então ocorridos, analisa a historiadora Ana Cristina Araújo que investiga o universo da imprensa portuguesa neste período.¹¹ Nesse sentido, era essencial saber dirigir e focar o olhar para as fontes estrangeiras que circulariam pela cidade, uma vez que o periódico constituía monopólio senão da Coroa, dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O privilégio exclusivo da *Impressão Régia* pelos ministros do monarca já era uma das bases estruturais da imprensa oficial portuguesa desde 1752.¹² Portanto, é importante notarmos que, D. João VI apoiou-se nessa tradição para implantar a primeira tipografia no Brasil. “O governo não tinha só receio das obras publicadas na *Impressão Régia*, mas até de todo e qualquer papel em que se achassem exarados os caracteres de Guttemberg”¹³, motivo pelo qual a Junta Diretora reunia-se duas vezes por semana decidindo (à “pluralidade” de votos todos) os objetos relativos ao que seria publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*.¹⁴ Ler, resumir, traduzir e inserir as notícias das folhas europeias no jornal era a atividade profissional do redator. Portanto, as escolhas editoriais e a circunscrição do conceito de *veracidade* eram intrínsecas às questões políticas do Império Português e, particularmente, associadas à sensibilidade dos editores do periódico, sobretudo o redator quando colocava sua pena e energia a favor da realeza.

Nesse contexto, fatos como a ação repressiva da Intendência da Polícia, as perdas do exército português durante as guerras napoleônicas, a Revolução Pernambucana, em 1817, a Revolução do Porto, de 1820, a adesão dos súditos e políticos à monarquia constitucional antes de 26 de fevereiro de 1821, as festas e revoltas escravas, a atuação dos capoeiras, entre tantos outros episódios importantes da esfera política e social eram acontecimentos que não perpassavam as páginas do jornal, senão quando as consequências políticas já se faziam presentes para além dos domínios limitados pela

⁸ LOPES, op.cit., p. 52.

⁹ LOPES, op.cit., p. 65.

¹⁰ Idem, p. 53.

¹¹ ARAÚJO, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*, Livros Horizontes, 2003.

¹² BELO, André, *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Lisboa, 2001, p.40.

¹³ CABRAL, Alfredo do Valle, *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1818 a 1821*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1881, p.XVIII.

¹⁴ Idem, p.XXI.

realeza.¹⁵ Tal é o caso da Revolução Pernambucana que, apesar de ter tido início em 25 de março de 1817, só teve ressonância na folha em 14 de maio do mesmo ano. Vejamos como foram publicados os fatos:

Temos demorado por longo tempo a comunicar os nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos sucessos, acerca da revolta de *Pernambuco*, não tanto pelo horror que sentíamos em semelhante acontecimento, ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as páginas da *História Portuguesa (...)* mas para não adiantar fato, ou circunstancia alguma em coisa por sua natureza tão odiosa(...)¹⁶

Compreender a lógica e as controvérsias discursivas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, explicitando as falas dos redatores do periódico e seus múltiplos sentidos, é mergulhar em um outro tempo, cujos paradigmas eram perpassados por valores e simbologias intrínsecos à ideologia do Antigo Regime Português. Tempos de guerra contra Napoleão, tempos de restauração do poder absoluto do rei na Europa, tempos de sufocar rebeliões nas províncias... Tempos também em que exaltar o monarca, reafirmando a natureza do seu poder foi extremamente necessário, mas não o suficiente a ponto de perpetuar suas raízes absolutas. Tempos, em suma, de repensar a estrutura do Império Português e também tempo de sugerir mudanças.¹⁷ Com vínculos oficiais, a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve contribuição fundamental nesse processo e em todos esses “tempos”. Mergulhemos, então, nos dizeres dos gazeteiros do periódico cuja responsabilidade era tecer os sentidos da palavra impressa que pouco a pouco se institucionalizava na cidade.

3. A prédica jornalista dos redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Ao final de setembro de 1808, saía a público uma das primeiras edições do periódico, a qual já sistematizava algumas das feições que a folha assumiria:

Rio de Janeiro 29 de Setembro

As notícias, que vamos apresentar ao Público, são extraídas das *Gazetas Leal Portugues e Minerva Lusitana* publicadas, a primeira na cidade do Porto, a segunda na de Coimbra, as quais trouxe o Navio *S. José Americano*, vindo do Porto em 54 dias, e que aqui chegou segunda feira passada. Nós congratulamos os nossos Leitores de bom êxito, que vai tendo a Restauração de Portugal. O exemplo e esforços de nossos Compatriotas, e da nossa Irmã Espanha, salvaram a Península e a Europa inteira.¹⁸

Ao tentar justificar a validade e a importância das notícias presentes no segundo número da *Gazeta Extraordinária*, Frei Tibúrcio José da Rocha, então redator da *Gazeta*, utilizou-se da *descrição* para sustentar seus argumentos. Para o letrado, explicitar a origem das fontes publicadas (sobretudo pelo fato de serem extraídas de *Gazetas* portuguesas) bem como mapear a trajetória interatlântica das notícias, a fim de que os “fatos” chegassem ao conhecimento de seus leitores, parece ter sido uma forma de legitimar a informação que, a partir de então, tornava-se pública. Nesse sentido, ao difundir na *Gazeta do Rio de Janeiro* a versão sobre os desdobramentos das guerras napoleônicas em solo português, Frei Tibúrcio apontava também para a constituição de um saber que marcaria a natureza das informações propaladas pelo periódico, durante o período joanino: a *parcialidade* da pena nos fatos políticos que envolviam a nação portuguesa, esta sempre exaltada, bem como o diálogo que procurou estabelecer com seus leitores, de forma a consolidar uma relação mútua de confiança.

A prática da escrita parcial da pena estava em evidente contradição com o discurso do periódico que defendia uma fala imparcial, como veremos mais adiante. Já em relação ao diálogo com os leitores, este foi feito de diferentes maneiras entre os anos de 1808 e 1821. Responsável pela confecção das notícias, o profissional

¹⁵ Especialmente no que concerne à atuação da Polícia no Rio, é fato a decisiva influência desse órgão público na cidade que, para além de organizar as rondas noturnas e patrulhas da Corte que ocorriam todos os dias, ainda controlava com especial atenção a vida dos moradores e os passos dos escravos. Segundo o memorialista Alexandre de Melo Moraes, tais medidas eram cotidianamente relatadas ao Príncipe Regente três vezes por semana pelo intendente, considerado pela sociedade uma autoridade terrível, mas que o rei era muito amigo, e em quem tinha a mais decidida confiança. BNRJ, Divisão de Manuscritos, II-30, 23, 6,7. MORÃES, Alexandre José de Melo, *Dados sobre a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, problemas de habitação para a comitiva, vida social e política, hábitos da família real, volta para Portugal, falecimento de D. João VI e Pedro I como imperador*; S.l., s.d. Original (transcrição feita por Cecília Coelho, maio de 2001), p.116.

¹⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 14/05/1817, N° 39.

¹⁷ Durante o período joanino, muitos foram os fatos políticos que compuseram o quadro de transformações sociopolíticas e culturais do Antigo Regime Português na sociedade luso-brasileira: a redefinição da natureza do poder real e os meios mais viáveis da condução do Império perpassavam os questionamentos dos súditos: a Revolução Pernambucana de 1817, a revolta de *Gomes Freire* em Lisboa no mesmo período e a Revolução do Porto, em 1820 demonstravam a insatisfação dos súditos e a fragilidade do sistema absolutista.

¹⁸ *Gazeta Extraordinária do Rio De Janeiro*, 29/09/1808, N° 2.

das letras explicitava essa interlocução ao anunciar as informações que denominava de interesse público ou que “atendiam a curiosidade do leitor.” Em geral, sua fala centrava-se em descrever suas atividades e escolhas editoriais, avisando sobre a chegada dos navios que traziam novas folhas européias, informando quais as *Gazetas* e artigos estavam sendo editados e também explicando as razões da ausência de determinadas notícias, que seriam, muitas vezes, inseridas nos números subsequentes. Vejamos:

Rio de Janeiro 18 de Outubro

Por um Navio *Inglês* vindo ultimamente de *Liverpool*, recebemos uma folha de 29 de Julho contendo os dois Boletins *Franceses*, que se seguem. Nós os ingerimos (sic) neste Número para satisfazer a curiosidade pública, não obstante irem desacompanhadas dos fatos precedentes, que os fizeram existir, e que ignoramos completamente mas que supomos ser uma Batalha citada no Boletim 28º com o nome de *wagram*, que receamos fosse funesta aos *Austriacos*, pois os fez assinar o Armistício com algumas condições onerosas

(...)

Advirtam os nossos Leitores que essas notícias são inteiramente *Francesas*, e que em todo o caso, para decidir nosso juízo, é mister ouvir os *Austriacos*. Esperamos com ansiedade essas notícias.¹⁹

Ao descrever o percurso e a natureza das informações fornecidas pela fonte inglesa e ressaltar que nelas estavam publicados boletins franceses, o redator direcionava o olhar dos leitores alertando-os de que os inseria “somente com o intuito de saciar a curiosidade do público.” Para além de focar a atenção em um determinado sentido, sua fala também assumia a ignorância sobre os fatos políticos ocorridos; na prática uma atitude plenamente justificável tanto para a *Gazeta* enquanto

periódico, quanto para seus interlocutores que viviam no Brasil: uma vez que as artimanhas militares se delineavam do outro lado do Atlântico, não era possível conhecer todos os detalhes dos conflitos, nem tampouco publicar os documentos que comprovavam os acordos da guerra.

Marcar posição diante dos fatos *supostamente* sucedidos era uma estratégia absolutamente pertinente aos objetivos da folha até porque esse era um dos aspectos que a qualificava como fonte jornalística. Na acepção da época, o sentido de curiosidade estava intrinsecamente associado à idéia de “cuidado, e diligência particular”, com o propósito de “saber, de ver para fazer bem a alguma coisa”, esclarece Moraes e Silva.²⁰ Assim, ao pressupor o interesse dos interlocutores pela ótica da curiosidade, Frei Tibúrcio objetivava restringir as múltiplas interpretações que podiam ser extraídas dos documentos franceses e, implicitamente, convidava os leitores a fazer uma leitura cuidadosa. O “bom resultado” dessa atividade significava, no caso, um julgamento parcial a favor da fala dos ingleses.

Se a fala do redator foi cotidianamente impressa nas páginas da *Gazeta* sendo uma ponte importante no delineamento do tipo de diálogo que travava com seus leitores, é fundamental advertirmos que o exercício da oratória e da retórica teve papel fundamental nesse processo. Como bem definiu Nizza da Silva, a oratória foi uma arte que ocupava um lugar privilegiado no Rio de Janeiro no início do século XIX, expressando-se, sobretudo, na preleção religiosa e política, cuja finalidade era a persuasão do interlocutor.²¹ De acordo com a historiadora, o “discurso político recorria, portanto, aos variados artificios da retórica clássica e fazia-o de forma consciente, a fim de facilitar a comunicação, e também de forma *natural*, pois no sistema cultural de então não se concebia uma linguagem política sem o uso constante da linguagem figurada. A expressividade era o objetivo a alcançar, e só o domínio da arte retórica garantia um discurso político expressivo.”²²

A prédica jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro* utilizava-se de muitos recursos da eloquência política para “dialogar” com seus leitores. A descrição, a interrogação, o ornato da linguagem, a personificação e a comparação

¹⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 18/10/1809, Nº 115.

²⁰ SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario de Lingua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.505, v.2.

²¹ Em 1818 foi publicado no Rio de Janeiro o *Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte da retórica*, extraído da obra *O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*, de autoria do Padre Inácio Felizardo Fontes. Para uma análise sistemática da obra, ver NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Cia Nacional, São Paulo, 1978, p.173.

²² NIZZA DA SILVA, *Cultura e sociedade...*, op.cit., p.179.

constituíam aspectos importantes dessa técnica no discurso do jornal, cujo objetivo era sustentar a estrutura argumentativa em prol do convencimento. Geralmente, porém, o discurso do redator tentava deixar a cargo dos leitores a responsabilidade acerca da imagem que fariam dos fatos. Ou seja, como “formador de opinião”,²³ o gazeteiro também mantinha uma astuciosa estratégia de persuasão: mesmo colocando-se *parcialmente* diante das fontes, tentava consolidar a idéia de que era importante ouvir as outras versões dos acontecimentos; no caso os *inimigos* franceses e os *aliados* austríacos, que desde outubro de 1808 pediam subsídios aos ingleses para endossar a guerra contra a França.²⁴

Nesse contexto, é mister lembrarmos que todos os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram profundos conhecedores da arte retórica. Frei Tibúrcio José da Rocha, primeiro editor da *Gazeta*, era franciscano; Manuel Francisco de Araújo Guimarães, seu sucessor, além de professor e matemático tinha grande aspiração para a carreira política;²⁵ e Francisco Vieira Goulart, último editor da *Gazeta* no período estudado, era cônego, docente de humanidades e bibliotecário. A habilidade discursiva desses três homens de letras provavelmente balizou a escolha de D. João VI ao nomeá-los para este exercício de tamanha responsabilidade. De 1808 a 1821, coube a esses três letrados a tarefa de transmitir com impacto as informações que o rei desejava que fossem veiculadas para seus súditos.²⁶

4. O Discurso sobre a utilidade dos Papéis públicos na presente guerra e a concepção de imprensa nascente no Império Português (1808-1814).

Em 29 de abril de 1809, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava um curioso artigo. Intitulado *Discurso sobre a*

utilidade dos Papéis públicos na presente guerra, o extenso texto dissertava sobre a natureza dos escritos públicos e a importância que esse tipo de “papel” adquiria no Império Português em meio às convulsões políticas provocadas pelas guerras napoleônicas na Europa, particularmente, em Portugal e Espanha.

(...) uma Nação, que não conhece o seu estado político, nem suas forças nem recursos ordinários, e extraordinários, e que não está intimamente persuadida da Sabedoria e do Patriotismo de seus Chefes, quase nunca deixa de ser vencida: por outras palavras, quando os Escritos públicos e o mesmo Governo não sabem fazer da Guerra, em que se luta, uma guerra nacional tudo se faz à força e mal.

(...)

Estes mesmos princípios se devem atualmente aplicar a *Portugal*, e a *Espanha*: é preciso, que os Escritos periódicos dessas duas Nações desmascarem os crimes, e as intrigas do inimigo comum: é necessário que instruem os povos acerca da sua verdadeira situação, e da sua força, e recursos irresistíveis, mas é igualmente necessário que ao mesmo tempo lhes digam, que estes grandes recursos e esta força não é irresistível, senão quando as Nações tenham uma confiança cega, e inteira no seu Governo, e nos seus Chefes (...)²⁷

Em um explícito diálogo com os súditos de D. João VI, o teor do documento refletia sobre os rumos necessários que o Império Português deveria seguir para se sair vitorioso da guerra contra Napoleão e os invasores franceses. Escrito por Soares Franco, professor de medicina

²³ Utilizamos um termo contemporâneo por falta de outra expressão que contenha o mesmo sentido da atividade de redator no período joanino que também tinha por objetivo contribuir para o debate de questões políticas, formando opiniões.

²⁴ Para melhor compreensão da participação da Áustria no conflito durante as Guerras Napoleônicas ver GODECHOT, Jacques, *Europa y América en la época napoleónica* (1800-1815), Ed.Labor, Barcelona, 1969,p.116.

²⁵ Sobre os aspectos biográficos de Araújo Guimarães, em relação à sua carreira política sabemos que ele “tomou assento na constituinte brasileira como deputado da Bahia em 1823, e serviu na comissão de marinha e guerra. Foi nomeado deputado da Junta de Direção da Academia Militar, em 1823; deputado de inspeção da Tipografia Nacional, em 1824, e tomou de novo a redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, , informa-nos Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro *Sacramento Blake*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900, vol.6, p.75.

²⁶ Para uma melhor análise sobre aspectos da formação da retórica no Brasil ver artigo de CARVALHO, José Murilo de, “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topoi*, Rio de Janeiro, n° 1, pp.123-152, em que o autor ressalta a importância de Silvestre Pinheiro Ferreira, diretor da *Impressão Régia* no período, importante conselheiro e mais tarde ministro de D. João VI, que abriu um curso de filosofia e de teórica do discurso e da linguagem. Como afirma o autor “ Não tendo encontrado manuais adequados, redigiu ele mesmo um compêndio publicado entre 1813 e 1820 sob o título de *Preleções Philosophicas*”, cuja visão de retórica muito se assemelhava a de Verney, frade português oratoriano da primeira metade do século XVIII.

²⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 29/04/1809, N° 66.

em Coimbra e então redator da *Gazeta de Lisboa*, esse texto já era de conhecimento no Reino, pois fora publicado no periódico oficial, em 6 de janeiro de 1809.²⁸ No artigo, Franco esclarecia seus leitores acerca da necessidade de transformação das relações de natureza política entre o poder público e a nação: defendia uma batalha coletiva de caráter nacionalista, ressaltando que a absoluta confiança dos súditos em seus dirigentes era a base dessa luta.

O alcance desse objetivo que deveria se tornar comum a todos que vivessem sob o Império Português perpassava, necessariamente, pela redefinição do papel da imprensa, que ganhava uma nova dimensão: como explicitava o autor, os periódicos e escritos públicos tinham agora a função de informar e instruir o povo sobre as condições de guerra para que, “cientes” da direção dos acontecimentos, defendessem tenazmente o território português e a Monarquia. Nesse sentido, notamos que a imprensa oficial portuguesa tornava-se um importante sustentáculo político da Coroa, passando a circunscrever um espaço original de reflexões, uma vez que a *Gazeta de Lisboa* era tradicionalmente considerada uma folha de pouca credibilidade.²⁹ De acordo com o historiador João Luís Lisboa, essa transformação da imprensa oficial vinha ocorrendo desde a década de 1790, sobretudo depois da Revolução Francesa, quando os textos políticos ganhavam uma outra dimensão:

De instrumentos de transmissão de experiências e conhecimentos para círculos restritos, os textos políticos transformavam-se em meios de agitação e mobilização, quer se tratasse de levantar os ânimos dos súditos europeus contra os “monarcómacos” e republicanos franceses, quer se tratasse de iniciativa de caráter preventivo interno.³⁰

Para o historiador, esse momento teve dois sentidos: tanto para o publicista “que descobre a importância e mesmo o perigo da opinião pública” quanto para os leitores que – com os acontecimentos da revolução - começam a ter uma nova percepção do universo da política e se interessam por “ler e informar-se sobre o que se passa.”³¹ Se no final do século XVIII, as modificações no ato de conceber o texto e a leitura política já se faziam presentes em Portugal, a Guerra Peninsular só veio contribuir para essa situação, uma vez que o período “é uma zona de explosão do interesse febril pelo texto político.”³² Nesse contexto, segundo o pesquisador, fazia-se mister também a re-interpretação do poder real para com essas questões que passava a concebê-las de maneira a englobar o apoio da sociedade agora mais incisivamente pelo uso da palavra. Era a autonomização do político por parte do Antigo Regime, que dessacralizava esse tipo de leituras elevando-as à categoria de “assunto de “a Nação” de cujos interesses, naturalmente o Príncipe faria a síntese”, sendo que nessas circunstâncias o monarca, muitas vezes, necessitava “de apoios mais expressos por parte da comunidade e de estar a construir a convicção do papel político da Nação, nomeadamente interessando-se e lendo material sobre a vida política.”³³

Tal situação pode ser evidenciada também na leitura *Gazeta de Lisboa* durante as guerras napoleônicas, como atesta a historiadora Sandra Ataíde Lobo. Segundo a pesquisadora, entre os anos de 1808 e 1812, sobretudo, os temas referentes a Portugal tornaram-se proeminentes no periódico oficial português e o redator passou a compreender o seu papel como um “compromisso com a verdade, e tendo por missão ilustrar o ‘espírito público’.”³⁴ Com isso seus escritos tinham um viés opinativo e interativo com o leitor, em uma clara postura parcial e interventora diante dos fatos políticos e militares do Império.³⁵ Como ressalta Lobo, “o esforço de renovação

²⁸ *Gazeta de Lisboa*, 1º Supl. ao nº.1, 06.01.1809. Soares Franco foi redator da *Gazeta de Lisboa* entre dezembro de 1808 a junho de 1812.

²⁹ De acordo com a historiadora Sandra Ataíde Lobo, “Era consensual nos círculos ilustrados coevos que a imagem da *Gazeta de Lisboa* como periódico de baixíssima qualidade que, emanado do poder, ou pelo menos a ele submetido, trabalhava no ocaso do antigo regime para a alienação de um mundo em mudança. Conjugava-se a ela com a realidade de redatores anônimos, sem direito a opinião, ou sequer a emergir do palco dum noticiário estritamente controlado pelo rigor censório” LOBO, Sandra Ataíde, “A *Gazeta* de Francisco Soares Franco: um redator em guerra”, in *Cadernos de Cultura*, nº 4, tema: *Gazetas: informação Política nos finais do Antigo Regime*, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002, p.75.

³⁰ LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p.162.

³¹ Idem, p.162. Joel Serrão faz uma síntese da imprensa portuguesa no fim do século XVIII: “A medida que se avançava no último quartel do século XVIII crescia a fermentação revolucionária, que mais se agravou após a Revolução Francesa. Como meio de agitação e esclarecimento das idéias, a literatura panfletária assumia grande importância. Por isso sofria sucessivos e duros golpes da repressão (...) Mas a vigilância, por muito apertada que fosse não podia abafar o influxo das idéias revolucionárias e o poder e o interesse crescente da imprensa pelos problemas da governação pública.” SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, vol.III, verbete “Imprensa”, p.251.

³² LISBOA, João Luís, *Ciência e Política ...*, op.cit., p.164.

³³ Idem, p.163.

³⁴ LOBO, op.cit.p.77.

³⁵ Idem, pp.76-82. Ao analisar as transformações ocorridas na leitura e no universo da imprensa portuguesa a partir da década de 1790, o historiador João Luís Lisboa afirma: “A partir do momento em que os jornais passam a fornecer opiniões e informações aprofundadas sobre assuntos do governo e da administração, da orientação fiscal e econômica, definindo conceitos e linguagens próprios, já não é normal considerar como “político”, um periódico que preferencialmente se ocupe das notícias de cortes. Contudo, trinta anos antes a *Gazeta de Lisboa* era considerada um órgão político por esse mesmo motivo” LISBOA, *Ciência e Política ...*, op.cit.p.195.

empreendido pelo professor Conimbricence é perceptível tanto pela análise dos conteúdos do jornal, como pelos anúncios, insertos no corpo ou publicados em forma de prospectos, com os quais ia notificando os assinantes, habituais e potenciais dos planos para o futuro.”³⁶

Como vimos, tais aspectos podem ser observados também no tipo de imprensa praticada pelos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.³⁷ Era política do periódico os editores notificarem seus assinantes na seção de “Avisos” sobre as datas de renovação do jornal, abrindo espaço para que estes expusessem suas possíveis insatisfações referentes ao serviço prestado durante o semestre.³⁸ Ao publicar em abril o mesmo artigo veiculado pela *Gazeta de Lisboa* em janeiro, sobre a importância dos papéis públicos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* demonstrava que além de comungar das mesmas idéias de Soares Franco, ainda possuía uma vertente editorial semelhante à do periódico português.³⁹ Entretanto, diferentemente do periódico português, a *Gazeta do Rio de Janeiro* já nascia com tais

características, apontando que essa concepção de imprensa já vinha sendo gestada desde o final do século XVIII. Em 1803, por exemplo, em meio às discussões da política externa, Lúcia Neves observou que D. Rodrigo de Souza Coutinho “aconselhava a preparar a opinião pública para a proximidade de uma guerra, através de ações de propaganda ‘nos púlpitos, nos confessionários’, ‘pelos magistrados’ e por diversos ‘folhetos’ impressos em forma de ‘gazetas ou papéis volantes’”⁴⁰, com o objetivo de retratarem os mais obscuros ideais dos franceses. Com o rei habitando as possessões americanas, e com Souza Coutinho à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra até 1812, repartição à qual pertencia a propriedade da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a atenção e a confecção da palavra oficial do Estado Português tinham de ser bem arquitetadas uma vez que o periódico circularia em ambos os lados do oceano com objetivos bem delimitados pelos ministros de Estado e a realeza.⁴¹

³⁶ LOBO, op.cit.,pp. 82-83.

³⁷ A estrutura do periódico foi detalhadamente apresentada e discutida no Capítulo 1 dessa Dissertação. No capítulo presente e também no capítulo 3 trabalharemos a estrutura discursiva e os conteúdos abordados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, e as relações a ele intrínsecas.

³⁸ “Devendo principiar em Julho do presente ano a nova assinatura para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, faz-se saber ao Público, que ela se fará pelos últimos meses de Julho até Dezembro inclusive, segundo a prática geral a semelhante respeito as pessoas que quiserem assinar, dirigir-se-ão á Loja da *Gazeta*, onde farão sabidos seus nomes e moradas, e darão logo o preço de 5000 reis, devendo continuar a receber tanto as *Gazetas* ordinárias, como Extraordinárias. Os Senhores assinantes que possam ter algum motivo de queixa sobre a entrega regular dos Números, ou alguma outra razão, dirigir-se-ão a dita loja, para se lhe darem as convenientes providencias.” *Gazeta do Rio de Janeiro*, 27 /06/1810, Nº 51. Esse informe foi utilizado como modelo pelo jornal durante todo o período joanino.

³⁹ De acordo com Lúcia Neves, a veiculação desse texto em Lisboa, para além de refletir a opinião do poder, tinha o claro objetivo de “transformar a imprensa em instrumento de poder, mas destinado a propagar valores pautados na proposta de uma monarquia de Antigo Regime.” NEVES, *As representações Napoleônicas...*, op.cit.,p.187.

⁴⁰ APUD NEVES, *As representações Napoleônicas ...*, op.cit.,p.188.

⁴¹ De acordo com Valle Cabral, em 1809, construiu-se um prelo de madeira no Rio especificamente para a *Impressão Régia*. Com o objetivo de perpetuar a memória dessa obra de arte, era impressa no dia de sua estréia a seguinte inscrição, no alto das armas portuguesas: “A IMMORTALIDADE DO REAL E SEMPRE AUGUSTO NOME DO PRINCIPE REGENTE N.S HE DEDICADA A ESTREA DO PRIMEIRO PRELO CONSTRUIDO DA AMÉRICA DO SUL NO RIO DE JANEIRO NO ANNO DE M.DCCC. IX.” Valle Cabral, op.cit.,p.XIX-XX. Inscrição esta que sintetizava a relação de compromisso e benevolência do rei para com os seus súditos, ao introduzir a imprensa no Brasil.

A HISTÓRIA REGIONAL: ANÁLISE, DISCUSSÃO E CONTRIBUIÇÕES REGIONAL HISTORY: ANALYSIS, DISCUSSION AND CONTRIBUTIONS

Matheus Bernardes FERREIRA¹
Lilia Inés Zanotti de MEDRANO²

RESUMO

A proposta inicial do trabalho se insere dentro de um projeto mais amplo delimitada metodologicamente dentro da História Regional, cujo objetivo é a reconstituição histórica de uma região histórica multinacional - a região platina y seus rios - que envolve Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Meu objetivo de estudo situa-se na importância da História Regional como uma forma específica de abordar os estudos históricos. Neste sentido, o debate sobre História Regional, que tem se acirrado nos últimos anos, tem fornecido novos modelos interpretativos para a análise histórica, adicionando contribuições teórico-metodológicas, superando esquemas macro-históricos de abordagem.

ABSTRACT³

This research work falls within a broader project delimited methodologically within Regional History, whose aim is the historical reconstitution of a multinational historical region - La Plata region and its rivers -, which includes Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay. The aim lies in the importance of regional history as a specific means of approaching historical studies. In this sense, the debate over Regional History, which has evolved over the last years, has contributed with new interpretative models for historical analyses, making theoretical-methodological contributions and getting over macro-historical approach schemes.

Entendendo a *região* como um espaço historicamente construído, um espaço dinâmico, o historiador precisa dominar a metodologia e dialogar constantemente com a documentação desde os primórdios da pesquisa, pois esta *região* será a base de sua investigação. Esta abordagem identifica as especificidades da *região*, em contraposição às relações externas e mundiais, totalizadoras.

A pesquisa teve como método leituras bibliográficas que contribuíram para o conceito de região. Essas leituras eram comentadas e debatidas no Grupo de História Regional do Laboratório de Estudos Históricos e Regionais da Faculdade de História nas reuniões mensais, articulada à linha de pesquisa *Processo histórico de ocupação e construção de espaços regionais*, ajudando-me a esclarecer dúvidas, levantar questões para futuras pesquisas, ter

¹ Bolsista PIBIC/CNPq do Grupo de História Regional, Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas sob orientação da Profa. Dra. Lilia Inés Zanotti de Medrano.

² Professora da Faculdade de História, CCH, PUC-Campinas.

³ Tradução realizada por Verônica Laura Medrano

acesso a materiais que dizem respeito ao assunto, tendo um rico contato entre diversos pesquisadores, mestres e alunos, e, enfim, despertar mais o interesse pelo saber.

A partir da década de 70, tem crescido muito o número de pesquisas de história regional. Isto porque tem se atentado mais às micro-abordagens e deixando de lado os panoramas macros, ou seja, mais gerais. As grandes sínteses demonstram-se insuficientes quando comparadas com estudos mais particularizados. Além de também ter aumentado muito o número de cursos de pós-graduação em História pelo Brasil todo, aumentando o número de pesquisas locais.

Porém o desafio destes novos pesquisadores é maior por causa das fontes documentais geralmente mal conservadas e de difícil acesso, pois, longe dos centros urbanos mais ricos que têm centros de pesquisas mais organizados, a falta de valorização de documentos e patrimônios históricos acompanhados da pobreza da região, eleva o nível de dificuldade da pesquisa. Outro agravante é de que em regiões mais rurais e de herança oligárquica, algumas pessoas detentoras de poder local consideram-se donas da documentação local e dos patrimônios históricos, que nunca são vistos como públicos.

Acrescente o fato de haver apenas um pequeno apoio financeiro às pesquisas de cunho regional, pois as entidades financiadoras procuram investir nos temas mais conhecidos e consolidados. E também a carência de bibliografia básica sobre assuntos regionais, forçando o pesquisador a fazer pré-pesquisas e pesquisas paralelas. E por fim a dificuldade de publicar os trabalhos, já que as editoras, alegando falta de mercado, não publicam livros de História regional.

Apesar de todas estas dificuldades, a História regional é gratificante, pois aborda um campo do saber que tem ganhado muita importância ultimamente, ao fornecer uma ótica nova para a compreensão da realidade. Ela observa o específico, em contraposição às abordagens macros, que observa o geral, o nacional. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade⁴.

A relação entre temporalidade e espacialidade é a questão fundamental para entendermos a metodologia da História regional. O historiador é íntimo à temporalidade, porém tem deixado para os geógrafos o trabalho de definir os conceitos espaciais, acreditando não ser sua tarefa compreender os limites deste conceito. Há um abandono dos estudos teóricos - metodológicos, tanto por parte de os pesquisadores enxergarem os conceitos como dados, já aceitos e acabados, quanto por aqueles que tentam compreender o assunto e, pretensiosamente, acreditam-se corretos a ponto de não ouvir novas teorias.

Podemos afirmar-se, ante a observação da realidade cultural, que as ciências sociais têm termos em comum, mas não uma linguagem em comum; portanto os significados das palavras são diferentes para determinados campos do conhecimento. Não sendo possível uma elaboração consensual de uma linguagem em comum, por motivos que fogem aos limites deste trabalho, devemos investigar conjuntamente às acepções e conceitos que estes termos em comum têm a cada contexto do conhecimento.⁵

Quanto ao termo 'região' e 'área', os geógrafos discutem seus conceitos, porém, entre eles há um consenso. A chamada Geografia Regional tenta abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção do planeta. As teorias mais tradicionais apontam o espaço como um meio físico, espaço este que é descrito com critérios variados. São duas as correntes de pensamento que trabalham nessa linha, o Determinismo Ambiental e o Possibilismo. Ambas são do fim do século XIX e começo do século XX, e tentam justificar a expansão imperialista.

No caso do Determinismo Ambiental, fundamentada nas teorias naturalistas de Lamarck e na teoria da seleção natural de Charles Darwin, tem como fundamento a afirmação de que as "*condições naturais, especialmente climáticas, e dentro delas a variação de temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir*".⁶ Hebert Spencer é o filósofo que mais disseminou o Naturalismo, e dentre os principais defensores

⁴ AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: Silva, Marcos A. da *República em Migalhas – História Regional e Local*. Marco Zero. São Paulo. 1990.

⁵ HEREDIA, Edmundo A. La región en la globalización en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas, *Ciclos*, Buenos Aires, Año VII, Vol III, Nº2, 1997.

⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*, 2ª Edição, Série Princípios, São Paulo: Ed. Ática, Pg. 9.

do Determinismo Geográfico está o nome do geógrafo alemão Frederic Ratzel.

O Possibilismo é “*parecido com o determinismo. Focaliza-se as relações entre o homem e o meio natural mas não o faz considerando a natureza determinante do comportamento humano*”.⁷ O principal colaborador da teoria possibilista foi Vidal de la Blache, que afirmava que a natureza é considerada como fornecedora de possibilidade para que o homem a modifique, sendo o homem o principal agente geográfico.

Os resultados de ambas as abordagens são análises distorcidas da realidade, que não levam em consideração a historicidade das regiões, apenas preocupando em descrever os meios físicos que determinam, ou influenciam diretamente a ação humana. Por exemplo, interpretar que a região Nordeste do Brasil é menos desenvolvida que a Sudeste em última instância por causa das condições climáticas, é determinar o homem à natureza, ignorando os processos históricos que ambas as regiões tiveram. A próprio “*meio físico é caracterizado por procedimentos mais ideológicos do que científicos, uma vez que o positivismo joga com a pretensa neutralidade do observador diante da natureza, que lhe falaria como o documento ao historiador*”.⁸

Infalivelmente será através da ideologia do pesquisador que o recorte será perpetrado, e são inúmeras as maneiras de ser feito. O empirismo provocou a produção descritiva da natureza, assim como a produção de diversos tipos de sistemas classificatórios orientados por diversos critérios. Sendo os recortes regionais de tendência política, econômica, demográfica, climático, geológico, etc. Há um consenso sobre a definição de Região: a particularização dos lugares. A polêmica se dá quando perguntamos como delimitar essas particularidades.

Uma resposta ao Determinismo começa a se desenvolver já no começo do Séc XX, com Lucien Febvre, que tenta em sua “Geografia Humana” encarar o espaço como ponto de ação humana. Na medida em que a organização espacial é dada *à priori*, a percepção desse espaço é apenas possível em um determinado momento fixo, ocultando o seu movimento, suas transformações. Quanto mais a observação for tradicionalmente física, falta

a visibilidade da ação transformadora do homem. Porém quanto mais a observação for metodologicamente histórica, falta base para a ação humana. Chega-se então a conclusão de que os dois critérios não recuperam a totalidade da ação nos vários níveis de inter-relação.

Mas é com a elaboração de um novo paradigma em meados do século XX que realiza a crítica formal ao Determinismo. Originada na Suécia, Inglaterra e EUA, em sociedades que atravessam profundas transformações sociais e que trazem novos elementos como a urbanização, industrialização, rodovias, represas, shoppings, etc. É a chamada Nova Geografia que tem o papel ideológico de justificar a expansão capitalista, dar esperanças aos sem-terra, justificar as transformações da vida e paisagens, etc.

Foi a Nova Geografia o primeiro paradigma de base empírica, que, como dito anteriormente, joga com a pretensa neutralidade da ciência. Através desta base é elaborado o conceito de “área”, que diz respeito a uma parcela da superfície terrestre diferenciada pelo observador. Seria um instrumento de análise, construída durante o processo de investigação. Ela se oporia à região e o território, que são realidades objetivas. A configuração desta área seria a integração dos fenômenos selecionados.

Suas regras e princípios estão nas técnicas estatísticas, na geometria, nos Modelos Normativos, nas analogias às ciências naturais, e nos princípios de economia burguesa. Com estes métodos ocorre um esvaziamento da historicidade, pois se utiliza a abstração e a generalização que as estatísticas propiciam. Outra característica é a visão hierarquizada dos espaços, sendo a região um subsistema do sistema nacional, apagando as diferenças regionais.

Esta geografia, também entendida como pragmática, fornece não apenas explicações à ocupação espacial, como também diagnósticos para presentes e futuras ocupações. Novamente uma atitude a-histórica. Identificado um “desequilíbrio espacial”, é feito um tratamento através de planejamento. Nos diagnósticos, onde o modelo já informa o ato da escolha, dirige a opção e orienta a estratégia adotada.

Um exemplo de ação política derivada de uma interpretação deformada é a criação da SUDENE. Pressupôs-se que a região Nordeste era autônoma da região

⁷ Idem., pp.11.

⁸ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: Silva, Marcos A. da *República em Migalhas – História Regional e Local*, op. cit., 1990.

Sudeste, e foi criado um órgão de planejamento estratégico para aquela região, sem levar em conta a historicidade local.

A utilização do arsenal teórico positivista tem produzido sérias distorções no entendimento da realidade e, em conseqüência, nas práticas políticas. O determinismo camufla estas perspectivas de distorções sociais, sendo sua expressão última a Geopolítica. Existe a necessidade de re-conceituação dos vários termos aqui abordados, tendo como meta a explicação, porém nunca esquecendo das conseqüentes práticas políticas.

A crítica que se faz à Geografia Pragmática, em termos gerais, é que ela não só pretende manter, mas sim expandir o sistema dominante e as classes que o controlam. É na década de 70 que um novo paradigma começa a entrar em cena, a Geografia Crítica.

A Geografia Crítica, acima de tudo, se enxerga como instrumento de modificação da sociedade, ao contrário de todas as demais teorias que se dizem neutras, mas que, através da homogeneização que discursam, acobertam os conflitos sociais, as lutas de classe. A obra que levanta esta questão é “A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”, de Yves Lacoste, que enxerga a geografia como instrumento de dominação da burguesia, que mascaram os conhecimentos geográficos como neutro, esvaziando seu conteúdo político.

Um reflexo da realidade, vemos que os cidadãos comuns, tem mais dificuldade de enxergar regiões além de sua vida cotidiana, sendo as informações que obtêm sobre outras regiões fracionadas e duvidosas. Já as pessoas da classe detentora do poder conseguem ter noção de totalidade, têm uma visão integrada do espaço, qualidade que Antonio Morais alega “*necessária ser construída, numa perspectiva popular, e socializar esse saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos combates políticos*”.⁹

Como podemos observar, é nítida a penetração do materialismo histórico na análise da problemática espacial, que junto consigo trás mudanças teórico-metodológicas qualitativas na ciência geográfica. Dentre estas mudanças, as mais básicas dizem respeito ao homem tornar-se

preponderante à natureza, a análise das correlações entre modo de produção e organização espacial, a relação Estado-território-recursos e a explicitação das contradições sociais visíveis na organização espacial. Enfim, as formas espaciais são encaradas agora como processos sociais.

O espaço, segundo Milton Santos, é um fator social, produto da ação humana, uma natureza socializadora que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida em que é a instância de determinação no movimento do real, de transformação deste ultimo, em outras palavras, de determinação na história a ser construída.¹⁰

Já David Harvey, um dos estudiosos que integra esse movimento de sistematização da Geografia Crítica, trabalha o conceito mais longe: distingue um espaço absoluto dotado de materialidade própria, idéia que contém concepção newtoniana de espaço, de um espaço relativo organizado pela relação entre os lugares e ainda um espaço relacional que contém em si um conjunto de relações.

Alain Lipeitz aprofunda essa noção de espaço, relacionando-o com a dimensão política e definindo-o como um campo de ação por excelência das forças políticas. Referindo-se à questão do espaço regional, vale-se do conceito de “armadura regional” para definir “*um sistema de exploração e articulação dos modos de produção, forma e base das alianças entre as classes dominantes, e da dominação ideológica sobre as classes dominadas*”.¹¹

Considerando que os esforços acerca da conceituação de *região* variam de acordo com as tendências teóricas vigentes, podemos definir que, para os autores cujas abordagens teóricas são de base materialista dialética, a noção de região está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico e à difusão das inovações do capitalismo. Dessa maneira, aplica-se o binômio centro-periferia para explicar as articulações ocorridas no âmbito regional, de forma que a região passa a ser concebida como um produto da desigualdade sócio-espacial intrínseca ao desenvolvimento capitalista.¹²

⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia. Pequena História Crítica*, São Paulo: HUCITEC, 1981, pp. 115-116.

¹⁰ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional – dimensão teórico conceituais, pp. 16. In: *Revista História: debates e tendências*. Nº 1. Passo Fundo, Junho de 1999.

¹¹ LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: Maspero, 1977.

¹² Idem nota 6, pp. 18.

Como podemos observar, a re-conceituação de *região* segundo essa linha de pensamento dá ao termo dois elementos fundamentais da História: a ação humana e a idéia de movimento não no sentido linear, mas na acepção dialética. O espaço equivale à incorporação do trabalho humano na superfície terrestre e guarda as contradições do tempo social, alegoricamente é representado como um testemunho de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem ainda. Quanto ao conceito de tempo: “*não é absoluto, é relativo, não é o resultado da percepção individual (subjetiva), é um tempo concreto; não é um continuum, mas deve ser dividido em secções, cada uma com suas características específicas*”.¹³

A relação espaço-tempo (processo histórico) resulta, pois, em que cada período da História-periodicidade configurada a partir do modo de produção que estrutura a sociedade, produza um espaço específico, expressão da sociedade que o organiza. Ademais, não sendo o tempo histórico linear, mas encerrando contradições, o espaço que o exprime condensa o modo de produção determinado nos seus vários momentos ou condensa ainda modos de produção (processos produtivos) anteriores.

Enfim, uma “região” só será plenamente caracterizada se for analisada no seu complexo de imbricações e relações: na relação com a formação social, de que é um “corte” espacial delimitado historicamente, portanto dinamicamente, o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante; na relação com os demais cortes espaciais, cujas “fronteiras” estão em contínuo reajustamento, portanto, a diferenciação e articulação entre os cortes; e, finalmente, no âmbito interno à própria região, o aspecto básico é o nível de suas forças produtivas e suas relações de produção.¹⁴

Quando reduzimos o espaço do debate à Campinas, a década de 80 foi a que nos trouxe as primeiras contribuições teóricas sobre história regional. Ademir Gebara¹⁵ conceitua região como termo descritivo sem

implicações teóricas, eliminando então concepções explicativas como a de classe social e outras. Gebara, através desta concepção tenta analisar a cidade de Campinas no decorrer da sua história, mostrando que a cidade começou a ter relevância nacional a partir da segunda metade do século XIX. Ele utiliza os conceitos de Dimensão Regional, que seria correspondente ao específico a Campinas e região, como o investimento de empresários privados na agricultura e em estradas de ferro; e o conceito de Dimensão Nacional relacionada principalmente à política econômica nacional, que estaria passando pela crise provocada pela guerra do Paraguai (1865-1870) e que favoreceu aos fazendeiros do oeste paulista.

As contribuições de Gebara não foram significativas quanto ao aperfeiçoamento teórico da história regional, porém foi a primeira tentativa, que incentivou os demais historiadores a continuarem a desenvolver o tema. Outro autor, Paulo N. H. Martins¹⁶, apontava a crescente vulgarização do termo ‘região’, redefinindo-a como espaços fracionários onde ocorrem processos específicos de acumulação, organização do poder político e conflitos sociais. Martins estuda o Estado moderno definido como mediador político das regiões, fazendo uma crítica à explicação economicista da formação das regiões modernas, utilizando-se do exemplo do Estado brasileiro moderno. Define fronteira externa: de fácil visualização e que correspondente às divisões territoriais que separam países; e Fronteira Interna: de difícil visualização, importância secundária para a política nacional, de maior mobilidade se comparada à externa, de multiplicidade de limites por interesses e conflitos sociais, principalmente quando esta região for internacional, ou seja, que se situa dentro de dois ou mais Estados Nacionais, e, enfim, que permite sustentar a divisão conflituosa das classes sociais. Um Estado configurado internamente com diversas regiões distintas, porém subordinadas, permite-se atuar por planejamentos que visam explorar esta qualidade. Isto se dá na economia, onde se podem ter estágios de desenvolvimento manipulado, firmando pólos econômicos regionais ao custo de recursos da totalidade das regiões

¹³ SANTOS, Milton. *Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Dez. 1976 (Seleção de textos 1) pp. 20.

¹⁴ Idem. nota 4. pp 35.

¹⁵ GEBARA, Ademir. A importância dos estudos regionais para as ciências sociais. In: *História Regional: Uma Discussão*, Campinas: Ed. Unicamp, V.1, 1987.

¹⁶ MARTINS, Paulo N. H. Estado, espaço e região: novos elementos teóricos. In: *História Regional: Uma Discussão*, Campinas: Ed. Unicamp, V.1, 1987.

do Estado; se dá, na política, assegurando a classe dominante no aparelho Estatal pela fragmentação política espalhada nas regiões, estas que fornecem discurso político, e tendo importância ideológica significativa.

Hector H. Bruit¹⁷ critica Martins por ter evitado o economicismo e acabar caindo no politicismo acrítico, que ignora o fato de que não existe separação da política e da economia no sistema Capitalista. Para Bruit, Martins, anti-economicista abstém-se de trabalhar a questão do conflito entre capital e trabalho, fundamental para entender um Estado capitalista. Critica a historicidade do conceito de Fronteira Interna e Externa, afirmando que poderiam ser compatíveis aos Estados do século XIX, mas indagando se estes conceitos se sustentariam no século XX, neoliberal e globalizado.

Correndo em sentido contrário, diversos trabalhos com pretensão de serem história regional, não dão atenção ou acabam por ignorar completamente os marcos teóricos-metodológicos, prejudicando seus conteúdos ou suas possibilidades explicativas. Sem limites não há conceitos. Casos, por exemplo, como o dos economistas Ronaldo Herrlein Jr. e Adriana Dias¹⁸, mais preocupados em estabelecer uma comparação forçosa entre o processo de formação da mão-de-obra livre em São Paulo e no Rio Grande do Sul, do que em construir regiões como categorias explicativas. Ocorre apenas uma contextualização de ambas as sociedades em suas determinadas localidades, porém nunca chegaram a comentar quais os critérios que se utilizaram para determiná-los.

As Raízes Históricas do Mercossul, de Ieda Gutfriend e Heloisa Reichel é um exemplo de um importante trabalho de investigação em fontes primárias. A tentativa de reconstruir a Região Platina colonial recaiu-se sobre uma narrativa da formação, povoamento, economia e relações sócio-culturais dos diversos Estados / Províncias que pertenciam a região por elas construída. O conceito de região da amarração aos seus argumentos, sendo “trabalhada como uma totalidade” onde “aprimoramos no entendimento de região expresso pela geografia crítica,

quando o relacionou com os espaços capitalistas de produção”¹⁹.

Outra importante contribuição teórico-metodológica em história regional vem de Márcio Noronha²⁰. Para ele, a região não é um referente, uma delimitação geográfico-espacial, e sim um “tratamento metodológico, que visa estabelecer uma relação específica no âmbito de uma cartografia simbólica, que deverá incluir os níveis do local, do regional, do nacional e do transnacional (...) Seria um ponto médio de fixação (...) uma abordagem metodológica que privilegia uma micro-sociologia e, considerando isto, um tipo de abordagem cartográfica de escala, no sentido que dará uma atenção mais amplificada ao detalhamento fenomênico”²¹. Entretanto, não pôde deixar de considerar os laços físico-geográficos que são o seu suporte primeiro.

No enfoque histórico-antropológico, a região aparece como sendo uma “configuração-constelação capaz de fornecer ao historiador problemas e estratégias de abordagem que privilegiem a complexificação das relações sociais, partindo do arsenal de histórias, símbolos, ritos, mitos e visões do mundo distintas, fazendo da própria região eleita um elemento identificatório móvel”²². Noronha pretende identificar estes elementos identificatórios móveis, passando a tratar das relações entre identidade, identificação e cultura com o sistema de relações local-regional-nacional-transnacional. Aponta a obsessão das sociedades por hierarquização e categorização, que são permutáveis ao longo do tempo e do espaço, onde em cada caso é constituído um sistema identificatório peculiar, concluindo que identidade cultural não possui materialidade.

Exemplificando no caso do Brasil, onde a identidade cultural sempre foi um problema nacional, do Estado, foram numerosos os historiadores que tentaram explicar como este processo ocorreu, a questão emancipatória. Não é caso isolado, ex-colônias à procura de uma identidade própria, e não apenas dos historiadores brasileiros. E ele viu que as grandes totalizações parecem asfixiar com as possibilidades de ação dos atores sociais e fazer da

¹⁷ BRUIT, Héctor H. Região, estado e capitalismo. In: História Regional: Uma Discussão, Campinas: Ed. Unicamp, op. cit, 1987.

¹⁸ HERRLEIN JR. Ronaldo. DIAS. Adriana. Trabalho e indústria na 1ª República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Gaúchos e Paulistas: Dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, 1995.

¹⁹ REICHEL, Heloisa J.; GUTFRIEND, Ieda. *As Raízes Históricas do Mercossul*, São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

²⁰ NORONHA, Márcio Pizarro. Região, Identificações Culturais. In: *História: Debates e Tendências*, Nº1. Passo fundo: EDIUPF, 1999

²¹ Idem, Ibidem, pp 26.

²² Idem, pp. 27.

emancipação uma inserção num modelo universal identitário. Estes universalistas têm como política querer manter a ilusão emancipatória universal totalmente afastada dos interesses e das realidades do capitalismo contemporâneo; já do lado dos particularistas, mais inseridos na lógica do capital, as identidades culturais, sexuais e étnicas servirão de suporte para a fixação dos indivíduos de suas tribos e a sua reclusão a uma ordem multinacional que estimula e produz a segmentação social. Para Noronha, a terceira e melhor via é aquela que perpassa tanto pela especificidade-singularidade plural quanto pelos movimentos abrangentes do capital, conectando o transnacional-multinacional com o regional-local, ultrapassando os limites históricos implantados pelas políticas estatais historicamente burguesas. As culturas regionais nunca correspondem exclusivamente aos modelos hegemônicos estatais, correspondem mais como um espelho deformante desta interpretação oficial.

Para um entendimento das identidades, concretas e contextuais, marcadamente histórico-antropológicas, Noronha afirma: “a cultura regional tem relação tensa com os modelos criados pela cultura nacional; a cultura regional problematiza, pela via do espelho deformante, aquilo que é reconhecido como nacional; esse espelho deformante se desloca nas direções de tempo e espaço, sendo a cultura um foco dinâmico; como foco dinâmico, e na direção do multinacional, a cultura regional não se esgota no plano do vivido e, tampouco, limita-se a si mesma, nunca sendo exclusivamente regional e nunca vivendo apenas da relação tensa com o nacional”.²³

Noronha conclui afirmando que o “tratamento pela via do regional e do local complexificam as nossas visões do nacional e do global, servindo de verdadeiras formulações no âmbito da linguagem e da interpretação, que recapturam os tradicionais debates do político, do econômico, das relações sociais e do ideológico no âmbito a partir de outros critérios e categorizações”.²⁴

Bibliografia

- CARDOSO, Ciro F. e BROGNOLI, Héctor. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal. 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*, 2ª Edição, São Paulo: editora Ática (Série Princípios).
- GEBARA, Ademir. *História Regional: Uma discussão*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1987.
- HEREDIA, Edmundo A. La región en la globalización en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. *Ciclos*, Año VII, Vol III, N°2, 1997.
- HERRLEIN JR, Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na 1ª República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Gaúchos e Paulistas: Dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, 1995.
- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: Cardoso, Ciro F. e Brignoli, Héctor (Orgs). *Os Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997
- MEDRANO, Lilia I. Z. de. Intereses Brasileños y expectativas regionales: Mato Grosso y las provincias del norte argentino em el siglo XIX. *Humanitas*, Campinas: PUC-Campinas, 2001.
- NORONHA, Márcio Pizarro. Região, Identificações Culturais. In: *História: Debates e Tendências*, N°1, Passo Fundo: EDIUPF, 1999
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional – dimensão teórico conceituais. In: *Revista História: debates e tendências*, N° 1, Passo Fundo: DIUPF, 1999.
- REICHEL, Heloísa J.; GUTFRIEND, Ieda. *As Raízes Históricas do Mercosul*, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996
- SILVA, Marcos A. da. *República em Migalhas – História Regional e Local*, São Paulo: Marco Zero, 1990.

²³ Idem, pp 30-31.

²⁴ Idem, pp 35.

HISTORIOGRAFIA CAMPINEIRA: PROJETO DE PESQUISA

João Miguel Teixeira de GODOY*

RESUMO

Os estudos historiográficos constituem um campo em expansão na comunidade dos profissionais da história. Os exemplos e possibilidades de estudos, como demonstra um balanço sucinto das obras de maior evidência, são vários. Porém é uma área que possui ainda uma carência de reflexão de caráter metodológico. A existência de abundante de escritos sobre a cidade de Campinas pode servir como laboratório para o aperfeiçoamento desses instrumentos analíticos.

Palavras-chaves: Historiografia, Campinas, metodologia.

ABSTRACT

Os historiográficos studies constitutes a field in expansion in the community of the profissinais of history. The examples and possibilities of studies, as it demonstrates a rocking brief of the workmanships of bigger evidence, are several. However it is an area that still possesss a lack of reflection of metodológico character. The existence of abundant of writings on the city of Campinas can serve as laboratório for the perfectioning of these analytical instruments.

Word-keys: *Historiografia, Campinas, methodology.*

I

Já foi dito que a história é filha de seu tempo. No caso, o conhecimento histórico. De fato, no lugar do conhecimento histórico duas temporalidades entrecruzam-se: o tempo *sobre o qual* se fala e o tempo *a partir do qual* se fala. A mera constatação da interferência ou do diálogo entre o presente e o passado parece, entretanto, insuficiente. O problema mais desafiador sempre foi a identificação precisa dos mecanismos complexos dessa

interferência, evitando os determinismos ou ideologizações apressadas no processo de análise. Mas o fato é que as movimentações, mudanças de focos e inovações, perceptíveis na trajetória do saber histórico, articulam-se com as movimentações de seu campo, as dimensões indeterminadas da ação humana.

Entre as movimentações mais recentes nos estudos históricos tem chamado a atenção, de vários observadores, o número crescente de publicações, dossiês, simpósios, etc., a respeito dessa área de investigação denominada

* Docente da Faculdade de História da PUC-Campinas e Doutor em História Econômica pela USP.

historiografia, ou seja, história da história. No final dos anos 80, para citar um exemplo, o historiador Fernando Novais, em palestra na UFRJ, sobre os rumos da produção acadêmica na área de história no Brasil, chamava a atenção para o fenômeno¹. Embalado pelo aparecimento, na década de 70, de várias teses sobre figuras-chaves da historiografia brasileira², e a frequência crescente com que o tema surgia nos simpósios e encontros periódicos da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), vaticinava sobre a possibilidade de multiplicação dos estudos de historiografia em contraste com períodos anteriores, onde destacava-se a figura isolada de José Honório Rodrigues. Os fatores da nova tendência seriam dois: expansão e diversificação da produção dos historiadores no conjunto e a necessidade, dado o ambiente político do Regime Militar, dos intelectuais realizarem um “exame de consciência” revendo seu papel e função social em contextos de crise. Em 1995, o mesmo historiador repetia com mais ênfase e detalhes o diagnóstico, mas já apontando características e problemas: a não especialização (aspecto positivo), a ênfase no estudo de autores em detrimento de outros possíveis recortes e a ausência de uma reflexão teórico-metodológica específica da área³. No final dessa década, a partir de Minas Gerais, com o Francisco Iglésias; Rio de Janeiro, com a publicação de *Domínios da História*, obra organizada por Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas⁴, e São Paulo, com o ensaio “Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea” de José Jobson Arruda e José M. Tengarrinha⁵ (onde encontra-se um capítulo de meta-historiografia), a impressão sobre a emergência e consolidação do novo campo de pesquisa pareceu se generalizar⁶. Embora a identificação dos fatores dessa emergência e sua utilidade tenha sofrido variações. O fato é que se abandonou a hipótese inicial de que a multiplicação dos estudos de historiografia traduziam um certo “mal-estar” dos intelectuais diante dos rumos históricos do quadro político-institucional brasileiro e de seu lugar nele, para uma explicação centrada na dinâmica

interna da “corporação” e do campo dos estudos históricos: o acúmulo de estudos compondo uma massa crítica, demandando um trabalho de classificação e avaliação *interna corporales*; a necessidade de definição de ferramentas auxiliares da pesquisa; desdobramentos e impactos da expansão dos estudos na área de história cultural; a compreensão e o enfrentamento das questões colocadas por uma pretensa “crise da história” e as necessidades decorrentes de reafirmação da identidade do historiador, entre outros motivos. De modo que a constatação geral é a de que a atmosfera na qual os historiadores tem iniciado seu trabalho está hoje carregada mais de dúvidas do que certezas a respeito da natureza, abrangência, utilidade, rumos e possibilidades do saber histórico. Sem esse debate, na verdade, nenhum trabalho de investigação parece poder se iniciar. Claro que essa situação não pode ser totalmente negativa. De tempos em tempos o avanço de qualquer ramo do conhecimento está atrelado à capacidade de seus praticantes em rever, radicalmente as vezes, as bases a partir das quais suas estratégias de aproximação da realidade estão fundamentadas. Os estudos de historiografia, de modo geral, possuem essa orientação.

Certamente existem muitas possibilidades de abordagem das obras dos historiadores e de sua trajetória no tempo. Alguns estudos privilegiam a evolução do instrumental técnico e metodológico que compõe o estatuto científico atual do conhecimento histórico. Valoriza, nesse sentido, as dimensões mais formais do trabalho do historiador. O livro *Historiografia* de Charles-Olivier Carbonell, pode ser um exemplo dessa abordagem. Embora a proposta declarada na introdução da obra não seja exatamente esta⁷. Outros estudos orientam-se na busca de um suposto método histórico que fundamentariam as propostas de transformação da história numa ciência social. Para os autores de *As escolas Históricas* o lugar desse método deveria ser encontrado num lugar

¹ Ver “A universidade e a perspectiva histórica: apontamentos”. In: NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p.295-304.

² Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco, Southey historiador do Brasil*. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1974; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977; MELO, Jayro G. de. *A obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*. Dissertação de mestrado, USP, 1979.

³ NOVAIS, Fernando A. “In: Op. Cit., p...”

⁴ CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁵ ARRUDA, José J e TENGARRINHA, José M. *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

⁶ Isso pode ser constatado igualmente com a publicação de estudos de historiografia de historiadores estrangeiros: FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998; TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000; CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003;

⁷ CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.

intermediário, distanciando-se das elucubrações das filosofias da história, de um lado, e da falta de imaginação do empirismo de outro. O estudo de Josep Fontana, por exemplo, está preocupado com as mudanças nos critérios de reconstituição que orientam o historiador no seu trabalho de síntese, em diferentes formações sociais históricas. Preocupado, no entanto, com o processo de formulação, crise e superação de uma proposta de criação da ciência histórica dentro dos marcos teóricos do materialismo histórico.

A leitura desses trabalhos mencionados, além de outros, ensina-nos uma lição importante. Em primeiro lugar, as introduções, prefácios ou esclarecimentos iniciais, devem ser lidos atentamente. Em segundo lugar, dificilmente podemos confiar nas intenções e propostas explicitadas neles com o objetivo de compreender o que vem em seguida. O plano geral da obra, o andamento da argumentação, as ênfases e omissões, são, freqüentemente, muito mais reveladoras.

O fato é que toda essa preocupação de alguns historiadores com os rumos e possibilidades dos empreendimentos historiográfico, não é absolutamente nova. Apenas para ficarmos em um exemplo, na obra de Rogério Forastieri *História da historiografia* (2001), o autor se preocupou em rastrear os mais longínquas tentativas de análise e avaliação das obras de história. É certo que chamou estes estudos de “empenhos historiográficos” com o objetivo de diferenciá-los dos estudos historiográficos propriamente ditos, existentes apenas a partir do início do século XX, quando com o historiador suíço Eduard Fueter inaugura um tipo de reflexão sobre a historiografia cujos desdobramentos apontavam para o surgimento de um setor autônomo no campo dos estudos históricos. O que percebe-se como movimento novo na atualidade é, na verdade, uma confirmação e consolidação dessa tendência. Nesse sentido, a tão falada crise da história entendida como um fator desencadeador das reflexões sobre historiografia talvez seja apenas uma conjuntura favorável, mas de modo alguma determinante na sua emergência atual.

II

Historiografia, no entanto, dever ser diferenciada de um “balanço crítico” que se faz sobre um conjunto de estudos dedicados a um determinado assunto, embora este

esteja contido naquela. Mas neste caso específico, a preocupação fundamental está na realização de um mapeamento, mais ou menos exaustivo, dependendo das intenções do estudo, a respeito do “estado da arte”. Implica na identificação das abordagens clássicas, nos seus fundamentos teóricos e indicações interpretativas e, sobretudo, nos seus desdobramentos em termos de renovação e avanços na pesquisa. Por outro lado, exige a reconstituição das vias conceituais e metodológicas de aproximação do objeto de estudo, bem como dos elementos de orientação definidores de todo um conjunto de opções e recortes.

Historiografia, por outro lado, traduz uma tentativa dos historiadores em submeter seu próprio viés de aproximação da realidade ao crivo de seus métodos e instrumentos de análise. Trata-se da tentativa de fazer uma história da história. Isso exige, inicialmente, muita clareza do que seja um estudo ou análise histórica.

A pergunta desloca-se portanto para o sentido do termo “história”. Termo que encerra duplo sentido. Nomeia o conjunto das formas de agir, pensar e sentir humanos, ou seja, a realidade. Como sinônimo de realidade histórica envolve o conjunto das ações e do acontecer humano, em diferentes momentos, em todos os lugares, desde que se revelem influentes e importantes para a existência e estruturação das sociedades do presente e do futuro. Esta é uma definição muito conhecida de Lucien Goldmann (1984: p.23). Mas história nomeia igualmente um certo tipo de conhecimento e saber. As características e especificidades da história enquanto conhecimento vem sofrendo alterações, desde os gregos. A resposta inicial sobre seu significado vem de Heródoto que falava de uma investigação e registro de fatos excepcionais reveladores da originalidade humana e que por isso não deveriam cair no esquecimento, sob pena de perdermos nossa própria identidade humana. A idéia de investigação apontava para o caráter autoral do empreendimento e a necessidade de uma atividade, de um esforço e de um trabalho de investigação, mais do que uma inspiração insuflada pelas musas. Isso não comprometeu a percepção de que os “fatos excepcionais” eram evidentes por si mesmos. Do ponto de vista moderno a idéia de “fatos excepcionais” foi transitando para a idéia da existência de uma dimensão excepcional escondida, não evidente, nos fatos, mas em qualquer fato. O trabalho de investigação histórica consistiria em descobrir e explicitar essa dimensão cujo critério definidor é justamente aquele apontado acima por Goldmann: na medida em que afeta a existência e

estruturação das sociedades humanas. Se esse é o objeto do conhecimento histórico, caberia a pergunta sobre qual não o é. O critério a partir do qual um certo ramo do saber deve ser definido pelo seu objeto, ou pela sua capacidade de recortar e delimitar esse objeto, funciona de maneira precária e parcial para a história, dado o caráter ilimitado e indefinido de seu objeto. Daí a estratégia de definir história a partir da natureza de seu discurso, ou seja, da narrativa em suas modalidades variadas como sugere, entre outros, Hayden White no seu “Meta-História” (WHITE, 1995). Mas há uma outra dimensão do discurso que se pode apontar: sua finalidade. Não se trata, obviamente, de reviver ou reproduzir o passado tal como se deu. Trata-se sobretudo de uma tentativa de reconstituição ou recomposição. Isso tem implicações. Qualquer dicionário aponta para as dimensões criativas da palavra reconstituição. Associa-se a composição ou criação de um conjunto articulado a partir de elementos distintos, resulta de um trabalho mental ou artístico, pressupõe arranjo ou disposição com ordem e arte. Se a característica fundamental do trabalho do historiador é reconstituir ou recompor o passado, ou melhor, a ação humana na trajetória do tempo, não pode perder de vista a noção de conjunto de relações, ou de totalidade. É nestes termos que a incorporação e o diálogo com as chamadas ciências sociais ou humanas deve ocorrer. Respondem ao desafio de reconstituir e interpretar ao mesmo tempo. Retomamos nesse ponto, novamente, Lucien Goldmann quando afirma que o trabalho dos historiadores exige um duplo esforço: de um lado reconstituir e compreender as ações humanas a partir de dentro, ou seja, identificar quais as motivações presentes nas ações e pensamentos dos atores envolvidos. Por outro lado, explicar o sentido objetivo que estas ações tiveram em determinadas circunstâncias históricas concretas. Os desdobramentos metodológicos dessa constatação indicam que os estudos que focam os aspectos materiais da existência devem necessariamente levar em conta os pensamentos que se constituíram sobre ele e a partir dele. O contrário é igualmente verdadeiro, ou seja, os estudos sobre as formas de pensamento e suas mudanças no tempo devem contemplar as dimensões materiais sobre as quais e a partir das quais são elaboradas. Obviamente esse procedimento deve evitar conclusões deterministas sem desconsiderar as relações de determinação.

Caso o conhecimento histórico possa ser entendido nos termos acima, a história da história, ou historiografia,

define-se como área dos estudos históricos onde a produção intelectual de um grupo específico de profissionais é eleita como campo privilegiado de investigação, com suas idiosincrasias internas, levando em conta necessariamente as circunstâncias e condições em que tal produção ocorre e que tornaram possível sua existência tal como se apresenta.

III

A historiografia, ou a história dos historiadores por eles mesmos, pode expandir-se nessa linha de reflexão. Mas algumas questões mais técnicas poderiam ser objeto de discussão aqui. Alguns historiadores brasileiros vêm, com maior frequência, chamando a atenção para a escassez de uma elaboração metodológica específica nos estudos de historiografia. Poderíamos citar Raquel Glezer, num trabalho sobre a obra de José Honório Rodrigues; Maria de Lourdes Janotti, e Fernando Novais. Este último vem indicando, em textos variados, em entrevistas e cursos, alguns parâmetros básicos no exercício de avaliação e construção de textos de análise da historiografia.⁸ O problema apontado aqui é que o caráter corriqueiro com que os estudos historiográficos vêm sendo feitos, até o momento, não resultaram necessariamente num maior apuro conceitual e metodológico desse campo do saber histórico. Falta, na maioria dos estudos, uma definição clara dos critérios e procedimentos necessários à seleção e análise dos textos, falta mesmo uma definição clara do que seja texto de história e do tipo de abordagem que caracteriza especificamente uma análise historiográfica.

A verdade é que muitos desses problemas de caráter mais técnico e metodológico são compartilhados com as outras áreas da historiografia acadêmica mais tradicional. Trata-se dos problemas relativos ao processo de escolha e seleção das fontes de informação, da matéria prima do trabalho do historiador, bem como dos procedimentos analíticos a que devem ser submetidas. Aparentemente no campo dos estudos de historiografia o pesquisador encontra-se numa posição vantajosa em relação aos colegas que se dedicam a explorar os outros territórios do conhecimento histórico. Pois supostamente o problema da delimitação do material de pesquisa, onde suas informações são extraídas e trabalhadas, ou seja, o conjunto dos escritos produzidos pelos historiadores, encontram-se definido previamente, constituem um material

⁸ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 2 vol, São Paulo, 1977. Usp, NOVAIS, Fernando. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

pronto e à sua inteira disposição. Entretanto, nada mais falso que isso. Ainda que se pretenda estudar a obra de um historiador, ou as obras de história acerca de um determinado assunto, ou de um determinado lugar ou instituição, a tarefa pressupõe clareza e objetividade na definição sobre o que se entende por obra de história, por conhecimento histórico e por historiador. Sempre resta o recurso do enquadramento institucional. Mas esta é uma solução aplicada apenas a partir do séc. XIX. Após esse período, devido ao processo de institucionalização da profissão de historiador acompanhado da definição de um conjunto de regras e procedimentos de crítica das fontes, o problema da definição sobre o que é o conhecimento histórico e o historiador estaria supostamente resolvido. Historiador é um profissional formado para o exercício de uma função específica, orientado por regras específicas de um ofício. História, por sua vez, é um tipo de conhecimento resultante da aplicação desse conjunto de operações técnicas. Nessa linha de pensamento o critério do autor se sobrepõe ao critério das características do discurso na definição de conhecimento histórico. A questão mais imediata que surge, a partir desse entendimento, refere-se à seleção das obras de história produzida antes do séc. XIX, quando ainda não existiam os profissionais. Coloca-se ainda às obras produzidas ainda hoje, classificadas normalmente como obras de história, porém produzidas por autodidatas ou profissionais de outras áreas. Outro foco de problemas refere-se à própria produção dos historiadores, ou seja, como diferencia-las de trabalhos que situam no passado seus recortes temáticos mas abordados a partir da perspectiva sociológica, antropológica, etc. Em outros termos, como diferenciar a história social da sociologia histórica; a história antropológica da antropologia histórica; ou então, a história econômica da economia sobre o passado, da economia retrospectiva? Na medida em que estas questões estão sujeitas a muitas, variadas e divergentes respostas, o problema da delimitação ou escolha das fontes na área dos estudos de historiografia não estão resolvidos previamente.

O problema inicial, portanto, é um problema de definição de conceitos, de concepções acerca das características do conhecimento histórico. O ponto de partida, aliás, pode estar nas considerações sobre a ambigüidade do termo história. Deve-se avançar nas características intrínsecas do discurso, bem como nas

especificidades das suas formas de abordagens das ações e pensamentos humanos no curso do tempo, distintas, porém articuladas, com o campo das ciências humanas. Sendo assim, os problemas da seleção das fontes, em suma, depende de uma reflexão teórica prévia.

O segundo problema que se coloca refere-se à organização que se deseja imprimir ao material informativo coletado, no caso o conjunto das obras. Uma vez definido o bloco mais geral, cujos contornos obedecem a escolhas bem definidas como as obras de um autor, sobre um assunto, de um país, de uma instituição ou período, passa-se à definição de sub-blocos que exigem um aprofundamento de análise das obras. Aqui as possibilidades são igualmente amplas e afeta os esquemas da periodização. Pode-se pensar no critério das sucessivas gerações, escolas, linhas interpretativas, posicionamento ideológico, cronologia, etc. A amplitude das possibilidades, entretanto, abre brechas para os descaminhos da incoerência. Problema revertido apenas pela clareza e objetividade das opções.

Por fim, deve ser enfrentado o problema da crítica do material. Crítica entendido aqui como uma reconstituição e análise das condições históricas que tornaram possível aquela obra e aquele pensamento. O termo que poderíamos utilizar aqui é o de interpretação e que aponta para um conjunto de questões que não cabe avançarmos aqui⁹. Mas é necessário definirmos critérios de avaliação das obras escolhidas. O foco de avaliação pode ser a estrutura interna: a clareza, pertinência, originalidade e relevância dos temas e problemas escolhidos; a coerência e criatividade na abordagem das questões levantadas; a lógica da argumentação; a habilidade no manejo dos conceitos; a adequação metodológica, os esquemas teóricos em que a pesquisa e a elaboração de hipóteses se fundamenta, a contribuição dos resultados obtidos; o estilo, etc.

Outro foco possível relaciona-se com a inserção do texto no contexto intelectual de sua época: qual escola ou escolas teóricas se filia, em quais debates está inserido, contra que linha interpretativa ou teórica se posiciona; qual a contribuição para o avanço do conhecimento e aperfeiçoamento metodológico.

Um terceiro foco ainda é possível, ou seja, sua inserção no contexto histórico-social. Exige que consideremos o texto na sua dimensão ideológica. Nesse

⁹ Ver LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ponto exige-se a análise das relações entre pensamento e o contexto histórico mais amplo bem como sua posição em relação a outras áreas do conhecimento e da cultura em geral, vinculando-se a contextos mentais mais abrangentes.¹⁰

A história da história, nos termos em que propomos, na abordagem metodológica aproxima-se da teoria das ideologias e da sociologia do conhecimento como sugere apropriadamente (ARRUDA, 1999). Segundo esse autor, cujos argumentos resumimos nos parágrafos seguintes, o discurso do historiador deve ser situado no interior da ideologia de uma época, de uma sociedade. Ideologia aqui no seu sentido mais abrangente. Não se trata simplesmente de uma visão de mundo que uma determinada classe impõe aos dominados, ou um contradiscurso dos dominados frente aos dominantes. Trata-se, sobretudo, de um elemento que plasma a estrutura conceitual, consciente ou não, que sustenta uma dada sociedade¹¹. Ou, como explica Louis Dumont, conjunto de valores, representações e idéias comuns de uma dada sociedade que funciona como filtro que seleciona os acontecimentos, informações e conhecimentos que nos é dado reter¹². Constatação que nos leva pensar nos limites do conhecimento histórico elaborado numa certa época.

A aproximação com a sociologia do conhecimento ocorre a partir do pressuposto de que existe uma conexão entre as configurações do saber e o lugar social de onde o historiador fala. Este “lugar social” funciona como um orientador de escolhas de temas, problemas, teorias, métodos, valores. Elementos esses que interferem no processo de investigação.¹³

Deve-se ressaltar aqui a natureza freqüentemente complexa das conexões que podemos estabelecer entre as obras de história, encarada como um segmento da produção cultural, e a própria realidade histórica. Devemos evitar, portanto, esquemas de análise e classificação pré-fabricados e relações mecânicas entre autor, obra e sociedade.¹⁴

Por outro lado, os comentários e as observações de interpretação e avaliação das obras, bem como de sua

trajetória, decorrem, pelo menos em parte, daquilo que cada autor elege como fio condutor de sua história da história. A perspectiva em que tal trajetória pode ser avaliada e analisada é, certamente, muito ampla. Como demonstram as obras Charles-Olivier Carbonell e Josep Fontana, mencionadas acima.

Chama a atenção aqui o fato de que no campo dos estudos de historiografia, assim como no conjunto das temáticas que integram o campo de preocupação dos historiadores, a delimitação das fontes, seguida de sua organização e definição de tipologias classificatórias, e de observações avaliativas, carece, além disso, de um esquema, ou de um modelo, global de análise, que possibilite pensar o sentido dessa produção no contexto que a gerou, bem como os direcionamentos que foi tomando posteriormente. Mesmo porque, o objetivo do historiador vai além da organização do material e da elaboração de um conjunto de comentários interessantes. A ordem lógica do conjunto das fontes adquire relevância no interior de modelos interpretativos, tanto mais adequados na medida que são capazes de refletir o movimento de constituição de seu objeto.

Os contornos do esquema analíticos, de uma maneira geral, dependem da definição de historiografia e quanto a isso as possibilidades são muitas. Vejamos alguns exemplos. Para Carbonell é o estudo que tem como objetivo “expor de um ponto de vista histórico – isto é, situando-a constantemente no seu contexto – a diversidade dos modos de representação do passado no espaço e no tempo”. Mais adiante, especifica afirmando que a historiografia é “nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado.”¹⁵. Nesse sentido, aproxima a historiografia do estudo das representações coletivas onde o discurso especializado aparece como testemunho. Para Fontana, trata-se de uma análise que integra as articulações de uma “economia política” e seu “projeto social” decorrente, que oferece os parâmetros da “concepção de história” num determinado contexto histórico. Para Francisco Iglésias é um indício e um instrumento no processo de superação do amadorismo e avanço da profissionalização do ofício do historiador, na medida em que o surgimento e expansão dos estudos de historiografia

¹⁰ Pode-se aprofundar estas questões lendo, entre outros, Lucien GOLDMANN. Op. Cit.; Jean-Paul SARTRE, *Questão de método*. São Paulo: Difel, 1967; Caudé LEFORT, *As formas da história*, São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹¹ DUMÉZIL, Georges. *L'idéologie tripartite des Indo-Européens*. Paris, 1967, p.65.

¹² DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. Paris, 1977, p.16.

¹³ MERTON, Robert. “La sociologia Del conocimiento”. In: HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociologia del conocimiento*. Buenos Aires: T.I., 1974.

¹⁴ Ver a este respeito ARRUDA, José Jobson A. e TENGARRINHA, José M. *Historiografia Luso-Brasileira contemporânea*. Bauru/SP: EDUSC, 1999, pp.11-15.

¹⁵ CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987, pp.6.

refletem a existência de um acúmulo de obras bem como direciona os rumos da pesquisa posteriores.¹⁶ Para José Jobson Arruda a historiografia, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores, visa a “compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, das perspectivas ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas e problemáticas selecionadas”¹⁷.

Além disso, é fundamental a definição de um modelo de análise que dê conta dos nexos, sempre complexos, que se estabelecem entre as obras, os autores e o contexto, seja esse social-econômico-político, ou intelectual. Aqui é necessário fugir das relações fáceis e mecanicistas. Um exemplo que deve ser estudado com atenção é aquele sugerido por Antonio Cândido no ensaio muito conhecido onde discute os impasses entre as correntes que advogam uma interpretação das obras a partir dos seus condicionamentos sociais e outras que valorizam as operações formais. Conclui afirmando: “Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo o texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*”¹⁸

IV

Campinas tornou-se a uma das cidades mais importantes do interior do estado de São Paulo. Juntamente com outras cidades, compõe um dos pólos mais dinâmicos da economia brasileira. Nesse sentido, todo um conjunto de estudos foram se desenvolvendo com o objetivo de explicar essa dinâmica, mas também de definir estratégias de intervenção nela. Muitos desses estudos caráter ou intenção históricos. Estudos realizados no velho estilo dos institutos histórico-geográficos, bem como estudos que

buscam atender as exigências e incorporar os modelos de reconstituição e análise desenvolvidos na universidade. Esse conjunto não se restringe, certamente, à área de história, envolve também a economia, a sociologia, a educação, etc. Além de estudos mais sistemáticos, existe um conjunto grande de memórias, crônicas, reportagens, relatos de viagem, entre outros. Entretanto, os escritos históricos se destacam, quando não por outros aspectos, pelo volume.

Em grande volume e de qualidade variável, o fato é que os estudos na área de história não passaram ainda por um processo mais sistemático de avaliação. Alguns levantamentos foram já realizados, mas falta ainda uma reflexão abrangente contextualizando essa produção e submetendo-a a análises mais criteriosas cuja ausência pode interferir de maneira negativa nos avanços posteriores. É preciso considerar que o passado não chega até nós como uma massa heterogênea e desconexas de informações e fragmentos. Todo um processo de seleção e arranjos ocorrem antes que os historiadores se dediquem a analisar essas informações. Este trabalho prévio, geralmente, é feito pelas tradições orais, memorialista, etc. Produção heterogênea que necessita ser submetida a um trabalho de avaliação crítica. O historiador e qualquer outro estudioso da sociedade, antes de iniciar seu trabalho, ou no processo de sua realização, deve preocupar-se com essas realidades já pensadas. Caso contrário, corre-se o risco de se reproduzir padrões não conscientes de reconstituição e interpretação do passado.

Três problemas devem ser enfrentados desde o início. Em primeiro lugar, a definição do que se entende por historiografia campineira, ou seja, qual a dimensão desse território, que conjunto de escritos abarca? Em segundo lugar, deve-se precisar suas etapas, os sub-grupos que esse conjunto de escritos suporta. Em terceiro lugar, definir perspectivas analíticas e de avaliação dos escritos escolhidos.

Apenas a título de indicação vamos detalhar cada um desses pontos. O problema da seleção dos escritos depende daquilo que se pretende entender como historiografia campineira. Campinas pode ser encarada tanto como uma circunscrição espacial e lugar de origem ou como temática. No primeiro caso pertenceriam à

¹⁶ Ver IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte. MG: UFMG, IPEA, 2000, pp 19-22.

¹⁷ ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-brasileira Contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp.12.

¹⁸ MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Literatura e sociedade*. 8^o ed. São Paulo: T.ª Queiroz, 2000, pp.5-6.

historiografia campineira a produção autores que nasceram em Campinas, independente dos temas tratados em suas obras. Mas essa não é a compreensão mais comum. No geral o critério temático é mais consensual. Embora aqui sempre é possível estabelecer uma distinção entre estudos onde a cidade aparece como objeto e universo documental para se desenvolver temáticas mais abrangentes; e estudos onde a cidade além de objeto é também a temática central de análise. De qualquer maneira, o fato é que, quando várias possibilidades de recortes se apresentam a solução está na necessidade de explicitarmos nossos critérios e procurarmos manter a coerência.

Outro problema diz respeito à organização e classificação desse conjunto de obras. Aqui os critérios de definição dos grupos também pode variar. Pode-se privilegiar características intrínsecas do discurso, ou seja, estilo, linha teórico-interpretativa, implicações ideológicas, etc. Pode-se ainda valorizar a formação específica dos autores: auto-didatas, acadêmicos, etc, e seus vínculos institucionais com academias, institutos de pesquisas, universidade, entre outros. Certamente que uma combinação coerentes desses critérios é sempre o desejável. Numa primeira aproximação, poderíamos dividir a produção de obras históricas sobre Campinas e três etapas: um primeiro momento corresponderia a produção dos memorialistas, ou seja, escritos de autodidatas e que registraram diferentes aspectos da trajetória da cidade em diferentes momentos. Trata-se de uma produção realizada fora de esquemas institucionais. A variedade de aspectos da cidade que ela aborda é ampla mas se destacam alguns pontos pela repetição, como a exaltação de personalidades da cidade que tiveram a alguma projeção de fora dela, é o caso de figuras de Carlos Gomes, Campos Salles, entre outros. Tematiza ainda aspectos da vida social dos grupos dominantes, vida religiosa e festejos populares vinculados a ela. No conjunto o tom geral dos trabalhos mesclam saudosismo e defesa dos valores tradicionais, típicos de sociedades base agrária ao mesmo tempo acompanhada de uma exaltação otimista em relação a ao progresso da cidade. A obra exemplar aqui é a de Raphael Duarte “*Campinas de outrora*”, publicada em 1905.

A segunda etapa pode ser identificada num conjunto de obras de autores que mantiveram com os memorialistas uma afinidade temática e de abordagem mas que buscaram incorporar elementos da produção científica na área de história. No geral, essa produção aproxima-se e identifica-se com aquelas originadas nos Institutos Históricos e Geográficos e que poderíamos chamar aqui, a de modo muito genérico, de produção erudita. Essa produção destacou-se no debate sobre a data precisa da fundação

da cidade. De modo geral ela não rompeu com a tradição memorialista mas encampou seu universo temático e sua visão geral a respeito da trajetória da cidade. Consolidou uma periodização da história de Campinas centrada essencialmente nos marcos político-administrativos e tem como foco privilegiado as transformações pelas quais a cidade passou a partir da segunda metade do séc. XIX e início do período republicano, já que é justamente nesse momento que sofreu seu primeiro surto de modernização compondo uma imagem de progresso permanente com a qual as elites locais sempre tiveram interesse em se associar. A obra que melhor exemplifica essa fase é uma publicação coletiva de 1952 intitulada “*Monografia histórica do município de Campinas*”.

A terceira etapa da historiografia campineira refere-se a produção universitária. Desde pelo menos o final dos anos 80 e anos 90, que programas de pós-graduação da Universidade de Campinas e da Universidade de São Paulo vem abrigando trabalhos de pesquisadores que elegeram Campinas como seu objeto privilegiado de estudos. Mais recentemente criou-se na Unicamp um centro de memória e estudos históricos sobre Campinas, que reúne, organiza e preserva parte do acervo documental da cidade, mantendo inclusive uma linha regular de publicação como a Coleção Campiniana. No conjunto, segue as características básicas do padrão acadêmico, ou seja, temas bem delimitados, períodos bem definidos, análise rigorosa das fontes de informação, o uso de metodologias científicas, explicitação das linhas teóricas e interpretativa os, etc.

Do ponto de vista da avaliação dessa produção, em suas diferentes fases, acredito que deve-se evitar a identificação de etapas numa escala evolutiva rígida, que supostamente caminharia do mais ingênuo, amadorístico, ideológico e descritivo para o mais científico, analítico, profissional e neutro. Uma série de cuidados deve ser tomada para não cairmos em simplificações desse tipo (NOVAIS, 2005, p.295-304). Devemos, nesse ponto, nos apropriarmos de um instrumental de análise apontado acima e que caracteriza os estudos propriamente historiográficos. A tentativa de contextualização dos escritos sobre Campinas dentro do movimento mais geral da historiografia brasileira é um procedimento fundamental assim como o diálogo que estabelece com os estudos desenvolvidos em outras áreas do conhecimento.

V

Quais tem sido os objetivos do conjunto dos estudos de historiografia apresentados até o momento. Na maioria dos casos trata-se de mapeamentos gerais

voltado para reconhecimento do campo de estudos. Nesse caso, realizam-se balanços bibliográficos com o objetivo de se detectarem realizações, tendências, lacunas e novas possibilidades de pesquisa. Tais estudos possuem um caráter mais instrumental. Temos também estudos preocupados com as maneiras como se institui e se desenvolve em sociedades específicas, ou em momentos específicos de uma mesma sociedade, a sua relação com o passado. Nesses casos o discurso produzido pelo historiador é um indício de uma consciência histórica mais geral. Outros preocupam-se com a evolução da ciência histórica, da Grécia antiga até os dias de hoje. Temos, por fim a reflexão dos filósofos, preocupados mais com a epistemologia da história.

Poderíamos propor uma outra direção. Os estudos historiográficos possuem uma função instrumental, mas em outra direção daquela mencionada acima. Mas devemos reconhecer que deve desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento das pesquisas na área de história.

Os estudos recentes, envolvidos com o problema, são unânimes em afirmar que esse tipo de reflexão, para obter resultados satisfatórios, deve acompanhar de perto a dinâmica das investigações e das pesquisas num diálogo permanente e crítico. Acrescente-se, ainda, que é desejável que o exame da historiografia represente um aspecto constitutivo do ofício do historiador e não uma especialização autônoma. De um modo geral, os estudos e as pesquisas históricas tem como procedimento usual o levantamento e a reflexão a respeito do estado dos conhecimentos referentes ao tema ou período que se estuda. É o ponto de partida que justifica a relevância e a pertinência das novas iniciativas, pela fragilidade, equívocos, ausências ou incompletude dos trabalhos existentes. No caso do Brasil, especificamente, a emergência recente desse campo reflete um amadurecimento da historiografia nacional, é o sintoma de que uma massa crítica de estudos históricos vem se constituindo e a historiografia representa essa espécie de consciência crítica necessária para que os avanços posteriores não se dêem sem o diálogo, a crítica, a incorporação e a superação dos estudos existentes. A historiografia pode funcionar como um antídoto contra os efeitos mais nefastos dos modismos, tão freqüente nos nossos meios acadêmicos.

Qual o propósito final dos estudos de historiografia? Não dá para ignorar, num primeiro plano, a utilidade instrumental que representa para o avanço e aperfeiçoamento da pesquisa histórica. A identificação de lacunas no conhecimento; o diagnóstico das tendências e

dos rumos das pesquisas; a identificação das áreas de concentração e de preferência dos historiadores; a iniciativa de explicitar os temas mais controversos, as interpretações mais polêmicas; a discussão sobre o esgotamento ou a renovação de técnicas e métodos de investigação; a definição de mecanismos de auto-avaliação e crítica permanente podendo ampliar o grau de cientificidade dessa área de conhecimento, na medida mesmo que implica numa ampliação do grau de consciência do profissional sobre as condições de possibilidade de seu próprio ofício, etc. Uma segunda ambição poderia ser a de se estudar a história que se faz a partir da história que se escreve, ou seja, os estudos de historiografia abrem a possibilidade de aprofundarmos a reflexão sobre o estatuto e os mecanismos a partir dos quais uma determinada sociedade define a relação com seu passado. Nesse processo, pode-se entender as relações que se estabelecem entre o discurso profissional e esse universo mais amplo e complexo da memória coletiva. E na medida em que entendemos como isso funcionou nas sociedades passadas, podemos relativizar algumas indicações mais presunçosas da total independência da ciência histórica na sociedade do presente.

Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, Rio de Janeiro: UFRK/FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CAMPOS, Pedro Moacyr e COSTA, Emilia Viotti da - "Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX" in: Jean Glenisson - *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, pp.250-293.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) - *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARR, E.H *Que é História?* 2ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.
- DUARTE, Raphael. *Campinas de outrora*. s/ed., 1905.
- DUMÉZIL, Georges. *L'idéologie tripartite des Indo-Européens*. Paris, 1967
- DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. Paris, 1977.
- FALCON, Francisco J.C. "A Identidade do Historiador", in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9, nº17, 1996, p.7-30.
- FEBVRE, Lucien - *Combates pela História*, 2ªed., trad.port.: Leonor M. Simões e Gisela Moniz, Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil 1980-1989*. Elementos para uma avaliação historiográfica. Vol. I. Ouro Preto, UFOP, 1992.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcantara. *Historiografia brasileira 1900-1930*. Assis. Unesp. 1973.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/SP: Edusc, 1998.
- FOUCAULT, Michel - *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FURET, François- *A Oficina da História*, Lisboa: Gradiva, s/d.
- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*. USP.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*, São Paulo: Difel, 1984.
- HADDOCK, B.A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociologia del conocimiento*. Buenos Aires: T.I., 1974.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo, perspectiva, 1981.
- KRANTZ, Frederick (org). *A outra história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LAPA, José R. Amaral. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- LE GOFF, Jacques (e outros)- *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.
- MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. SP: Ática, 1977.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo*. São Paulo: Unesp, 1997.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- THOMPSON, E.P.- *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.
- VEYNE, Paul. (org). *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. SP: Brasiliense, 1991.
- WHITE, Hayden. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

HISTÓRIA DE CAMPINAS NA UNIVERSIDADE

Análise da Produção Acadêmica de 1990 - 2005

Sulamita RIBAS*
João Miguel T. de GODOY**

RESUMO

Levantamento preliminar e comentários sobre produção historiográfica a respeito de aspectos das relações escravistas em Campinas e região.

Palavras chaves: Campinas, historiografia, história.

SUMMARY

Preliminary survey and commentaries on historiográfica production regarding aspects of the escravistas relations in Campinas and region.

Words keys: Campinas, historiografia, history.

Introdução

Depois de 1970 houve um crescimento da produção de teses e livros acadêmicos causados pelo aumento de cursos de pós-graduação no Brasil. A mudança foi tanto quantitativa como temática dirigindo-se mais para assuntos brasileiros devido à extinção das cátedras. Assim, nos últimos anos tivemos uma diversificação na produção universitária brasileira. A partir desta constatação pretendemos descobrir o específico desta produção acadêmica nas universidades paulistas. Nesse sentido, o primeiro objetivo nesta pesquisa foi dimensionar a

produção de teses acadêmicas sobre Campinas nas universidades paulistas. Entretanto, um volume considerável trouxe a necessidade de afinar o estudo por temáticas e focalizar nas teses relativas à escravidão, pelo menos nesta primeira etapa. O trabalho está dividido em séries temáticas: a primeira sobre a família escrava, a segunda sobre o processo de liberdade, a terceira sobre a escravidão urbana, a quarta sobre rebelião escrava. Nestas séries estão os resumos das obras e alguns apontamentos críticos, porém no sexto capítulo se encontra uma análise geral sobre as tendências descobertas durante o estudo.

* Aluna do Curso de História da PUC-Campinas e bolsista de Iniciação Científica.

** Professor da Faculdade de História PUC-Campinas.

O livro *A Escravidão Reabilitada*¹, de Jacob Gorender, traça uma análise desde o princípio da historiografia sobre escravidão no Brasil e as influências decorrentes da Europa e EUA que ajuda a elucidar questões desta temática. A obra de Ronaldo Vainfas, *Os Protagonistas da História*² dissecar nos mínimos detalhes as “novas tendências” da História explicando o que é micro-história, visto que no Brasil esta abordagem sempre sou confusa em relação à Nova História e à História das Mentalidades. Deste modo o livro ajuda a compreender as obras que se propõe a fazer um estudo deste caráter. Com Ciro Flamarion Cardoso, em *Uma Introdução à História*³ encontramos suporte para construir os resumos através de questões suscitadas pelo autor. Assim procuramos valorizar os enfoques dos autores, suas hipóteses, como são construídas as relações entre os fatos, o uso de dados quantitativos e comparações com realidades mais abrangentes.

Resolver para si mesmo a problemática de como conduzir uma pesquisa historiográfica é uma tarefa complexa que suscita muitas indagações quanto à função do trabalho do historiador e da sua própria concepção de História. Com certeza estas são questões que não se resolvem de imediato e que necessitam de muitas reflexões e conhecimento de sucessivos debates que vêm surgindo na área das Ciências Humanas. Nesse sentido pretendo apenas tecer algumas considerações que julgo serem relevantes, intrigantes e esclarecedoras de dúvidas no caminho desta pesquisa.

O estudo da escravidão em Campinas exige o retorno ao debate historiográfico que envolve principalmente Gilberto Freyre⁴ e a Escola Paulista de Sociologia. No Brasil, ainda na década de 1930, Oliveira Vianna, influenciado pelo racismo científico⁵, promulgava a idéia do branqueamento da população, pois entendia que a raça negra era dada a vícios e necessitava ser conduzida sob tutela. Contra esta perspectiva surgiu Gilberto Freyre argumentando contra o racismo e levantando a importância da influência africana

na constituição do povo brasileiro. Entretanto vem embasado em duas teses que mais tarde serão extremamente criticadas: o “patriarcalismo” e a “democracia racial”.⁶

Na década de 1960 os estudos da Escola Paulista de Sociologia se confrontam com as propostas de Freyre. Neste debate entram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior e Roger Bastide, que questionam o quadro harmonioso descrito por Freyre e afirmam o caráter violento e desumano da escravidão no Brasil. Porém no esforço de se ressaltar o escravo como autônomo no interior do sistema escravista, em recusa do conceito “escravo-coisa”, os trabalhos seguiam no sentido de recuperar a subjetividade do escravo o analisando como “agente voluntário da escravidão”. Assim surge a dicotomia *resistência/acomodação* e, nesse sentido, o ato de resistência já conteria embutida a finalidade da acomodação como forma do escravo “flexibilizar” o regime em benefício próprio⁷. Com a influência da Nova História atrelada ao marxismo, o Brasil conhece o “culturalismo” de Edward Thompson, que integra o materialismo histórico com a tradição cultural. Porém os estudos de Thompson⁸ se disseminam nos meios acadêmicos e provocam uma supervalorização dos pleitos judiciais promovidos por escravos, sugerindo uma concepção legalista na sociedade escravocrata.⁹ Estas tendências podem ser claramente observadas neste trabalho, pois é grande a influência thompsoniana no que concerne aos estudos sobre escravidão em Campinas.

Capítulo I - A família escrava

Anna Gicelle G. Alaniz¹⁰ escreveu a obra *Ingênuos e Libertos* (1871-1895) que foi publicada em 1997. A intenção da tese é investigar as estratégias de sobrevivência familiar numa época de transição das legislações referentes à escravidão, período que se inicia em 1871 até 1895. Alaniz engloba neste estudo a família negra, escrava e liberta no contexto das mudanças do século XIX com uma abordagem

¹ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

² VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

³ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

⁴ Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1987.

⁵ No Brasil, um dos representantes do racismo científico foi Raymundo Nina Rodrigues, um médico mulato, que em 1905 publica a obra *Os Africanos no Brasil*. De acordo com sua concepção positivista a raça negra foi definida como inferior a partir de sólidos critérios científicos.

⁶ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

⁷ Idem, p. 26.

⁸ Thompson extraiu ilações legalistas do estudo sobre a chamada Lei Negra e suas conseqüências, na Grã-Bretanha do século XVIII. Afirmou que a lei não pode ser mera ideologia mistificadora, máscara da dominação de classe. Ela implica limitações ao arbítrio da classe dominante e pode ser também um terreno para a defesa dos oprimidos. (GORENDER, 1990, P. 27)

⁹ Idem, p. 29.

¹⁰ ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e libertos*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. 107p. Coleção Campiniana, v. 11.

na área da História Social. Suas fontes são as legislações abolicionistas, procurações judiciais de tutela e apreensão, licença de casamento e remoção de tutela da cidade de Campinas e de Itu, pois seu estudo perpassa por estes dois lugares, e o livro de óbito de Campinas. A autora se vale de método comparativo procurando entender globalmente a problemática da família escrava no Brasil e compará-la com a situação específica de Campinas. Utiliza resultados quantitativos visando aumentar a objetividade das conclusões estabelecidas, pois constrói um quadro realista (simplificado), se permitindo em poucas vezes sugerir acontecimentos hipotéticos¹¹.

Depois de 1850 houve mudanças na configuração da relação senhor/escravo. A autora demonstra isto fazendo uma análise das leis abolicionistas, concluindo, ainda, que estas não emergiram rapidamente, já estavam sendo amadurecidas muito anteriormente. O conceito “ingênuo” remete ao direito romano, no qual significava livre, o que possivelmente gerou debates legislativos, já que estes estavam até aos oito anos sob a tutela de seu senhor. Depois de completos os oito anos, o senhor teria a opção de receber a indenização do Estado ou de utilizar os serviços do menor até a idade de 21 anos. Dessa forma, Alaniz percebe que devido a equívocos que pudesse causar o conceito, ocorre o desaparecimento da palavra ingênuo nestes debates.

A Lei do Ventre Livre significou apenas uma protelação dos senhores para liberarem a mão-de-obra escrava e uma das suas conseqüências foi a luta das famílias para reaverem seus parentes depois do 13 de maio, pois muitos ingênuos ainda permaneceram sob o jugo do senhor.

Nesse sentido, as estruturas familiares podem ter se tornado um instrumento de sobrevivência psicológica e econômica, pois normalmente todos trabalhavam para manter a família. Este se torna o ponto principal para entender o grande volume de batalhas judiciais para reaver parentes. Contrapondo-se a esta constatação, há também os que encontravam na tutela do senhor uma boa estratégia de sobrevivência, pois pela lei o senhor deveria garantir os meios básicos de sobrevivência para seus tutelados.

O vínculo tutelar pode ter sido uma forma de auxiliar tanto os libertos quanto seus ex-senhores a adaptarem-se à nova ordem estabelecida. Afinal, se os senhores ainda conseguiam manter alguma mão-de-obra, alguns libertos

possuíam uma alternativa de sobrevivência, embora que alguns preferissem negar esta alternativa. Havia uma tendência de continuidade por parte dos senhores quanto à libertação de seus escravos em Campinas, mas também o fator de resistência dos escravos era aplicado para tentar manter unida sua família, o que não era tarefa fácil, pois não só dependia das ações dos cativos e libertos, mas também dos processos jurídicos e da legislação brasileira. Outra característica muito sólida neste trabalho é a consciência das ações dos sujeitos, pois em todo o momento estes reagem em prol de suas causas com clara intenção de seus atos.

Cristiany Miranda Rocha no seu primeiro trabalho sobre famílias escravas: *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX* iniciou sua investigação a partir do diário de um feitor do Sítio São Pedro, que vai de abril de 1878 a maio de 1890, no qual o proprietário era Camilo Xavier Bueno da Silveira. Seu método consistiu na construção de uma árvore genealógica visando encontrar pistas das pessoas do diário, como inventários, assentos paroquiais de batismo, casamento censos antigos, registro de imposto da meia-siza e processos-crime. Neste estudo existe uma grande preocupação com a quantificação, ou seja, é centrada em medir os padrões coletivos de comportamento e a sua variação no tempo, um traço que podemos considerar próprio das mentalidades¹². A finalidade é comparar a realidade visualizada em Campinas com as obras de caráter mais geral, procurando assim demonstrar realidades diferentes das análises estruturais.

Na Vila de São Carlos os africanos eram 70% da população cativa no ano de 1801. Anos depois muda o perfil do plantel e em 1846 apenas 57.8% era africano, o que demonstra um processo de transição da nacionalidade dos cativos. Com o fim do tráfico o crescimento populacional continuou, mas menor, através do tráfico interno. Nesse período Campinas investiu no café, o que solicitou mais mão-de-obra escrava. Assim em 1872 possuía 14000 escravos predominantemente crioulos. Quanto às taxas de nupcialidade constatou que a grande desproporção entre homens e mulheres colaborou para o entrave dos matrimônios. Para Florentino e Góes a mulher era requisitada como esposa assim que fosse fértil, pois eram escassas. Os homens mais velhos dominavam o mercado de mulheres férteis e os mais jovens uniam-se com as mais velhas. Rocha Miranda, entretanto, discorda, pois entende que em menor

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

¹² VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

número as mulheres tinham maior poder de barganha e escolhiam seus parceiros e, assim, se estas preferiam os mais velhos era devido a fatores de vantagem. O desenvolvimento do plantel ao longo de dezessete anos faz crescer a presença de crioulos e aumenta o número das pessoas ligadas pelo parentesco. A historiografia tradicional afirmava ser efêmero o relacionamento entre escravos, porém se utilizando das fontes a autora constatou que algumas uniões duravam, em geral, de 9 a 24 anos.

Camilo Xavier Bueno da Silveira nasce em 1811 e falece em 1871. Ao morrer, este proprietário deixou em seu inventário 271 escravos distribuídos em três sítios. Num primeiro momento, 14 das 34 famílias do inventário tiveram suas informações ampliadas. Nos registros de casamento de seus escravos encontram-se apenas 16 casais, apesar de número muito maior no inventário (43). A hipótese é que muitos casais tenham sido adquiridos já casados. Outro fator observado é que dos 16 casais encontrados nos registros de casamento, 15 se casaram em junho de 1868, o que leva a crer que a formalização das uniões era determinada pela vontade senhorial, casando-os aos grupos por questões de praticidade.

Na partilha entre herdeiros nenhuma família escrava foi esfacelada e em geral havia apenas uma divisão formal do espólio. Então, considera que a amostra de partilhas aleatórias não serve para avaliar estes fatos e ressalta o cruzamento das fontes para um mesmo grupo de cativos para evitar visões distorcidas, embora encontre alguns casos de separação de filhos e outros que foram libertados sob condições. Em alguns casos observou que depois da morte do capitão se optou por beneficiar núcleos familiares com alforrias e legados. Dessa forma, se a morte do senhor poderia trazer a ameaça de separação familiar, também trazia a esperança.

A idéia de estudar o compadrio e o casamento é perceber as expectativas em relações não adquiridas consanguinamente. O compadrio carrega a idéia de responsabilidade espiritual e material, mas alguns escravos preferiam estabelecer laços de compadrio com seus pares. Mas em geral os escravos que possuíam mais afilhados eram os de situação diferenciada no plantel e que adquiriram regalias. Assim, se nota uma tentativa dos cativos em conseguir melhores condições para manter seus laços horizontais.

No texto de Miranda Rocha ficam evidentes as diferenças regionais no estudo da escravidão. Porém estes métodos talvez sejam mais complexos de realizar numa análise estrutural, visto que não é possível considerar tantas peculiaridades, mas num estudo regional como neste caso em que aborda o plantel de Camillo Bueno da Silveira, o método aplicado demonstra ser bastante eficiente.

Uns dos grandes problemas dos que vêem nada mais do que “migalhas” nestes estudos é o *parti pris* doutrinário e dogmático que só admite como totalidades legítimas de serem estudadas temas ligados à história socioeconômica ou perspectivas que adotam *a priori* o determinismo econômico como único eixo aceitável da explicação histórica. (Vainfas, 2002, p. 49)

Na sua segunda produção sobre a família escrava, *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno no século XIX*¹³, Cristiany Miranda Rocha acompanha a formação e o desenvolvimento de famílias cativas ao longo de gerações nas fazendas de Campinas e recupera a história dos “desenraizados” que vieram para estas propriedades. A autora inicia descrevendo a trajetória de três famílias que se tornaram proprietárias em Campinas: Francisco de Camargo, Manuel Joaquim de Moraes e Souza Aranha. Após a morte do senhor, Rocha Miranda observou que no inventário de Francisco de Camargo nenhum casal legalmente constituído foi separado na partilha. O inventário de Manuel Joaquim de Moraes é aberto em 1883 e em geral os cativos não foram separados, apenas três moças. No inventário de Da. Maria Luiza de Souza Aranha nove escravos foram libertados durante a partilha, sendo que alguns sob condições de serviços, mas não foi separado nenhum casal escravo. Mesmo antes de 1820, a autora observa que havia uma tendência de preservar famílias cativas e que tal prática poderia servir de estímulo aos casamentos.

Quanto às estratégias de parentesco no cativo uma das mais freqüentes é o compadrio. Alguns também estabeleciam laços verticais e horizontais ao mesmo tempo. A autora observa que na família Souza Aranha os africanos recém-chegados possuíam apenas um padrinho imposto pelo senhor, que fazia um papel de guia na integração do trabalho na fazenda. Com os cativos de Manuel Joaquim de Moraes os padrinhos mais freqüentes foram os da

¹³ ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da Senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Campinas, SP, 2004.

mesma fazenda. O compadrio parecia ser a porta de entrada dos forasteiros na integração com a família.

O casamento escravo para os homens adultos era mais difícil devido à desproporção de gênero, pois eram a maioria. Nas posses maiores as escravas contavam com mais chances de encontrar um parceiro e isto não gerou promiscuidade e sim relações formais. A questão dos filhos ilegítimos estava ligada à postura senhorial diante da oficialização das uniões, pois como dependiam do senhor para casar na igreja, não ocorria preocupação com a legitimação. O desejo dos recém-chegados em casar era tão fortemente manifestado que a autora registra uma relativa variedade de crimes passionais. A conclusão da pesquisa é que apesar de ser mais difícil para os “desenraizados” se casarem, alguns o conseguiram por meio de relações de compadrio e amizade. Conclui também que o crime era um evento masculino com 96%, sendo que 64% eram cativos de outras localidades. Quando a violência era contra escravos, os réus predominantes eram “desenraizados” e 50% dos crimes horizontais eram praticados também por estes, mas 30% eram africanos e 20% crioulos. Dos “desenraizados”, 82% cometeram crimes verticais, ou seja, atingiram mais a casa grande que a senzalas.

Ricardo F. Pirola em *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião etnicidade e família* faz a reconstrução de um fato que conduz os assuntos a serem abordados. O objetivo do seu trabalho é fazer a biografia de 32 indivíduos envolvidos num plano de rebelião tentando responder se existiria uma comunidade escrava homogênea, se os crioulos eram menos propensos a revoltas e se os casados e com funções especializadas eram avessos a rebeliões. Como fontes foram utilizadas o processo-crime de 1832; a correspondência entre autoridades; registros de casamentos escravos; assento de batismo; censos da Vila e inventários *pós-mortem* dos senhores envolvidos na trama.

Pirola começa narrando a chegada dos futuros proprietários em Campinas: em 1792, Floriano de Camargo Penteado e seu irmão Antônio de Camargo Penteado se estabeleceram no bairro Ponte Alta e trouxeram toda a família e escravos. Floriano era casado com Da. Paula Joaquina de Andrade, sem filhos e com oito escravos. Antônio tinha um casal de filhos e casado com Da. Ana de Campos Paes e sete cativos. Constituíram duas fazendas: Ponte Alta e Ponte Alta de Cima. Anteriormente a agricultura era de subsistência, mas depois da década de 90, a crise do açúcar em São Domingos contribuiu para alavancar a

produção em Campinas, o que causou um crescimento súbito da população, pois atraiu muitos proprietários e importação de escravos. Em 1812 Antonio de Camargo já havia falecido e Da. Ana cuidava do Engenho Ponte Alta, que prosperou bastante: tinha mais de 90 cativos em 1832. Floriano faleceu em 1838 e em 1832 tinha mais de 150 escravos e seis propriedades entre sítios e engenhos. O plano envolveu suas três grandes propriedades.

O coronel Luis Antonio de Souza Queiroz fundou duas propriedades em 1797. Tinha oito engenhos grandes e quase 500 escravos, mas os envolvidos foram 40 apenas. Em 1832 Luis Antonio já havia falecido e seus herdeiros administravam os bens. João Francisco de Andrade veio para Campinas em 1803 com sua esposa Da Ana Francisca Cardoza, sete filhos, cinco agregados e 14 escravos. Mais tarde chegou a ter 50 cativos. Morreu em 1830 e em 1832 sua mulher era a administradora, mas o plano se espalhou também para as propriedades dos seus filhos Antonio Francisco de Andrade e Theodoro Francisco de Andrade. Antônio Francisco se casou com Da Maria Bárbara de Campos e em 1832 possuíam mais de 40 cativos e produziam mais de 3000 arrobas de açúcar. Sua propriedade também era no bairro Ponte Alta. Theodoro se casou com Da Reginalda Rufina, sua sobrinha. Em 1832 tinha produção de 1000 arrobas de açúcar e por volta de 20 cativos, também na mesma região de seu pai. O plano também chegou às fazendas do genro de João, Antonio Correa Barboza e José da Cunha Paes Leme.

Antonio Correa chegou no começo do século XIX e se casou e fundou sua fazenda com sua esposa Da. Úrsula Francisca de Andrade. Em 1832 tinha mais de 100 escravos, dois engenhos e três fazendas. O outro genro José da Cunha chegou em 1808 para se casar com D^a Ana Francisca de Andrade e em 1832 possuía mais de 30 escravos e produziu mais de 1000 arrobas. Joaquim José dos Santos, outro proprietário envolvido, chegou em 1805 e em 1832 possuía mais de 100 escravos. Salvador Bueno da Silveira chegou em 1817 com a esposa Da. Maria Leite, dois filhos e cinco escravos. Em 1832 tinha mais de 40 escravos e produzia 2000 arrobas de açúcar. Francisco Ignácio de Souza Queiroz instalou sua primeira fazenda em 1820. Em 1832 tinha quatro grandes engenhos e também mais de 250 escravos.

Em 1832 a vila tinha 9.245 habitantes sendo 5.087 escravos. A população cativa foi se tornando cada vez mais africana e com altas taxas de masculinidade. Assim, os dados de 1831-35 revelam maioria de africanos, do sexo masculino com idades entre 15-29 anos. O grande crescimento econômico trouxe o temor de insurreições

escravos. A correspondência trocada entre autoridades locais e o presidente da Província de São Paulo pede algumas medidas de controle. Em 1830 apresentou-se uma denúncia de que escravos estavam se munindo de armas de para uma revolta coletiva. Foram presos os libertos João Barbeiro e Ignácio Dominguez, acusados de liderança e os focos da rebelião identificados. Em 1831 foram tomadas medidas para proibir o porte de armas e ajuntamento de cativos. O sargento-mor Antonio Francisco de Andrade relatou como havia descoberto o plano. Ele observou que seus escravos desobedeciam mesmo sob castigos e saíam à noite para ter com outros cativos. Ao comentar o fato com seus irmãos todos confirmaram o mesmo comportamento e, então, desenvolveram a estratégia de interrogá-los simultaneamente a fim de evitar a desconfiança dos outros.

Foram descobertas 15 fazendas envolvidas, a maioria da região da Ponte Alta. Em cada propriedade havia um capitão que deveria arrematar parceiros e dinheiro. Os encontros eram noturnos e na fazenda de Da. Ana de Campos Paes. A liderança principal era Pai Diogo, de propriedade de Joaquim José dos Santos, que presidia as reuniões, era o tesoureiro principal e elaborava mezinhas que eram vendidas em troca de dinheiro ou armas para o movimento. As mezinhas tinham efeito de fechar o corpo dos escravos durante a revolta e tornar lento os inimigos. O dinheiro destas vendas seguia para João Barbeiro em São Paulo, através de um cativo tropeiro chamado Marcelino, da mesma fazenda de Diogo. João Barbeiro utilizava o dinheiro para comprar armas e munições e viria com outros cativos de São Paulo para Campinas para ampliar a rebelião. A data da eclosão seria no feriado de Páscoa, porém nem todos sabiam. João Barbeiro foi condenado como cabeça, mais nove escravos como capitães e 23 como revoltosos. O principal objetivo dos escravos era conseguir a liberdade e para isso observavam o momento político. O autor expõe vários estudos na historiografia que apontam boatos de que houvesse findado a escravidão e que os proprietários ocultavam o fato aos cativos.

A maioria dos envolvidos no plano chegou à Campinas em 1810 e apenas três eram da região, os outros do tráfico Atlântico. Grande parte veio do Congo norte, porém a designação “Congo” não significava um único povo assim como a designação Monjolo. Marisa Soares afirma que não é possível identificar com certeza a nação correspondente dos cativos. Porém, mesmo assim, estas identidades acabaram sendo incorporadas pelos escravos.

Nesse sentido os planos eram encabeçados por maioria dos provenientes de Congo norte. Os crioulos participaram com 10% do total de condenados, um número consideravelmente alto. Todos os cativos estavam pelo menos há sete anos em Campinas e a maioria há mais de dez. Conheciam a língua dos senhores e o cenário local, assim, pode-se concluir que apesar da vivência diferente não foram “aculturados”, ao contrário, usaram todo o conhecimento para o plano.

Ao levantar as ligações de parentescos das famílias dos envolvidos, o autor observa que o contato não foi instantâneo e que existia há muito tempo. Isto é observado através do compadrio entre escravos e também pelos laços com padrinhos livres. A maioria estava na faixa etária de 20 - 29 anos (63%), mas a participação de cativos com idade mais avançada constava um número importante (22%). A maioria dos condenados no processo-crime trabalhava nas lavouras e roçados das fazendas e apenas cinco possuíam profissão especializada. Apesar de soma menor é significativo que 15% exercessem trabalho especializado ou doméstico, pois ofereciam mais autonomia, mobilidade, chances de pecúlio e alternativas para trabalho em caso de liberdade. O tempo de permanência na fazenda era requisito para determinados cargos como o de administrador e dos engenhos. Portanto, é natural que estes escravos tivessem mais de 40 anos. As outras funções não exigiam tanto tempo de experiência. Mas como eles colaboravam com o plano? Os tropeiros possuíam mobilidade dentro da fazenda e região. O trabalho de cozinheiro facilitava acesso às notícias devido da Casa Grande. O ferreiro foi procurado para produzir armas. Com essas facilidades os escravos especializados foram os que mais se envolveram e aproveitavam as facilidades em benefício próprio e da comunidade.

Dentre os 33 condenados foi encontrado o estado civil de 22, sendo que 14 eram solteiros e oito casados. Quanto à nacionalidade o autor observa que Campinas não era conflituosa e o grande número de casamentos entre africanos é devido à alta concentração desses escravos nas fazendas da região. Em seguida seguem as uniões mistas e depois entre crioulos. Como a população crioula descendia diretamente da África, não resultou em divisões. Contudo o autor conclui que os laços de solidariedade não criaram paz nas senzalas, mas facilitaram a formação de um plano de revolta, mesmo entre os que faziam parte de um nicho privilegiado na fazenda, possuíam filhos e laços afetivos extensos. O líder da rebelião, João Barbeiro, ainda mantinha contato com seus companheiros cativos e

isto prova que o sentido de comunidade não unia apenas cativo, mas também libertos. Dessa forma, podemos perceber que os envolvidos nas rebeliões poderiam ser casados, ter posição privilegiada no plantel, laços de amizade e mesmo assim, enfrentarem a luta armada pela liberdade em detrimento de todas as formas de controle senhorial.

Capítulo II: A liberdade

Neste capítulo encontram-se as análises que dão conta do tema da liberdade no sistema escravista em Campinas durante o século XIX. Iniciando nossa observação, procuramos entender a proposta de Oliveira Silva em *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(ende)ndo a liberdade (1850-188)* efetuada em 1999, que pretendeu resgatar o “processo educativo” informal que existiu na luta pela liberdade das mulheres escravas através dos meios jurídicos. Este aprendizado a que se refere ocorria constantemente nas reinterpretações das ações do Tribunal Judiciário de Campinas, ou seja, ao entrar com uma ação de liberdade no tribunal a mulher escrava estaria aprendendo e apreendendo a liberdade. Nesse sentido levanta as possibilidades de resistência para entender a ação educativa que as práticas jurídicas estimulavam e localiza o caráter educativo nas práticas políticas entre senhores e escravas.

Oliveira Silva tenta absorver a proposta da Nova História para perceber relações e experiências, pois conclui que as orientações teóricas atuais apontam para estudos que resgatam a singularidades de cada processo histórico. Possivelmente a autora se refere às tendências advindas das mentalidades, da história cultural, da Nova História e da Micro-história. Se em alguns momentos percebemos alguma confusão teórica em sua obra, esta advém do fato destas inovações terem chegado todas juntas no Brasil, devido ao nosso atraso de dez ou quinze anos.¹⁴ Talvez por conta destes desacertos teóricos encontremos junto com as fontes tradicionais deste trabalho, como processos judiciais, o uso de literatura do século XIX e fatos advindos de depoimentos orais¹⁵. Porém em momento algum a autora problematiza o uso deste tipo de fonte, o que deixa sua abordagem teórica um tanto “frouxa”, pois não oferece critérios sólidos para o uso deste tipo de fonte.

Uma das formas de se chegar à liberdade era através de processo judicial, como a ação de liberdade, um processo para a compra da alforria do escravo com preço acordado entre as partes, por litígio ou determinado por avaliador. Também outras formas geraram liberdade como inventários, justificativas, ações de paternidades entre outras. A maioria das ações envolvia pagamento de pecúlio. As pessoas que se relacionavam amigavelmente com os escravos tinham grande importância no pleito da liberdade e as escravas pareciam compreender bem esta relação. Assim, nestas ações a autora localiza um aprendizado para a luta da liberdade e a criação de regras próprias e de uso comum, tanto que em muitas ações as cativas se depreciavam para conseguir um valor mais baixo, ou seja, agem de forma consciente e estratégica.

Um “bom” escravo poderia conseguir alforria diante de prestação de serviços, mas os senhores se queixavam de que mudada sua condição estes se tornavam “maus” escravos, pois ao senhor era difícil entender que este não era mais sua propriedade. Mesmo atitudes de uma “má” escrava poderiam conduzir à liberdade, pois o proprietário querendo se desfazer da escrava a libertava, claro que era uma conquista dolorosa, pois era carregada de castigos físicos. Desse modo, a autora entende que as ações foram educativas para ambos, pois o senhor também tinha que aprender a nova posição do liberto. O resultado deste trabalho deixa muitas questões, pois na introdução a autora diz tratar das tradições culturais, mas não o faz no corpo do texto, possivelmente a falta de definição dos conceitos não tenha fornecidos subsídios para o leitor compreender o que deve ser entendido como “tradição cultural”.

Publicado em 1996, *A Conquista da Liberdade*, de Regina Célia Xavier, também trata das formas de se conseguir a liberdade do cativo, na cidade de Campinas durante o século XIX. A autora pretende se voltar para o particular e observar de forma não homogênea os libertos com a abordagem da História Social. Suas fontes são as ações de liberdade de 1870 a 1888, os testamentos de 1887 a 1900, a documentação civil, os inventários, as ações de cobrança de dívidas, justificações cíveis, processos de divórcio, cruzados com documentos da municipalidade, livros de impostos, moradia, documentos administrativos da Câmara, jornais e livros de memorialistas. Xavier procura seguir o rastro de personagens, mas sem abandonar o

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

¹⁵ Na página 37 a autora faz referência ao livro de Bernardo Guimarães *A Escrava Isaura* e de Aluísio de Azevedo, *O cortiço*; na página 59 apresenta conclusões decorrentes de depoimento oral de filhos de ex-escravos colhido num encontro de ferroviários aposentados pela mesma.

estudo das estruturas, pois a partir do particular que se delinea o processo histórico mais geral.

O estudo quer entender quem era o liberto, como se definia sua liberdade e como era vivenciada. Faz uso de muitas análises quantitativas para formular suas hipóteses, pois em toda a discussão propõem possibilidades alternativas no qual associa peso causal¹⁶. Inicialmente a autora indica que são poucas as ações que se enquadram na lei de 1831¹⁷, devido à dificuldade de se provar a ilegalidade no país. Dentre as formas de obter liberdade, localiza a lei de 1971¹⁸ e a Lei dos Ingênuos, que deveriam receber tutela até os oito anos de idade e seguirem livres. Havia também o Fundo de Emancipação com função de cobrir a indenização e assim os cativos faziam depósitos na coletoria para acumular pecúlio. O pagamento também poderia ser feito sem intermediação do Fundo e esta foi a forma mais eficiente e que garantiu mais liberdades. Mesmo os que já eram libertos precisavam recorrer à justiça, pois ainda havia a necessidade de reafirmar a liberdade regularmente, pois nem sempre era reconhecida. Alguns buscavam sua liberdade na justiça quando possuíam algum vínculo de parentesco com o senhor. Há casos em que senhores transmitiam a alforria junto com algum benefício, uma obrigação moral paternalista, mas havia espaço para a afetividade também. As mulheres libertas eram consideradas frágeis e corrompíveis, então deveriam ser educadas para a liberdade. A liberdade era uma questão política confirmada pela luta cotidiana do liberto pelo seu reconhecimento dentro da sociedade.

Para acumular pecúlio alguns vendiam no comércio urbano, porém precisavam de autorização do senhor. No meio rural trabalhavam como capitães do mato, plantando, criando e vendendo excedentes para acumularem algum dinheiro. Os alugados retinham algum ganho ou gratificação por trabalhos extras e aos domingos. Como sempre permanecia o desejo de domínio, há vários exemplos de contratos entre senhor e liberto com o intuito de se manter ainda o trabalho não-remunerado por um tempo determinado mesmo depois de adquirida a alforria. Xavier, por fim, pretende demonstrar que houve mudança na vida dos negros, que não houve continuidade, mesmo diante da resistência senhorial de manter o sistema escravista.

Ingressamos também nesta divisão temática a obra *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*¹⁹, da mesma autora: Regina Célia Xavier, pois também aborda a mesma temática para retratar a vida de um personagem, o Mestre Tito. Entretanto, como a autora utiliza a vida deste personagem central, termina por perpassar em várias temáticas acerca da escravidão. Baseia-se em Ginzburg, que ressalta as possibilidades analíticas através da abordagem de um nome próprio conduzindo a investigação. Nesse sentido recebe influências da micro-história, pois sua abordagem diz respeito ao sujeito, mas é o historiador que determina a sua amplitude analítica, os objetos e os conflitos dos agentes anônimos²⁰. As fontes utilizadas foram livros de memorialistas e fontes primárias.

Xavier encontra registros de Tito, pela primeira vez, em 1829, com 11 anos morando na vila de São Carlos com o senhor Floriano de Camargo Penteado. Veio com o tráfico transatlântico e declarou ter os pais já falecidos. Em 1830 as autoridades da província são avisadas de um plano de rebelião planejado por escravos, isto preocupava muito a vila, pois neste período a cidade contava com 57, 7% de habitantes cativos e a grande questão era como dominar esta população crescente e organizar uma força repressiva. A igreja incentivava a confissão de pecados nas festas religiosas, então é provável que algum escravo quisesse proteger sua alma às vésperas do levante e contou o segredo ao pároco, que revelou os planos às autoridades. Mas qual era o comprometimento destes religiosos com seus paroquianos, escravos ou não? São inúmeras as observações que a autora demonstra que um pároco devia cumprir, mas o pároco tinha sua vida mesclada à igreja e à política de São Carlos. Diante da complexa relação entre uma sociedade que se mantinha através dos engenhos de açúcar e da relação com a Igreja é possível entender a atitude do vigário, porém não se pode generalizar esta reação da Igreja no Brasil.

Tito em 1832, com 14 anos, era do trabalho doméstico, mas não se envolveu na devassa. Mais tarde se transforma em pajem de Floriano de Camargo, uma posição de prestígio, mas melindrosa, pois não poderia parecer um braço aliado do senhor em detrimento de seus

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

¹⁷ Lei que declara livres todos os cativos vindos de fora do Império e impõe penas aos seus importadores.

¹⁸ A lei nº 2.040, popularmente conhecida na História do Brasil como Lei Visconde do Rio Branco ou melhor ainda como Lei do Ventre Livre, foi promulgada a 28 de Setembro de 1871.

¹⁹ XAVIER, Regina Célia. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Campinas, SP, 2002.

²⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas Anônimos da História*. Ver. P. 121.

companheiros. Em 1838 morre Floriano de Camargo e sua esposa Delfina de Camargo Andrade herda Tito. Tempos depois ele se casou com Joana e teve uma filha de nome Gabriela. Tendo em vista a grande desproporção de gênero e as mulheres mais poder de barganha, Tito teve sorte em se casar ainda com 20 anos de idade. Em 1842 com a transformação da vila em cidade, a transformação da riqueza do açúcar na riqueza do café, os cativos passaram a ser ainda mais vigiados. As pressões da Inglaterra pareciam inflamar mais as sublevações. Tito, em 1865, ofereceu uma indenização a sua senhora e ela aceitou, assim, ele libertou a si e a esposa por 2:900 mil réis e adotou o nome de seus senhores. Difícil saber como juntaram dinheiro, mas Jolumá Brito afirma que faziam cestos para vender e que Tito era curandeiro.

A autora ainda narra uma intenção de revolta em 1871 que foi abafada numa festa católica quando o padre dá a entender que soubesse do levante, o que amedrontou a liderança fazendo desistir do plano. Eles pretendiam provocar um incêndio chamando a atenção do povo com o fim de entrar nas casas das famílias e matá-las, poupando apenas as estimadas pela bondade, sendo a mais prestigiosa a que governaria o município. Xavier cita nomes que o padre gritou: Vespasiano, Tibério e Tito. Vespasiano era branco, tropeiro e tinha mobilidade e influência entre os cativos. Tibério é presumido como um preto. Tito foi descrito como um preto muito estimado na cidade e era barbeiro. O fato de ser pajem de seu senhor tornava Tito um escravo de confiança, porém isto não o impedia de alianças com a resistência. Sua posição dava trânsito facilitado entre os escravos, assim como o fato de ser barbeiro e curandeiro, o que pode explicar porque algumas pessoas acreditaram que ele fosse o chefe da rebelião.

Havia um vínculo importante entre religião e revolta, entretanto os senhores lidavam com dualidade na questão da religiosidade, pois se em alguns momentos impediam os batuques com receio de ajuntamentos também os permitiam como forma de controlá-los. Existem aproximações nos sistemas religiosos africanos e europeus, e nesse sentido, os cativos conservaram sua própria cosmologia sendo sinceramente cristãos, mas sem ruptura de suas crenças. No século XIX o bispado de São Paulo pretendeu reafirmar a igreja como poder espiritual e também autônomo em relação ao governo imperial. Para tal propósito passou a afirmar uma imagem imaculada, o que implicava em proibição dos divertimentos profanos. Porém a celebração de festas religiosas era feita pela própria população assim como a construção de capelas e igrejas,

principalmente nas localidades pobres. Com a precariedade do cemitério dos pretos, a municipalidade permitiu a construção de um novo no terreno ao lado da igreja, mas a população temia que a abertura de sepulturas na igreja matriz causasse epidemias, e assim pediam que a Câmara deliberasse pela benzedura de outro cemitério para os escravos. Contudo, como o cemitério disponível naquele momento estava em situação precária, se preferiu revogar ao presidente da província que autorizasse o enterro nas igrejas até estar pronto o novo cemitério. Em 1855 o parecer de higiene determinou que se fechasse o cemitério dos pretos e só enterrassem no dos brancos, visto as condições drásticas. Situações assim demonstravam as dificuldades da população em lidar com a Igreja e o Estado, por isso formaram irmandades negras para não ficarem desamparados frente a estas políticas e assim dar assistência espiritual e cuidar dos seus mortos, como fez a irmandade de São Benedito. Mas para existir as irmandades precisavam ter autorização do bispado, licença do Ministro do Império da Corte ou dos respectivos Presidentes de Província. Nas primeiras décadas do século a Irmandade de São Benedito se manteve na clandestinidade, talvez por não poder custear os valores da legalidade ou para escapar do controle das autoridades. Somente em 1835 a irmandade requereu à Câmara a concessão de terrenos devolutos para construir a igreja. Os irmãos trabalhavam aos domingos e dias santos para erigi-la, porém não se sabe se esta realmente chegou a ser parcialmente construída. Em 1866 sob a liderança de Tito de Camargo Andrade, os irmãos optaram em reestruturar uma antiga capela, do Cônego Melchior, que ficava no cemitério, mas estava abandonada.

São Benedito e Santa Ifigênia tinham grande apelo à população escrava por serem também negros ou escravos. Para alcançar a salvação era preciso ser como Benedito: a submissão da fé implicava em disciplinamento das condutas em submissão social. Tito faz a promessa ao santo de que caso não contraísse a doença que assolava a cidade dedicaria sua vida a obter meios de se construir a igreja. Em 1870, Campinas sofreu uma terrível epidemia de febre amarela que obrigou o abandono da cidade para regiões vizinhas, mas realmente ela foi devastadora em 1889, com ocorrências em 1892 e 1897. O que transformou a cidade num pálio de competições entre boticários, médicos, curandeiros e homeopatas. Ricardo Gumbleton Daunt reclamava uma postura adotada em 1845 no qual só os médicos diplomados poderiam exercer a profissão de tratar doentes. Sua preocupação era de que a epidemia se alastrasse com tratamentos ineficazes. Embora a

preferência da população por curandeiros pudesse ser explicada pelas diferenças sociais e econômicas, pois estes eram mais acessíveis.

A igreja se via no conflito entre cristianizar e disciplinar os africanos, porém se conflitava nas diferenças sociais, pois estas deveriam ser estabelecidas para não ferir jurisdições, pois era preciso afirmar o lugar de cada indivíduo socialmente. O escravo não era considerado pessoa jurídica e mesmo na irmandade dos pretos eles não poderiam ocupar cargos. Contudo os procuradores que exerciam os cargos na Irmandade de São Benedito não eram idôneos. Para a Irmandade era importante manter forte a devoção, cumprir as obrigações pias, se obrigarem no atendimento médico, nas missas a seus mortos e vivos.

Em 1871 se fez a última festa a São Benedito, visto que foi num período de grandes medos de insurreições e talvez por este motivo, Tito passasse a se empenhar somente na construção da capela. Mas devido aos atos de corrupção do padre Souza e Oliveira, que dirigia a irmandade, o clero passou a participar mais da construção da capela. Nos idos de 1877 são organizados espetáculos de pompa no Teatro São Carlos para beneficiar a construção. A irmandade depois disto começa a cair progressivamente e entrar numa fase de ostracismo, mas Tito continuava empenhado no projeto e se alia às pessoas da elite para realizar “grandes eventos” e leilões. Tito adoece em 1880 e morre em 29 de Janeiro de 1882 pedindo para ser sepultado na Igreja. Em 1883 Daunt e o padre Luis Colangelo unem-se a Francisco Sales e formam uma comissão para o término. A igreja é inaugurada 12 de outubro de 1885, mas a irmandade é dissolvida em 1906. Oitenta anos depois, Edmo Goulart e Padre Machadinho conseguiram que os restos mortais de Tito fossem sepultados na igreja. Para a autora, apesar das críticas de que Tito se aproximou do mundo dos brancos em detrimento dos irmãos da São Benedito, ele nunca se separou destes e, talvez por isto, sua trajetória tenha simbolizado a luta dos negros contra a opressão religiosa e social.

Capítulo III: Escravidão urbana

A obra representativa da escravidão urbana em Campinas é a de Mário Danieli Neto *A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do*

*trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)*²¹. Com a pesquisa de fontes empíricas, procura refletir acerca dos problemas que envolvem a prática do trabalho escravo, tais como: a necessidade de serviços, as funções executadas pelos escravos urbanos, as práticas cotidianas e seu relacionamento com a população livre e com o comércio. Em 1850, Campinas está na crise do regime escravista, mas também em expansão econômica. Para o autor, encerrar o trabalho em 1888 se justifica pela abolição da escravidão e a transição para o trabalho livre. Suas fontes são os jornais “A gazeta de Campinas” e “O Constitucional”, inventários, lista de matrículas de escravos, livros de impostos de compra e venda posturas, editais, correspondências e ações de liberdade de escravos do Tribunal de Justiça de Campinas.

Em geral a escravidão urbana contava com poucos indivíduos que poderiam trabalhar para seu senhor como ser alugado por ele. Havia, nesse sentido, a constante preocupação em manter a vigilância sobre estes escravos. Na cidade era possível constituir mais formas de sociabilidade, principalmente dentro da religião firmando laços de classe e cor. Os escravos de aluguel exerciam as atividades de lavadeira, cozinheira, pedreiros, ferreiro, amade-leite, e em geral, eram oferecidos em jornais. O escravo de ganho existia apenas na cidade e executava trabalhos variados, como olhar crianças e vender quitandas, mas no fim do dia entregava o valor estipulado pelo seu dono ficando com o restante, se o houvesse. Era uma chance de conseguir acumular pecúlio, porém o pagamento era ínfimo e exigia horas extenuantes de trabalho. Os escravos domésticos trabalhavam na residência do senhor, mas poderiam também ser alugados.

Danieli trabalha como cerne de sua pesquisa a contradição entre a escravidão, uma instituição arcaica, que coexiste com a modernidade durante algum tempo. Diferentemente de autores como Cristiany Miranda Rocha e Regina Célia Xavier, propõe uma análise mais estrutural para pensar a escravidão urbana e talvez por isso, não se fie muito em análises quantitativas. Nesse sentido suas hipóteses procuram estar mais próximas de uma representação realista, ou seja, sem maiores possibilidades alternativas²². Após o fim tráfico Campinas ainda recebe muitos cativos decorrentes do território interno, a cidade ainda se encontrava muito apegada à escravidão e arrastando uma instituição já agonizante até 1888.

²¹ NETO. Mário Danieli. *A escravidão urbana em Campinas*. Campinas, SP, 2001.

²² CARDOSO. Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense. 1981. Segundo Cardoso, as pesquisas históricas podem ser isomórficas, ou seja, pretender construir uma representação realista, mesmo simplificada do processo estudado.

Com as riquezas geradas pela lavoura cafeeira surgem as atividades especializadas como indústrias de maquinarias, transporte e atividade comercial de produção de bens de consumo. Mudam os hábitos de consumo da população e a movimentação na cidade trouxe a necessidade, em 1864, da criação do Código de Posturas, que visava organizar e assear o espaço urbano. O autor evidencia também a importância da ferrovia, a introdução dos bondes desde 1879, iluminação a gás em 1875, telefonia em 1874, ampliação da rede bancária e financiamentos da iniciativa privada. Porém esta pequena indústria formou-se em torno do complexo cafeeiro e esta contradição, provocou muitas tensões.

Na cidade havia trabalho para todo tipo de idade e muitos eram utilizados para vender produtos de seus locatários e proprietários. Os escravos também eram utilizados nas obras públicas e, assim, estes tinham uma oportunidade de se especializarem e os senhores de ganhar dinheiro seguro nos aluguéis. A transformação da cidade durante o século XIX trouxe uma crise grave, pois a falta de infra-estrutura permitiu o surgimento e agravamento da febre-amarela e, dessa forma, o autor percebe que a escravidão impedia o avanço econômico em grande parte do país. A impressão que fica da proposta de Danieli Neto é que todo o processo de urbanização que ocorre na cidade vai desencadear na crise do regime escravista, como se já estivesse selado de antemão o desfecho: regime escravista em coexistência com a modernidade, desencadeia em uma crise que abre o surgimento de um novo momento na história.

Capítulo V: Discriminações Raciais

Estudar o racismo numa perspectiva histórica é o que pretende Cleber Maciel²³ em sua obra, de 1997, que estuda a Campinas do século XIX. Sua principal questão é entender como os negros se defrontaram no processo social depois da Libertação. Porém sua periodização vai até 1926, que é o momento no qual já estava definida uma política econômica e social e já se havia cessado o fim da luta por liberdade sem restrições. Maciel trabalha com jornais da imprensa negra do período, como *O Getulino* e também o *Jornal de Campinas*.

Para este trabalho, o preconceito está sendo entendido como uma forma de pensar os negros tendo como princípio idéias apriorísticas que lhes atribuem qualidades negativas. A discriminação é entendida como a ação prática discriminadora ocorrida com fundamento nos princípios preconceituosos, mas não assim justificada. O racismo é entendido como a discriminação racial declarada e/ou institucionalizada através de práticas sociais aceitas pelos costumes e leis. (MACIEL, 1997, P.30.)

Maciel afirma que a prática racista ocorre ao mesmo tempo em que é negada, então, procura estar atento às evidências de dissimulação. Sua primeira hipótese é que quanto maior a liberdade maior também o racismo e mais, atenta que este surge apenas com o fim da escravidão. A segunda está na transferência da mão de obra rural dos negros para os brancos imigrantes, ou seja, o negro é excluído do trabalho remunerado. A terceira está na idéia de que havia um ideal de branqueamento entre os próprios negros. A quarta indica que os processos reivindicatórios dos negros não eram associados aos dos brancos, o que resulta em reivindicações específicas de caráter racial. A quinta hipótese é de que havia violência no processo de exclusão dos negros no resultado da produção social. E a sexta, que todas as manifestações culturais eram restringidas.

Com a crescente urbanização, a aquisição de hábitos de saúde e higiene a consequência foi uma alta no custo de vida e o fechamento de cortiços que constituíam a residência da população pobre. Junto a isto, a economia estava em expansão, porém os negros não usufruíam destes bens. Tanto na imprensa branca quanto na negra, Maciel procura comparar as designações do negro e conclui que a expressão preto, mulato e pardo indicava uma conotação ruim e que ex-escravo, liberto, homem de cor, eram designações positivas.

Maciel ainda encontra uma pequena elite negra, um grupo de “homens de cor”, sociedades de auxílio, sociedades educativas, culturais, de beneficência, filantropia com fins variados. A partir destes meios as comemorações do 13 de maio foram usadas pelos dominantes para reafirmar a história oficial e, assim, a data

²³ MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. Coleção Campiniana v. 1.

conquistou pouca penetração no meio negro mais pobre. Somente depois de 1900 os negros começam a enxergar a necessidade de organização de seus direitos. Mesmo no processo religioso a irmandade de São Benedito era uma forma de introduzir a ideologia do branco como meta do negro, o que garantiu a permissão legal para sua existência. Depois de 1888 as autoridades tentam bloquear libertos desempregados nas áreas centrais, com grande vigilância e repressão. A polícia era composta de maioria negra, pois era uma forma de ter emprego e ao mesmo tempo adquirir autoridade. Mesmo assim se prendiam suspeitos baseados na cor. A violência como solução dos problemas foi incutida na vida dos negros, prova disso é o grande número de infanticídios causado pela falta perspectivas. A maioria que o praticava eram ex-escravos, mulheres solteiras e pobres, que possivelmente matavam por medo do ciclo de sofrimento.

Maciel abrange os pontos que se propõe a estudar, porém causa uma sensação em seu livro que pode soar equivocada. A cada página, a seleção de fatos de extrema violência, seja física ou psicológica é colocada de uma forma tão condensada que dá a impressão ao leitor de uma cidade extremamente violenta. Que a prática racista era institucionalizada e presente, não se deve discutir, porém, a narração e afirmação de práticas extremas de racismo sucessivamente, transformam o cenário do que se pretende reconstituir causando uma imagem distorcida dos fatos.

Considerações Finais

Ao todo, no que se refere ao tema “escravidão” foram analisadas nove teses. Um volume considerável, pois no levantamento geral encontramos mais ou menos vinte e oito produções acadêmicas de temáticas variadas somente sobre Campinas do período de 1990 a 2005. Então, se pensarmos a partir da origem da pós-graduação no Brasil, ainda contamos com um valor maior de teses especificamente sobre este recorte. Todas as teses aqui apresentadas são produções da Universidade de Campinas, o que seria esperado, afinal além de possuir vínculo com a cidade por ser o cerne da história regional do município que a acolhe, a Universidade oferece um número substancial de vagas para os cursos de pós-graduação e doutorado. Nesse sentido, apesar de haver obras sobre Campinas na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual Paulista, no que tange ao tema “escravidão”, somente foi possível verificá-las na

UNICAMP. O menor grau de especialização encontrado nestas teses foi o de pós-graduação sendo também maioria na questão quantitativa.

Em todas as obras percebemos que inicialmente o autor faz um balanço historiográfico bastante completo, já de imediato informando ao leitor todo o debate que decorre da questão que pretende analisar, os autores que converge ou discorda e como pretende colaborar com a discussão. Anteriormente percebemos que este tipo informação constava apenas no corpo do trabalho, porém agora se tornou habitual promover o debate historiográfico logo no primeiro capítulo ou na introdução.

Possivelmente por Campinas ter tido o seu auge econômico ao longo do século XIX e também por obter uma coleção maior de documentos deste século, os períodos mais privilegiados são recortes que abrangem todo o século ou então a partir de 1850. Apenas a obra de Cleber Maciel extrapola para o século XX, pois devido ao autor ter estudado o racismo, este passou a existir apenas pós-abolição, como considera. As linhas mais recorrentes são os estudos de História Social, porém contamos também com dois estudos de gênero, no caso o trabalho de Regina Célia Xavier e de Lúcia Helena Oliveira Silva, que investigam a escravidão a partir da história das mulheres.

O mais importante é registrar, no entanto, que o culturalismo de Thompson segue influenciando a maior parte das obras, ou seja, ainda é uma tendência que mantém sua força nesta temática. Também percebemos influências também da Nova História e da micro-história nos trabalhos de Xavier e Oliveira Silva. Em geral estas obras se propõem a reconstituir de maneira minuciosa os dados documentais retomando a história do particular, que não é observada em abordagens generalizantes. Deste modo, assim como no Brasil, as obras de história social da cultura também dominam o estudo regional sobre Campinas, ao menos no que se refere a esta temática. E, como não poderia deixar de ser, é muito maior também a influência da antropologia e das ciências sociais, o que vem a enriquecer ainda mais esta produção.

Como observou Fernando Novais, as obras acadêmicas possuem um engajamento sutil, que dá trabalho de verificar, visto que se encontra cada vez mais camuflado, principalmente em obras de reconstituições microestruturais. Algumas deixam mais evidentes seu caráter ideológico, como a obra Cleber Maciel que se inflama diante do racismo da sociedade pós-escravista. Entretanto, observamos uma tendência quase que geral em aflorar a subjetividade do escravo e sua resistência

diante do sistema. Apesar de todo o debate em torno da dicotomia resistência/acomodação, ainda nos parece difícil dizer que há um equilíbrio, pois a busca pelo particular, por histórias que fogem ao comum do cotidiano termina por ressaltar o caráter persuasivo sutil do cativo.

Alguns autores, como Gorender, entendem ser esta uma postura reacionária diante do sofrimento alheio, como nesta passagem a que se refere à historiadora Sílvia Lara, que orienta e participa da banca de aprovação de duas teses de doutorado aqui analisadas.

Campos da Violência livro de Sílvia Hunold Lara, é representativo do foco mais ativo das novas tendências reacionárias – o Departamento de História da Unicamp. Advirto que não tenho em vista o conjunto do Departamento, do qual faz parte professores sem conexão com as tendências objeto da minha crítica. (Gorender, 1990, p. 22)

Não é fácil chegar a conclusões definitivas sobre o engajamento sutil dentro da temática da escravidão, então termino esta etapa com a citação acima para incitar este debate, porém apenas com a conclusão das outras etapas de trabalho talvez consigamos tecer considerações definitivas a este respeito. Entretanto, vale lembrar que Novais alertava que toda a produção acadêmica está em conexão com seu próprio tempo, seu próprio contexto, então se existe uma onda reacionária que se nega a olhar o coletivo e sim valorizar o individualismo, esta tendência é geral e não advém apenas da universidade.

Referências Bibliográficas

- ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. 107p. Coleção Campiniana, v. 11.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- GOENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. Coleção Campiniana v. 1
- NETO. Mário Danieli. *A escravidão urbana em Campinas*. Campinas, SP, 2001.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2005.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Campinas, SP, 2005.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Campinas [SP: s.n.], 1999.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. Campinas [SP: s.n.], 1999.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-188)*. Campinas [s.n.], 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- XAVIER, Regina Célia. *A conquista da liberdade*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. Coleção Campiniana v.6.
- XAVIER, Regina Célia. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. Campinas, SP, 2002.

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE REGIÃO

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de GODOY*

RESUMO

Este artigo visa apresentar, sucintamente, a trajetória do conceito de região ao longo da evolução do pensamento geográfico, entre o final do século XIX aos nossos dias. Por se tratar de um período relativamente extenso, selecionou-se alguns autores cuja produção acadêmica na área de Geografia Regional tiveram grande influência sobre as análises dos problemas teóricos e conceituais referentes à questão regional. Neste sentido, sem o propósito de esgotar a secular e polêmica discussão sobre o conceito de região, preferiu-se apresentar um panorama das diversas concepções sobre o conceito e apontar as tendências atuais do debate regional.

Palavras-chave: região, regionalismo, globalização

ABSTRACT

This article aims at to present, sucintamente, the trajectory of the concept of region to the long one of the evolution of the geographic thought, enters the end of century XIX to our days. For if dealing with a relatively extensive period, one selected some authors whose academic production in the area of Regional Geography had had great influence on the analyses of referring the theoretical and conceptual problems to the regional question. In this direction, without the intention to deplete the secular and controversial quarrel on the region concept, it was preferred to present a panorama of the diverse conceptions on the concept and to point the current trends of the regional debate.

Word-key: region, regionalism, globalization

A Gênese da Questão Regional: Ritter, Hettner e la Blache

O alcance de um conceito se mede, segundo as acepções empiristas, pelo seu caráter justificável e pela intenção de objetividade. Na visão funcionalista, a validade

e o alcance de um conceito residem na sua capacidade operacional e demonstrativa, apoiado no racionalismo pragmático. Em outra direção, pode-se dizer que a validade de um conceito se mede a partir de sua permanência no discurso circunscrito aos limites de determinadas disciplinas científicas. Segundo (MORIN, 1987), a validade

* Professor Assistente Doutor Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus de Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas Departamento de Geografia. e-mail: prtg@rc.unesp.br

do conceito está na sua capacidade de auto-destruição, isto é, de permanecer na temperatura de sua própria destruição. Argumenta-se também que a validade do conceito está no reconhecimento de seus próprios limites, no caso do conceito de região, a indefinição dos limites, resultante dos seus múltiplos usos, o condena, segundo a epistemologia tradicional, quanto a sua validade explicativa.

Etimologicamente, o termo região origina-se do latim *regio*, que significa reger, regência, controle. Durante o Império Romano, a região referia-se a uma dada unidade territorial administrativa, cujo centro era uma cidade. Neste caso, a noção de região assumia um sentido eminentemente jurídico administrativo, ou seja, relacionado à divisão geopolíticas da base territorial do Império.

As primeiras pesquisas com pretensão científica que começaram a utilizar a noção de região para descrever as especificidades das paisagens naturais, deram-se na França com Philippe Buache (1752) que, segundo (LENCIONI, 1999, p. 69), “provocou uma grande revolução nos recortes e análises de conjuntos territoriais”. Para a autora pode-se atribuir a Buache a gênese de uma Geografia Regional desvinculada das fronteiras políticas territoriais e com uma perspectiva objetiva de análise.

O conceito de região somente tornou-se um problema teórico e metodológico no século XIX, com a institucionalização da Geografia como Ciência. A partir daí uma longa trajetória de polêmicas foi percorrida pelo conceito. Na Alemanha, Ritter (1789-1859) e Hettner (1859-1941) foram os precursores na sistematização da chamada Geografia Regional. A partir das filosofias de Rousseau e Kant, procuraram desenvolver as noções de diversidade, totalidade, particularidade e singularidade relacionadas às variações naturais e históricas da superfície da terrestre.

Para Ritter, a unidade da Geografia encontrava-se na denominada ‘síntese regional’, pois a partir desta se poderia apresentar, ao mesmo tempo, o universal e o particular. De acordo Hettner, o estudo da diversidade da superfície terrestre ou da “diferenciação de áreas” definia a região como objeto de estudo da Geografia.

Segundo (AMARAL PEREIRA, 1993, p.118), a Geografia para Ritter consistia em uma disciplina “essencialmente histórica que tem o seu próprio centro de estudo nas relações entre ambiente natural e o desenvolvimento dos povos”. A proposta metodológica de Ritter definia-se, por um lado, como sendo de cunho antropocêntrico ao conceber o homem como sujeito da

natureza e, por outro lado, regional, dirigido para os estudos das individualidades e da valorização da relação Homem-Natureza.

Neste sentido, a região era apresentada como individualidade da totalidade e a Geografia como um estudo comparativo das relações causais. A região, seria então o objeto de estudo e a paisagem o parâmetro de distinção regional.

Para Hettner, portanto, o caráter singular das diferentes parcelas do espaço adviria da forma particular das inter-relações dos fenômenos aí presentes. Ou seja, cada região teria sua singularidade expressa pela interconexão de variáveis físicas e humanas próprias. Assim, essas peculiares características formais, funcionais e genéticas é que seriam responsáveis pela sua particularidade. As diferentes paisagens seriam, pois, seu objeto individualizador (BEZZI, 1996. p.122)

a França, a questão regional tornou-se mais complexa por agregar influências de diversas correntes do pensamento científico e filosófico de meados do século XIX. Tanto as correntes empiristas como racionalistas tiveram uma forte incidência sobre o pensamento geográfico francês e, portanto, na elaboração dos seus conceitos. Dentre os principais representantes da Escola Francesa de Geografia, Paul Vidal De la Blache foi, sem dúvida, o mais proeminente.

Ambas as escolas, francesa e alemã, fundamentaram o conceito de região a partir da configuração da paisagem natural e da paisagem cultural, única maneira, naquele momento, capaz de estabelecer empiricamente os limites da região. A paisagem, entendida como extensão geográfica da região, resultava do metabolismo entre um determinado *gênero de vida* e o meio natural, isto é, a ecologia humana. A região revelava dentro dos limites espaciais as especificidades históricas e naturais da relação Homem-Meio. Nesta perspectiva, a Escola Francesa de Geografia produziu inúmeras monografias da totalidade do território francês de modo a imprimir, em cada região, um caráter verdadeiramente personalista.

Entre o final do século XIX e meados do século XX, a região foi concebida como o verdadeiro centro das atenções por parte dos geógrafos tanto europeus como norte-americanos. Neste período, tornou-se unânime a aceitação da região como objeto de estudo da Geografia.

Visões e Versões Sobre o Conceito de Região

Após um lapso de 20 anos de suspensão dos debates teóricos e metodológicos na Geografia Regional, nos anos 50 a questão regional retorna ao centro das atenções, mas desta vez tratada no âmbito das concepções neopositivista e estritamente vinculadas ao planejamento regional. A polêmica teórica que caracterizou a trajetória do conceito de região até por volta dos anos 30, foi deixada de lado e o transformou em instrumento de classificação de áreas para fins de regionalização e planejamento territorial.

Segundo Duarte (1980, p. 06)

A complexidade da abordagem teórico-conceitual sobre regionalização fica maior porque a preocupação com o conceito de região e seus diferentes métodos de investigação não ficam restritos à pesquisa geográfica (...) e a maneira como tem se processado a evolução da abordagem regional e a essência metodológica da crítica que lhe é feita foram obstáculos para o desenvolvimento do conceito de região como objeto de conhecimento. A evolução do conceito se processou de maneira cíclica, relacionada a objetivos muitas vezes alheio à preocupação científica.

Este vertente metodológica, no entanto, não foi inteiramente dominante na Geografia. Embora tenha predominado em grande parte dos centros de estudos geográficos, outras correntes teóricas se desenvolveram a partir dos anos 60 e 70 e terminaram por lograr um certo êxito em relação à concepção sistêmica do planejamento regional, em grande parte pela mudança nos temas de pesquisa proposto para a Geografia.

As novas correntes teóricas que se desenvolveram, a fenomenologia e o materialismo dialético, surgiram como rejeição ao empirismo nominalista da Geografia Clássica e ao neo-positivismo da Geografia Quantitativa. No caso da fenomenologia, a ênfase ao humanismo e a valorização do sujeito em relação objeto, fez da percepção espacial e as experiências vividas, seus fundamentos básicos de interpretação e definição dos conceitos de lugar, região, território e paisagem. Nesta abordagem, a região pode ser definida, segundo (FRÉMONT, 1980, p. 43), como:

um espaço de referência, conteúdo e contingência que os atores sociais reconhecem como próprios de sua coletividade. Pode-se dizer, então, que a região representa uma realidade, a qual é coletivamente estabelecida, pois é um objeto de conhecimento. Assim, ela existe ao nível da representação de uma coletividade que tem e incorpora significados, é um elemento da organização social. Ela passa a ser concreta, pois é uma realidade vivida, independentemente da vontade de quem a observa, já que o espaço dá a identidade do grupo.

As correntes oriundas do materialismo dialético não aprofundou conceitualmente o debate em torno da questão regional, o foco estava centrado na concepção de espaço social e concebia-se a região apenas como uma escala de análise empírica da divisão territorial do trabalho e das formas materiais assumidas pela relações sociais capitalista no processo de “produção do espaço. De acordo com (GILBERT, 1988) A região está associada ao modo de produção, divisão do trabalho, acumulação de capital, reprodução da força de trabalho, política, ideologia e dominação. A região é a articulação concreta das relações de produção em um dado momento e lugar.

No início dos anos 90, grande parte dos geógrafos despediram-se do debate sobre a questão regional. O processo de globalização, sustentado pela lógica local/global, passou a ser visto como um verdadeiro “rolo compressor” sobre os espaços regionais, fazendo com que a antiga unidade ambiente físico e História entrasse em colapso funcional.

Com a Geografia Crítica, a região tornou-se uma derivação do espaço total, isto é, um “sub-espaço”. Os problemas, no entanto, da abordagem regional residem, segundo a visão marxista, na dificuldade de elaboração de mediações conceituais entre o movimento global do capital e as formas de convergências regionais, bem como na sincronia explicativa entre as diferentes escalas intermediárias (regional, nacional). As dificuldades da abordagem regional, entretanto, não inibiu a Geografia Crítica, especialmente nas áreas de Geografia Econômica e Geografia Política, na realização de pesquisas com viés marxista.

Estas reflexões define os problemas fundadores de uma nova aceção para o conceito de região como categoria de análise da Geografia. Como problema

epistemológico a região constitui-se como recorte espacial de reprodução da totalidade; como problema empírico pode ser interpretada como expressão das diferenças entre os lugares, diferenças estas provocadas pelos eventos comandados pela globalização, e constitui um recorte espacial funcional às formas de produção. Afetada pela aceleração dos tempos atuais as formas e os conteúdos das regiões mudam repetidamente, sendo possível que a sua vida seja muito curta.

Na realidade, por todos os impasses conceituais e metodológicos da dimensão regional dos fenômenos, a região deixou de ser um problema para uma parte importante da comunidade geográfica (Castro, 1993, p. 60). Alguns geógrafos chegaram mesmo a propor sua substituição por outros termos. (ANN MARKUSEN, 1981), integrante da corrente marxista, propôs substituir o termo região por regionalismo; Roger Brunet, geógrafo francês, organizador da enciclopédia francesa *Géographie Universelle*, sem qualquer identificação com essa corrente de pensamento, definiu região como *un mot vide* (uma palavra vazia) e propôs substituí-la por *contrée*, cuja etimologia designa “um espaço diferente”. A palavra origina-se de *contre* (contra), *opposé* (oposto), *immédiate* (imediate), isto é, colocado em frente, sem mediação (CASTRO, 1993, p. 61).

A região, como problema para a reflexão geográfica, esteve portanto no centro das críticas, tanto da corrente que elegeu os pressupostos da economia política como daquela da renovação positivista. No caso da primeira, concordamos com (GOMES, 1995, p. 66) quando aponta que “do enxerto dos instrumentos teóricos do materialismo dialético não surgiu um conceito de região efetivamente operacional e, muitas vezes, a idéia evolucionista e mecanicista predominou revestida de um vocabulário marxista.”

A crença de que a região seria um *fetich* do espaço mais do que uma realidade objetiva, levou diversos autores de distintas áreas das ciências sociais a acreditar no seu desaparecimento. O processo de globalização econômica, centrado na relações local/global, conduzia, segundo os adeptos do ecletismo vulgar, ao fim das escalas intermediárias. No entanto, a breve experiência da globalização mostrou que todo movimento de tende a homogeneizar o espaço produz um efeito contrário de resistência, seja de natureza econômica ou sócio-cultural. Como argumenta (LENCIONI, 1999, p.192), “as diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las”.

Para (PEREIRA LEITE, 1994, p. 68), a escala regional coloca-se como “as premissas desse processo de reorganização referencial e qualitativa que é a desconstrução”. De acordo com a autora, em artigo publicado em 1992, a região e paisagem podem ser compreendidas como portadoras de significados sócio-culturais. As regiões, diz a autora:

são construídas e constituídas em significados, a partir de certos imperativos ou princípios sociais que resultam de exigências das instâncias estruturais e super-estruturais da sociedade; as formas da paisagem condicionam as redefinições regionais, dirigem as transformações sociais, limitam as alternativas de organização .

Acredita-se que o processo de globalização dos lugares não ocorre, como argumenta (SOUZA, 1992), com a “falência da região” ou “explosão territorial”. A concepção de que no atual período técnico-científico a tendência cada vez mais forte de que ocorra desvinculação da força de trabalho de suas respectivas regiões (desterritorialização), fez com que “aquela unidade histórico/físico/econômica e funcional indicada pelas múltiplas definições regionais” deixasse de ter sentido. Deve-se questionar, primeiramente, se os conceitos de região tiveram, em algum momento, um único sentido.

Nota-se que as novas modalidades de produção introduzem, geralmente, mudanças relativas na dinâmica regional sem alterar, muitas vezes, a estrutura funcional da produção, circulação, distribuição e consumo.

A reestruturação do espaço regional não implica “falência” e, tampouco, destruição da região como espaço de referência, mas, supressão e emergência de formas e funções que se organizam sob a égide de um processo de acumulação capitalista cada vez mais acelerado, seletivo, fragmentador e, por isso, espacialmente desigual.

Destarte, o espaço regional pode conhecer tanto uma revalorização quanto uma desvalorização de suas condições materiais e imateriais de produção e acumulação. Os lugares que tendem a ser recrutados a participar diretamente no circuito econômico mundializado, o fazem pela originalidade e especialidade de suas formas e funções que são responsáveis pela sua articulação com a economia urbana regional, assim como pelas possibilidades de acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas colocadas pela competitividade do mercado mundial.

A seletividade do capital combinada aos fatores sociais e econômicos de natureza intra e inter-regionais limita o espectro de participação direta de determinados lugares na composição do capital global, reduzindo-os à escala local/regional. De acordo com (SMITH, 1988, p. 218), com a “tendência do capital global (...) em direção à igualização, o capital busca diferenciar o espaço abaixo da escala global como um meio de controle político, bem como de sobrevivência econômica”. Neste sentido, a região pode ser vista, de acordo com (BECKER, 1978), como estratégia política e como base territorial necessária à concentração do poder econômico.

O argumento de que as modalidades econômicas mundializadas organizam-se espacialmente através de uma “satelização de lugares”, compondo-se como um mosaico de “pluralidades” que tendem à homogeneização e fragmentação do território e des-territorialização do trabalho e dos centros tecno-informacionais de decisões, não considera a oposição das condições objetivas herdadas, como também das formas de (des)construção espacial que operam dialeticamente em diferentes escalas.

A emergência de novos arranjos espaciais, no entanto, não suprime integralmente as formas do passado mas opera uma renovação através das funções que adquirem na articulação do território nacional e, ao mesmo tempo, fazem-nas objetos de um sistema de ações econômicas, políticas e sociais que visam produzir as condições materiais de produção, a capacidade de “controle” sobre o território e de regulação do processo de acumulação capitalista (GODOY, 2002)

De acordo com (IANNI, 1995, P. 151), “a globalização do capitalismo reaviva a controvérsia mercado ou planejamento ao nível dos setores produtivos, das economias nacionais, dos blocos regionais e, obviamente, da economia mundial como um todo”. Ainda segundo este autor, a “globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial” (1995, idem). Pois, se a globalização consiste em um processo de fragmentação torna-se, ao mesmo tempo, um movimento de regionalização e de individualização do espaço (SOJA, 1993, p. 192) argumenta que,

o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma conscientização acentuadas da espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo. A instrumentalidade das estratégias espaciais e

locais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos.

Nesse sentido, a introdução de novos capitais em uma dada região ou, como quer (HARVEY, 1993), de modalidades flexíveis de acumulação e gerenciamento, supõe a busca de vantagens comparativas que se materializam em formas espaciais novas ou na reutilização de formas pretéritas, proporcionando, em escala local-global, a intensificação dos fluxos de bens e informações. As vantagens comparativas podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se ‘rugosidades’ para a reprodução do capital.

As Novas Tendências do Debate Regional: o regionalismo

No final dos anos 90 a questão regional retorna ao temário da Geografia e adquire novos significados, especialmente relacionados aos contextos culturais. Não se trata, neste caso, de uma espécie de cartografia das tradições, mas de uma Geografia Cultural que busca compreender as transformações das territorialidades identitárias trazidas pela chamada “Era da Globalização”.

Atualmente, a Geografia encontra-se em busca de um novo paradigma acerca da região. O momento vivido pelas sociedades globalizadas requer a atenção voltada para a importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder, e conseqüentemente, a importância das decisões nas escalas regionais e locais.

A emergência dos movimentos nacionalista e regionalistas exige-nos enfrentar novos problemas conceituais para a análise e pesquisa da questão regional. A problematização da região como objeto de pesquisa além dos postulados reducionistas têm conduzido a Geografia a re-pensar a complexidade dos fenômenos e a considerar o problema da escala a partir do ponto de vista fenomenológico e não mais como um problema matemático.

A questão acerca do regionalismo apresenta-se como ponto fundamental na compreensão das relações entre os valores culturais e o território. No caso do Brasil, a questão torna-se ainda mais relevante dado a própria

permanência das heranças dos regionalismos na vida política e cultural do país.

Embora o regionalismo possua uma forte relação com os modos de conceber o espaço, o território, a paisagem e o lugar, a Geografia ainda permanece à margem dos debates sobre esta temática. Para (CASTRO, 1994), essa ausência da Geografia explica-se, em grande parte, pela herança de um imaginário da unidade e da identidade nacionais, originada no mito fundador do Estado no Brasil e às formas assumidas pela conquista territorial, onde reconhecer as diferenças regionais implicaria no abalo do mito de unidade Nacional.

Para esta autora, “o regionalismo é a expressão política de grupos numa região (...) vinculado à identidade territorial (...) se trata, na realidade, de uma mobilização política em torno de questões e interesses de base regional” (CASTRO, 1994, p 164-165).

O regionalismo, diz a autora, torna-se a via de condução para uma identificação e coesão internas das *sociedades regionais*, além de uma competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. A região, neste caso, constituiu-se na base territorial para sua expressão simbólica e cultural.

Considerações Finais

Finalmente, vale dizer que as noções e os conceitos de região conjugam-se como uma concepção objetiva de pressuposições sobre determinações possíveis e com possibilidades de emergência e concretização. Desse modo, não se trata de uma relação entre essência e aparência, mas de supressão do conteúdo pela forma, de modo que o último apareça como o nexo invertido da primeira.

A questão regional apresenta-se, atualmente, como uma problemática crucial para a Geografia, em particular, e para as ciências sociais em geral para refletir sobre os diferentes modo de análise espacial. O estudo sobre os conceitos de região e de regionalismo requer, sem dúvida, novas formas de abordagem e um esforço de reavaliação crítica dos seus fundamentos teóricos no intuito de redimensioná-los enquanto instrumentos de análise sócio-espacial.

Bibliografia

BEZZI, M. L. Região : Uma (re) visão historiográfica : da gênese aos novos Paradigmas. 1996. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

CASTRO, I. E. Visibilidade da Região e do Regionalismo: A Escala Brasileira em Questão. In: LAVINAS; CARLEAL; NABUCO (Org.), Lena, Liana M. da F. Maria R.. *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 155-170, 1994.

... *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DUARTE, Aluizio Capdeville Regionalização: consideração metodológica. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 05-32, 1980.

FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.

GOMES, P. C. Da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

LEITE, M.A. F. P. *Destruição ou Desconstrução ?* São Paulo: Hucitec, 1994.

LEITE, M. A. F. P. *A Região Socialmente Construída : natureza e cultura como processos de organização regional*. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 22, n. 43-44, p. 348-354, 1992.

MORIN, E. *O Método III: o conhecimento do conhecimento*. Tradução: Maria G. de Bragança. Portugal: Publicações Europa-América, 1986.

PEREIRA, Raquel M. F. Amaral. “*Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna*”. Dissertação (Mestrado). Santa Catarina: Universidade Federal, 1988.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Tradução Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. A. A. de. *A Explosão do território : falência da região ?*. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 22, n. 43-44, 1992, p. 393-398.

SOJA, E. W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ÉTICA E FILOSOFIA NA AMÉRICA LATINA ENTRE LEVINAS E DUSSEL

José TRASFERETTI*
Gabriel Lomba SANTIAGO**

RESUMO

Emmanuel Lévinas, filósofo judeu de língua francesa expõe a situação trágica do homem, especialmente marginalizado e vítima da prepotência. Lévinas quer recuperar o Outro, o excluído, o que não tem voz, quer recuperar o diálogo perdido numa linguagem de estruturas de dominação, fazendo uma linguagem horizontal e não piramidal. O olhar do Outro, o pobre, interpela você, exige uma resposta, atravessa aí o olhar do compromisso. O pensador latino-americano Enrique Dussel assimilando elementos de Lévinas como exclusão, totalidade, o Outro, recupera o ser latino-americano de suas formas de exclusão histórica e o recupera como ser digno e não ser periférico do capitalismo central. A filosofia da libertação abre um novo campo para o ser integral.

Palavras-Chave: diálogo, ética, política, história, crítica, sociedade.

SUMMARY

Emmanuel Lévinas, French Jewish philosopher of lingua displays the situation tragic of the man, especially kept out of society and victim of prepotencies. Lévinas wants to recoup the Other, the excluded one, what it does not have voice, wants to recoup the lost dialogue in a language of domination structures, being made a horizontal and not pyramidal language. There the look of the Other, the poor person, interpellates you, demands a reply, crosses the look of the commitment. The Latin American thinker Enrique Dussel assimilating elements of Lévinas as exclusion, totality, the Other, recoups the Latin American being of its forms of historical exclusion and he recoups it as to be worthy and not to be peripheral of the central capitalism. The philosophy of the release opens a new field it to be integral.

Key-words: *dialogue, ethics, politics, history, critical, society.*

* Doutor em Filosofia e Professor da Faculdade de Filosofia da PUC-Campinas.

** Doutor em Filosofia e Professor da Faculdade de Filosofia da PUC-Campinas

Introdução

O tema em questão procura recuperar o sentido verdadeiro da ética entre todos os povos e não apenas sobre um modelo gerado a partir de uma filosofia ocidental que partindo do ontológico faz dele uma totalidade, esquecendo a exterioridade, o outro, o carente em todos os sentidos.

Emmanuel Levinas e Enrique Dussel, um na Europa e outro na América Latina, tentam recuperar o sentido do Outro for a da totalidade do centro, da ontologia que vem desde Aristóteles montada nessa impermeabilidade do Eu (interior) em relação ao outro Outro (exterior).

Levinas e Dussel buscam firmemente o sentido da linguagem, da fala, do diálogo, do eu com o outro, do fechado com o desprezado. Lutam para que de fato a liberdade humana seja a continuidade da transferência entre o eu e o outro, quer na palavra, no sentimento, no olhar, no agir, no viver.

Humanizar as relações humanas não significa uma civilização dominar outro povo, outra comunidade, mas, reconhecer todos eles como parte da ética que deveria anteceder o sentido do conhecimento para surgir primeiramente o sentido da justiça, ou seja, a verdadeira metafísica estaria na ética e não na ontologia do ser.

Dessa maneira há uma analogia muito grande em torno do significado de justiça por parte de Levinas e de Dussel, ambos comprometidos na liberdade, justiça, ética, embora nem sempre Dussel endosse literalmente a visão filosófica levinasiana em decorrência das realidades mundiais que ultrapassam a realidade estritamente judaica em que Levinas se afirma. Mas ambos tem em comum a filosofia, a teologia a ética e a história.

A crítica à Filosofia ocidental é inerente aos pensadores, sendo um ponto básico fundamental, pois a partir dele que Enrique Dussel construirá o ponto de partida estrutural da Filosofia da Libertação. O tema é bastante extenso, por isso nos restringiremos a enfatizar o conteúdo relevante tendo como pressupostos os conceitos de exterioridade, alteridade, ética, justiça, libertação, diálogo inseridos na estrutura mesma do pensamento filosófico de ambos.

A tarefa de ambos em romper o processo racionalista da totalidade ontológica para poder dialogar de dentro para fora, constitui o desafio do nosso tempo. O mundo dos

homens e mulheres éticos de hoje não toleram posturas em que uma cultura veja a outra como inferior e, portanto passível de ser dominada. Queremos o diálogo aberto e equilibrado entre nações, povos, o eu e o outro.

Disto se conclui todo o sentido que a alteridade representa como alternativa à totalidade. Talvez uma utopia, mas uma utopia concreta, onde o tempo é o senhor cronológico das grandes mudanças na história para uma vida mais digna.

1. Enrique Dussel: Crítico da Filosofia Ocidental.

Tanto quanto Levinas, Dussel é um crítico de base histórica sobre a filosofia ocidental. É um ponto de partida importante, pois implica o caminho inicial de todo o processo do pensamento sobre a realidade latino-americana.

Poderíamos agora colocar a seguinte questão: o pensamento latino-americano implica numa atitude político-ideológica que acaba por possuir uma perspectiva nacionalista, contrapondo-se a uma perspectiva universal?

Na prática estamos aqui diante de um problema político-ideológico na medida em que a filosofia de corte universal compreende a filosofia anglo-saxônica e a Europa continental, marginalizando de certa forma filosofias “periféricas” como a latino-americana, a asiática e a africana; ou seja, estas estão fora do paradigma estabelecido, e apenas se aproximam do modelo quando adotam o perfil do modelo.

Às vezes, a América Latina é criticada por não ter um estudo em profundidade sobre hermenêutica, filosofia da ciência, lógica matemática ou filosofia analítica. Na verdade, se nós entendemos que a filosofia parte da realidade regional para fazer-se universal, a nossa realidade real se volta para a filosofia política, filosofia social e ética, porque são questões candentes e necessárias para superarmos problemas históricos de dominação e influência externa.

Porque é necessário isso? é em virtude da ambigüidade dos governantes, egoísmos políticos das elites que se reciclam no poder e da tendência do projetos econômicos que se desviam de sua finalidade para atender classes abastadas. E com os problemas ainda de corrupção, maior será a necessidade de uma ética que denuncie e repare os valores da cidadania.

Toda a história da América Latina é marcada por esses fenômenos. Daí porque Enrique Dussel tem razão ao enfatizar as questões éticas da política latino-americana e a projeção histórica contínua da Filosofia da Libertação, como uma filosofia de raiz dos problemas não unicamente latino-americanos mas da periferia dos excluídos e dos países centrais

Desta maneira, os excluídos em toda a dimensão político-econômica do capitalismo tem um significado reflexivo, axiológico e universal, ou seja, deve ser eticamente um paradigma de pensamento para toda a humanidade, no qual a Filosofia da Libertação vem contribuindo eficazmente (apesar de suas limitações e falhas) para superar e denunciar o caráter problemático dos excluídos no contexto universal como na vida concreta.

A cada modelo político-econômico que surge no universo do capitalismo central e se espalha pelo capitalismo periférico (estamos agora no modelo neoliberal) é preciso a necessária análise crítica do sistema monolítico em que nos encontramos atualmente.

Parece que na América Latina perdemos a qualidade da função crítica diante da realidade em que vivemos ou parece que temos medo do conflito e do questionamento, após o vendaval que se abateu sobre um socialismo marcado por tremendas ambigüidades.

A América Latina em sua situação ambivalente, contraditória, marcada por profunda divisão de renda e por enorme distância entre letrados e os que não tem acesso ao saber formal (embora estes tenham uma leitura da realidade). Contudo temos algo a dizer ao mundo, embora estejamos na periferia capitalista do mundo. Temos sim reflexões sobre filosofia política, social e ética que contribui para o pensamento universal.

A filosofia ocidental desde Parmênides, talvez com exceção de Marx ¹, distanciava a sensibilidade da razão, portanto a sensibilidade estava sujeita às variações do tempo e a razão a ultrapassava e lhe dava a logicidade adequada. É a matematização do real que abstrai a própria realidade individual do sujeito para colocá-lo num modelo

formal. Mas o sujeito é corpo e razão, é ser situado que olha, sente, ouve e raciocina, mas as formulações lógicas abstraem esse “quantum” da corporalidade humana, com isso não será estranho que pela lógica do capital 2/3 da humanidade passem fome num capitalismo cada vez mais acumulativo e voraz.²

Parece que não há mais trabalho para pessoas inexperientes, num capitalismo experiente em técnicas e sistemas. Não há solução para elas, fazem parte simplesmente da reserva emergencial da produção capitalista. Pouco importa o corpo e a situação de pessoas e famílias.

É viável um sistema assim denominado neoliberal que “esquece” do social em benefício do lucro cego que devasta países do terceiro mundo sob pretexto de “endividamento elevado” e justifica a fuga de capitais deixando a população sem garantia e desesperada?

Vivemos uma paranóia mundial ou uma neurose do capital pelo capital? É preciso acordar a consciência adormecida dos intelectuais e a necessária manifestação de uma ética que ponha limites à devastação sobre nações (veja-se o caso da Rússia, o povo está ficando miserável depois do frenesi do capitalismo).³

Precisamente sobre o que acabamos de refletir nos parece a preocupação central de Dussel, ou seja, a questão da **alteridade**, do excluído dessa realidade humana por causa de sistemas e modelos, que se impõem ao mundo pela força do poder e não da ética.⁴

É preciso reverter esses modelos excludentes, que frustram grande parte da humanidade em sua realização, especialmente em nossa América Latina. É preciso rever o capitalismo que domina de maneira quase global, mas tem em seu interior a marca da sua contradição.

Por outro lado, a nosso ver, a espinha dorsal da filosofia dusseliana está em sua ética-metafísica libertadora que se projeta na manifestação do “Outro”, e não se limita a mera especulação, mas vai além numa visão ultra-racional. Ora isto não dispensa a fé no “Outro”, na humanidade como totalidade, embora isto possa trazer para Dussel alguns problemas de linguagem, como sendo uma filosofia sem a devida consistência lógica.

¹ “o capitalismo não tem coração nem misericórdia”. K. Marx.

² A volatilidade das bolsas de valores no mundo é um sinal claro, da fraqueza do sistema.

³ À propósito, o megainvestidor Soros tece uma crítica ao sistema no livro “A crise do capitalismo”.

⁴ Como dizia Cláudio em Hamlet: “As loucuras dos fortes não podem ficar sem vigilância”. E Pareto nos lembra da diferença entre as ações humanas e a explicação racional delas.

A filosofia latino-americana parte da reflexão com o pensamento europeu. Por aqui caminha Dussel tratando de perceber um “logos” que permita distingui-lo do “logos” grego e da filosofia moderna.

Nesse sentido Dussel deu-se conta que Marx é um precursor da filosofia da libertação. Mas é preciso fundamentar como Dussel busca essa separação do pensamento europeu na procura do sentido da filosofia da libertação, não apenas como conceito, mas como prática. Dois escritos básicos de Dussel nos colocam essa problemática: “Método para uma Filosofia da Libertação” e “Filosofia da Libertação”.

Dussel descobre desde cedo o sentido e realidade da pobreza com sua tese de doutorado “O bem comum”(1957-59), caminhando então pela filosofia política e as leituras de Leopoldo Zea pela história da América Latina⁵.

Tendo estudos e vida comunitária em Israel durante dois anos, vai à França e aprofunda estudos sobre “La symbolique du Mal”, diretriz para o grande projeto da filosofia Latino-americana. Sofre influências da hermenêutica de Paul Ricoeur, mas vai trilhar os passos de Rosenzweig e Martin Buber, autores que ajudam a Dussel na compreensão e sentido da inserção do homem no mundo e seu apelo à justiça.

Em síntese, Dussel chega à uma trilogia que o acompanhará no seu projeto histórico e existencial:

“O que vinha me preocupando era justamente esse choque entre os “mundos” europeu e ameríndio (caribenho,asteca, inca,etc). Era o confronto entre dois mundos; a dominação de um sobre o outro; a destruição do mundo ameríndio sob pretexto de conquistá-lo em nome do cristianismo. Tudo isso porá e crise o modelo apresentado por Ricoeur, adequado à hermenêutica de uma cultura mas não tanto para o confronto assimétrico entre culturas diversas (uma dominadora e as outras dominadas)”⁶.

Toda a reflexão de Dussel sobre a crítica da filosofia ocidental é vasta, proporemos aqui as questões filosófico-históricas básicas.

A Totalidade é o ontológico, o mesmo, que justifica a dominação, da afirmação do ser como absoluto, enfim a negação da alteridade⁷. Este conceito de totalidade já se encontrava como vimos na reflexão de Levinas. A Exterioridade é outro conceito fundamental de Dussel, é o sentido da não absolutização do ser, é o princípio da alteridade, onde ganha sentido o papel do Outro. É a periferia que se opõe à totalidade⁸.

A tentativa de Dussel é dar novo sentido à dialética em voga no ocidente e recuperar a exterioridade omitida pelo pensar ocidental, nisto, cobra importância para Dussel a obra de Levinas em Totalidade e Infinito, como a obra de Sartre em Crítica da Razão Dialética⁹ também, Método para...p.35.

Portanto, Dussel começa por criticar a dialética aristotélica onde o ser é o grego e o não-ser é o bárbaro, o conquistado, é enfim a ontologia dominadora.

Na Patrística o problema do mal ontológico em Sto. Agostinho foi tema fundamental. O mal metafísico é a aversão ao Outro, mas pensado como Deus, isto é, se o meu projeto de vida não converge para o Outro (Deus) é mau.

Assim para Dussel, o mal é originariamente humano que surge da oposição à dialética da alteridade.

Dussel prossegue sua crítica pelas sendas da dialética hegeliana onde “o caminho já não irá para o ser que se impõe mas para a consciência que põe o ser”¹⁰, em que Descartes desintegra o ser no mundo tornando-o mera espacialidade abstrata .

Como percebemos, Dussel procura fazer uma desconstrução da “totalidade” para a construção da “exterioridade” ou do momento “analético”. Também Heidegger merece atenção nesta crítica; se a tarefa heideggeriana será a pergunta sobre o sentido do ser, por decorrência deve-se perguntar sobre a relação entre o ser e o tempo. Heidegger ao se colocar no ôntico ontológico não supera a modernidade européia, pois o **ser-no-mundo** é estar na transcendência do mundo¹¹.

Foi com Levinas que Dussel irá encontrar elementos importantes para fundamentar a construção do momento analético, como superação da dialética, onde estava

⁵ “Filosofia da Libertação - crítica à ideologia da exclusão. P.14

⁶ id.p.17

⁷ Cf. Filosofia da Libertação, p.11.

⁸ Cf. Método para uma Filosofia da Libertação, p.17

¹⁰ Método para uma filosofia da libertação, p.38-39

¹¹ id.p.67.

pressuposto a crítica ao conceito de Totalidade como sua superação em que a palavra e o discurso surgem do Outro, da exterioridade e nunca da Totalidade.

Assim Dussel começa desde os pré-socráticos, passa por Aristóteles, filosofia medieval, Hegel, Kierkegaard, Feuerbach, Marx, Heidegger, Sartre, Zubiri e Levinas.

Com essa crítica de desconstrução (o ser como totalidade), para a construção (circunscrita no discurso do não-ser da América Latina) da exterioridade, tenta-se recuperar a possibilidade do Outro, do bárbaro, do pobre, do índio, etc.¹².

2. O Significado do Conceito de Exterioridade entre Levinas e Dussel.

Vimos que Dussel quer superar o conceito de Totalidade ou a fase destrutiva em que o ser é e, o não-ser não é, conforme já dissera Parmênides, até chegar a Levinas. Levinas entende que Hegel imanentiza a subjetividade. Heidegger reduz a totalidade do mundo à compreensão. Assim o discurso surge do Outro, abre-se assim na visão de Dussel para a América Latina a fase construtiva em que o conceito de Exterioridade teve um papel importante.

Na obra, “Totalidade e Infinito” temos uma base fenomenológica com embasamento em textos husserlianos com incidência no pensamento de Henri Bergson no que concerne à noção de duração¹³. Diremos que é uma bela reflexão sobre a fenomenologia do rosto que antecede, naturalmente, a linguagem¹⁴.

Sobre a Exterioridade, Dussel coloca uma questão importante que deve ser descrito literalmente fazendo uma ligação com o pensamento levinasiano:

“Que é que compreendemos do outro? Não haverá no outro um resto sempre incompreensível e, já não

como a simples coisa real, mas como liberdade de algum modo incondicionado e portanto imprevisível? É aqui que Levinas nos conduzirá pela mão, porque ‘a consciência não consiste em igualar-se ao ser pela representação, em tender para a luz plena, onde se busca tal adequação, mas em superar este jogo de luzes - esta fenomenologia - e em realizar acontecimentos, cuja significação última (ao contrário da concepção heideggeriana) *não conseguem desvelar*’¹⁵. Método para...p.184

Assim, em Levinas, o ético vai além das certezas, é a estrutura da exterioridade, é o outro e sua maneira de manifestar-se por seu rosto, não é mostrar o seu ser, mas a aparência, ele é infinitamente o outro. E dirá Dussel que isto não basta, é preciso repensar o discurso a partir da América Latina e da analogia.

A superação real de toda essa tradição para além de Marcel e Bubber, tem sido a Filosofia de Levinas, européia ainda e equívoca¹⁶. A crítica por Dussel está em restringir o significado de Exterioridade ao judaísmo e nada falando sobre o índio, africano etc., como veremos em outro momento da nossa reflexão.

A categoria de exterioridade teve tanto significado em Dussel que vai significar um novo discurso e que em termos políticos se circunscreve no novo discurso na história da filosofia mundial¹⁷.

O sentido que o conceito de exterioridade descobre e manifesta é o pobre como tal, aquele que literalmente tem fome, está oprimido, é excluído, daí porque é preciso saciá-lo, mudar a estrutura e não ficar na negatividade da esmola, logo a lógica da exterioridade é o discurso do abismo da liberdade, do outro desprezado do sistema que não pertence à dialética da totalidade, mas sim, ao momento analético (também chamado transcendência interior) onde o outro é a alteridade ou a exterioridade do nível antropológico. Seria então, para Levinas a primeira experiência do ser visto no rosto do outro.

Nesse sentido a exterioridade do Outro homem, do Outro povo, é a realidade do nosso continente que coloca

¹² Gabriel L.SANTIAGO, as utopias latino-americanas, p. 94.

¹³ Entre Nós - ensaio sobre a Alteridade, p. 281.

¹⁴ E para Dussel, Exterioridade significa “Exterioridade que não tem o mesmo significado que para Hegel(...), quer indicar o âmbito onde o outro homem, como livre e incondicionado por meu sistema e não como parte de meu mundo, se revela, in: Filosofia da Libertação p.47.

¹⁶ Id.p.195

¹⁷ J.E. Miranda REGINA. Filosofia Latino-americana e Filosofia da Libertação, p. 83

em questão a totalidade originária ou em crise o sentido da totalidade¹⁸.

A extensão desse significado quando percebe o Outro, mediante o método analético é um ser intrinsecamente ético e jamais teórico. Ora, a aceitação do Outro é a manifestação explícita de uma opção ética, uma atitude moral¹⁹.

Marx, Levinas e a Filosofia da Libertação nos coloca a força e o sentido da exterioridade onde a frase “tenho fome” é mais que semântica, é o Outro que nos interpela na figura do índio, do negro ou todas aquelas pessoas que vivem na periferia da Totalidade do mundo.

O pobre que graças as mediações categoriais de Marx, deixa de ser o pobre “abstrato” de Levinas. É o direito de ser pessoa, ser parte da comunidade, ser realidade concreta²⁰.

Torna-se agora importante explicar quatro sentidos que passa o conceito de Exterioridade a partir dos Grundrisse de Marx e refletido por Enrique Dussel e inter-relacionados à reflexão de Levinas.

Realmente Marx expõe nos “Grundrisse” elementos que fazem sentido concreto ao conceito de Exterioridade enquanto relacionado ao trabalho no capitalismo primitivo e moderno, enquanto não-capital, não-objetivado, o trabalho como carência, enquanto exclusão da riqueza produzida. Enrique Dussel dá prosseguimento a esse significado colocando a questão na seguinte situação:

- 1. A Exterioridade nas formas primitivas comunitárias

Os primeiros escritos de Marx nos revela as formas primitivas de produção e as vicissitudes que levaram ao homem sair do seu estado comunitário para outras formas de trabalho. Aquele que acaba perdendo o sentido comunitário, um dia chegou a escravidão, servilismo ou operário no sistema capitalista, é o Outro como anterioridade histórica, onde vende seu trabalho ou seja o Exterior da Totalidade do sistema.²¹ Se o proletariado é barrado

nessa totalidade ele é afirmação de seu estado de pobreza. É a existência negada porque rompeu-se o estado inicial, comunitário e vivencial.

- 2. A Exterioridade Abstrata.

Exterioridade enquanto se estabelece a diferença sobre o sistema: o trabalho comum do homem é o Outro que enfrenta o capital propriamente dito. Assim o não-capital é o trabalho vivo e real do Outro²², tema válido feito por Feuerbach na relação eu-tu, retomado por Rosenweig e Levinas, anteriormente explicitado por Marx ao trabalho na plus-valia. Para Marx o operário sem trabalho nada significa, nada significa para o capital, mas incorporado ao capital se transformará no nada, ou seja nada significa para o sistema, mas apesar de tudo é um ser real e isso é indicativo de uma realidade ética. O outro não é um “abstrato” enquanto inexistência mas em relação à Totalidade.

- 3. A Exterioridade do trabalho: pauper.

É o trabalhador alienado do valor real do trabalho, o pobre à disposição do capital fazendo o papel da lista de espera de um emprego, é um desocupado, o “exercito de reserva”. É o que ocorre hoje com o vertiginoso desemprego países periféricos que estão sob controle direto da economia dos países centrais. Vê-se então que o Outro passou historicamente da vida comunitária para a vida de dependência pela realidade da Totalidade que faz o Outro ficar à margem da vida²³. Sendo o capital como a Totalidade, o trabalho é a criação da atividade, este se coloca como dependência e complemento do capital, é o pobre enfim que depende de um salário²⁴.

- 4. O confronto face-a-face.

“Todo o trabalhador um dia, teve que enfrentar-se como Outro, como pessoa, como exterior ao capitalista em pessoa. Abstratamente rosto-ante-

¹⁸ Cf. Roque ZIMMERMANN: A América Latina - O não-ser, p. 181.

¹⁹ Cf. Método para uma Filosofia da Libertação, p. 199

²⁰ Cf. E.DUSSEL: La introducción de la transformación de la Filosofía y América, in: REFLEXÃO, PUC-Campinas, p.33

²¹ Cf. Método para uma Filosofia da Libertação, p.257. Ver também em Marx: O Capital, Vol.I.Tomo 2. cap.XXIV. A Assim chamada Acumulação Primitiva, in: Os Economistas p.261.

²² Cf.Método para...p.258. Ver também em Marx: O capital, Vol. I seção II. A transformação do Dinheiro em capital. In: Os Economistas.

²³ Cf.Método para...p.259

²⁴ Cf.Roque ZIMMERMANN. Op.cit.p.236

*rosto, pessoa-a-pessoa, face-a-face; concretamente classe-ante-classe, nação-ante-nação*²⁵; essa posição do Outro que teve de se enfrentar enquanto mão-de-obra ou outra forma não deixa de ser um homem que se supõe ético, que fornece trabalho na dignidade da vida de sua pessoa, opondo-se às condições adversas do capital, capital este que produz a Totalidade²⁶. Isto não deixa de ser para Levinas uma experiência existencial positiva para o Outro enquanto visão da justiça. Assim na Exterioridade levada em conta por Marx, Levinas e pela Filosofia da Libertação, o pobre abstrato de Levinas pode ser o sujeito concreto em Marx²⁷. O Outro dentro do capital tem uma grande missão: a superação da Totalidade.

3. A visão Ética da Filosofia da Libertação à partir de Levinas

A Filosofia da Libertação parte da praxis do oprimido e usa também da linguagem técnica e científica precisa da teoria. Com isso Dussel mostra a teoria e a prática, daí a utilização extensa do conceito de exterioridade oposto ao ser. A exterioridade real na praxis cotidiana é aquela que contesta o mesmo (*to autò*) que iguala e marginaliza quem se opõe ou porque é “inferior ou bárbaro”

Dussel acha importante certa base histórica da filosofia ocidental para entender o seu ponto de partida, por isso afirma: “*Sin embargo lo que acontece es que muchos críticos no han estudiado el pensamiento de pensadores tales como Rosenweig, Blondel, Buber, Zubiri, Levinas, etc dentro de cuja corriente podrian entender lo que yo planteo. Claro que lo que ellos indicaban en el ‘centro’ nosotros lo mundializamos desde la ‘periferia’*”²⁸.

Depois de insistir sobre a importância de Levinas, especialmente na fenomenologia do Outro e na crítica à filosofia européia, Dussel prossegue sua caminhada no sentido de uma visão própria do pensamento latino-americano.

Hoje temos dois paradigmas de modernidade: o paradigma eurocêntrico, de Taylor, Toulmin, Habermas e o paradigma mundial de modernidade-alteridade em direção a uma transmodernidade que é a Filosofia da Libertação.

Enquanto o eurocentrismo identifica aspectos da universalidade abstrata e passa a ser um modelo universal, há contradições entre a Europa moderna e sua periferia e no relacionamento centro-periferia encontra-se de certo modo a superioridade européia quanto a cultura, evolução científica, empresas, racionalização da vida em todos os níveis, que se impõem como expressão natural da Totalidade²⁹. Quem lê Max Weber vai encontrar essa referência européia de um modo mais explícito, onde para ele os ‘fenômenos’ culturais ocidentais já são *a priori* estabelecidos³⁰.

Precisamente dessa Europa que pela concepção de Totalidade encara o Outro como “via natural dos fatos” aparece um Bartolomé de Las Casas opondo-se e denunciando o centro em relação à periferia. Era o contradiscurso dentro da hegemonia européia que se erguia. Mas Enrique Dussel enfatiza que esse contradiscurso deve levantar-se, partir da periferia enquanto principio de negação no sentido analético.

Desta maneira, “*A filosofia central e as filosofias periféricas são duas faces da filosofia da modernidade e o contradiscurso (tanto no centro quanto na periferia) é um patrimônio de todos os filósofos do mundo e não apenas dos europeus*”³¹.

O projeto da Filosofia da Libertação sendo o contradiscurso propriamente dito é crítico (o negativo à partir da exterioridade) mas em dimensões universais, pois sabe que enfrenta a filosofia européia tanto a pós-moderna como a moderna.

A reconstrução histórica da América Latina passa por critérios éticos, daí porque o projeto da Filosofia da Libertação deve lutar tenazmente contra os poderes que exilam o Outro, o excluem. Não são os bens materiais que tem prioridade sobre tudo. São os bens humanos, valores inalienáveis que devem enfatizar cada vez mais o ser

²⁵ Cf. Método para uma Filosofia da Libertação, p.260

²⁶ Ver também “O Capital” Vol. I p. 123-4 in: Os Economistas.

²⁷ E.DUSSEL: La introducción de la transformación, in: Revista Reflexão, PUC-Campinas, p.33.

²⁸ Respondiendo a algunas preguntas y objeciones sobre filosofía de la liberación.

In: Reflexão n.26.p.22.

²⁹ Cf. Filosofia da Libertação - crítica à ideologia da exclusão, p.88.

³⁰ Id. P. 89

³¹ Id.p.96

humano, sua existência, sua vida, sua proximidade, sua comunidade, etc.

O sentido ético passa pelo respeito ao Outro como igual, e “é por isso que dentro da ‘situação ideal de fala’ se devem usar argumentos e não simplesmente exercer a força irracional da violência”³².

Esta eticidade que se estabelece pessoa a pessoa com a pessoa do Outro equivale ao encontro “cara-a-cara de Levinas. Não deve ser realizado no formalismo mas, na prática como encontro com o Outro, sabendo distinguir, portanto, valores dos objetos.

Assim Dussel quer mostrar que quando fala de ‘eticidade’ é maior do que o significado de ética, pois este conceito pode transparecer como mero formalismo obrigatório.

Encontramos através da eticidade a forma mais concreta de comunidade de iguais na solidariedade que transforma o homem e o diferencia dos objetos, enfim a eticidade transparece melhor quando a ligamos a questão da justiça no plano da exterioridade³³.

Não se pode viver éticamente centrado na concepção de Totalidade que nega o Outro ou simplesmente o desconhece porque o Outro “faz parte normal da vida”.

Poderíamos aqui perguntar de que serve a moral onde num universo de excluídos, são considerados como uma coisa normal? Deve haver uma eticidade que rompa com o quadro institucional programado dentro da Totalidade, que deixa de lado o Outro que está na periferia do sistema, logo “A alteridade permite superar o universalismo formal da moralidade por um lado, e, por outro lado, a substancialidade concreta da eticidade, partindo de horizonte de uma nova problemática”³⁴.

A ética dusseliana é realmente história que se faz na prática a partir do Outro e não teoria como muitos o acusam. É história que se constrói a partir do ser negado.

Bem sabemos que as filosofias tem ocupado o centro físico das cidades, assimilando e deixando-se

influenciar por ele, logo os que estão fora, na periferia do centro serão os Outros, os pobres, etc.

As filosofias européias sempre se constituíram como o Eu-Totalidade e os Outros os bárbaros, que devem ser tratados como tal, separados da cultura, educação, política e direitos humanos³⁵. Assim a Filosofia da Libertação começa com a destruição da ética da totalidade para emergir a construção da eticidade que se manifesta na realidade do Outro, cujo papel marcante foi a influência de Levinas em “Totalidade e Infinito” em que a partir dele Dussel supera a ética ontológica.

A ética da libertação, realizando um movimento trans-ontológico, caminha na direção do “ainda-não-ser”, que deverá ser, da utopia de certa forma escatológica. A utopia existencial do povo se tornará motivação da praxis libertadora³⁶.

Enrique Dussel nos diz muito bem o que é essa praxis libertadora: “A tarefa filosófica e política na América Latina, que na verdade quer superar a modernidade do sujeito, deverá propor-se a detectar todos os traços desse sujeito dominador norte-atlântico em nosso oculto ser latino-americano dependente”³⁷.

Nesse quadro de dependência e dominação deve-se insurgir o dominado, o Outro que apenas foi limitado a copiar o centro e não a criticá-lo. Estamos então diante de uma realidade ética, em que é preciso conscientizar-se de que uma nova realidade surge na vida do Outro, a dignidade, a oposição à Totalidade, enfim um novo mundo de significado existencial e coerente com uma vida de direitos iguais.

Todo homem está no mundo e então situado em um grupo humano, deve compreendê-lo em sua situação. “Se o pensar emerge da cotidianidade, surge sempre um mundo que já é ético; o ético do mundo é também o ethos, (...) o ethos é a maneira pela qual cada homem e cada cultura vive o ser”³⁸.

Assim sendo o ethos da libertação evita repetir o ‘mesmo’ e adota o face-a-face: “O Outro (como rosto ou face que surge diante de mim na exterioridade) aparece sempre como outro, como novo, como alguém diante do qual deve perguntar agora para que me revele o que está sendo em sua liberdade”³⁹.

³² Id. p. 100.

³³ Para um estudo apurado das filosofias sobre a questão da justiça, podemos consultar a justiça formal de Rawls, a ética dos ‘bens’ de Charles Taylor ou mesmo o significado de **erebios** de Aristoteles.

³⁴ Filosofia da Libertação - Crítica à ideologia da exclusão, p. 119

³⁵ Armando LAMPE : Ética e a Filosofia da Libertação. P.231

³⁶ Cf. Sergio de ANGELIS. Uma interpretação ética da Filosofia da Libertação em Enrique Dussel, in: Revista Filosofia. N.1. p.45

³⁷ Para uma ética da Libertação Latino-americana - I Acesso ao ponto de partida da ética . p.143

³⁸ Para uma Ética da Libertação Latino-americana Tomo II. Eticidade e moralidade. P.223

³⁹ Cf.id.p.130

A consciência ética enquanto “cum-scientia” é perceber o Outro na sua realidade existencial e difere da consciência moral enquanto esta faz parte da moralidade da Totalidade. A consciência ética supera o “mores” da Totalidade, mas é a consciência ética que pode denunciar a consciência moral. Daí porque é importante a consciência ética que se dispõe a ouvir o Outro, não em termos da moral de costume, mas aberta à comunidade, à voz do Outro; a consciência ética é disposição para o Outro, para ouvi-lo, confraternizar com ele, incorporá-lo numa ética de igualdade.

Desta maneira a “consciência ética é um encontro “co-implicante”, uma analética unidade de dois movimentos: a voz-do-outro e o ouvido atento da Totalidade”⁴⁰. Logo a ausência de consciência é silenciar o Outro com a concepção totalitária ou mesmo desinteresse pelo Outro. O caminho em direção ao Outro é o “telos” do dever ético.

A ética da libertação ao refletir sobre a Totalidade quer mostrar-lhe sua equivocidade manifestada pelo ôntico fechado, daí porque a ética da filosofia da libertação, sendo a exterioridade é provocação um alarme necessário à Totalidade⁴¹.

Não resta dúvida que “a palavra do filósofo é então consciência ética de um povo: diante da Totalidade, assume o lugar do Outro e reveste sua palavra do fim do método crítico libertador”⁴². A ética na Filosofia da Libertação, enquanto libertação do outro, já estava também meditado na obra de Levinas. Ambos, talvez por caminhos análogos chegam à perspectiva comum: justiça com o pobre, solidariedade com ele.

4. Superação da visão levinasiana por Enrique Dussel

Assim como para os gregos a guerra é a origem de tudo (aí está inserida a ontologia da totalidade), para Dussel, a origem da guerra é a injustiça enquanto negação do Outro. Logo o fundamento novo é a Metafísica da Alteridade⁴³.

Para entender a dependência e superação por Dussel da categoria de Exterioridade trabalhada por Levinas é preciso entender como Dussel estruturou o pensamento da Filosofia da Libertação.

Dussel apresenta a fase ontológica (1961-69) onde tenta destruir criticamente o pensamento ontológico da filosofia ocidental, que vai dos gregos à Heidegger, onde demonstra que o nosso ser latino-americano estava encoberto, oculto, um ser oprimido, colonial.

Na fase metafísica (1962-1976), Dussel utiliza-se da categoria de Exterioridade inspirado por Ricoeur e Levinas. Compreende o outro homem no rosto que transcende a contemplação do mundo. Com isso pretende superar a dialética da ontologia da Totalidade opressor-oprimido.

Finalmente a fase concreta de 1976 até nossos dias onde se aprofunda em Marx estudando o sentido da Exterioridade relendo os Grundrisse como também discutindo e comparando a Filosofia da Libertação com as teorias filosóficas de Taylor, Karl-Otto Apel e Richard Rorty.

Nossa reflexão começa na fase metafísica para examinar-mos como Levinas (que já analisamos) influencia Dussel e como Dussel o supera.

Na verdade queremos aqui enfatizar que Dussel lê Rosenzweig, Martin Buber, Theunissen, Ricoeur, etc, onde a categoria do “rosto-ante-o-rosto-de-outro-homem e refletido por Levinas como “rosto-do-varão-ante-o-rosto-da-mulher”, enquanto experiência primeira do ser⁴⁴. A partir da leitura Totalidade e Infinito e Ensaio sobre a Exterioridade, surgirá com Dussel “*Para uma ética da libertação latino-americana*” com o Tomo I e II em 1973 e o Tomo III em 1977.

Dussel afirma textualmente que “...foi Levinas que nos permitiu situar o ‘outrem’ como origem e raiz da afirmação do ‘eu próprio’”⁴⁵. E quanto ao outro que interpela, se funda o ato de justiça. “Pelo menos nesse ponto a Filosofia da Libertação dá razão à Levinas⁴⁶”

A propósito, quando Levinas trabalha sobre os fenômenos ‘autrui’ com o sentido de pobre, reforça já aquilo

⁴⁰ Id. p.68

⁴¹ Id.p.238

⁴² Id. p.239

⁴³ Cf. Roque ZIMMERMANN. Op.cit. p.195

⁴⁴ Cf.id.p.179

⁴⁵ Filosofia da Libertação - Crítica à ideologia da exclusão.p.20

⁴⁶ Id.ib.p.

que já estava em Marx, um “além” do ser como “nada”, logo o “outro da totalidade na ‘exterioridade’ é nada para o ser do sistema, mas é apesar disso, real⁴⁷. Contudo, ainda Lévinas tem uma concepção fenomenológica abstrata europeista.

Se a Filosofia da Libertação busca o fato opressivo (palavras literais de Dussel), como resultado importante na demonstração do não-ser, a Filosofia da Libertação, quer explicar que o não-ser é a contestação do centro a partir da periferia. Neste sentido Lévinas ajudou, mas ainda não seria suficiente, era preciso uma filosofia que surgisse da realidade latino-americana. E Dussel acrescenta: “o outro encontrava-se ‘mais-além-do-ser, ponto em que coincidiam Lévinas, Sartre (o da *Critique de la raison dialéctique*), Xavier Zubiri (sobre a essência) e mais tarde descobrimos o próprio Marx”⁴⁸. Percebe-se aqui a luta de Dussel para superar mediante uma crítica histórica eficiente a dependência do pensamento europeu. Não haveria, portanto, surpresa quanto à crítica na superação de Lévinas.

Mas a sua crítica ao europeísmo na sua atitude totalitária do ser, não pararia por aí, era preciso explicar realidades do nosso contexto latino-americano, pois “...o próprio Lévinas já não conseguiu mais corresponder à nossas expectativas. Ele nos mostrava de que maneira apresentar a questão da ‘irrupção do outro’, mas nós não podíamos construir uma política (erótica, pedagógica, etc), que questionando a Totalidade vigente (que dominava e excluía o Outro, pudesse construir uma nova Totalidade. Esse questionamento crítico-prático e a construção de uma nova Totalidade eram, exatamente, a questão da ‘libertação’. E nesse ponto Lévinas já não poderia ajudar”⁴⁹.

Dussel via que a partir de Lévinas se vislumbrava a ‘utopia’ como ausência de lugar dentro da Totalidade e portanto indo na direção da exclusão do Outro, emergindo assim a Filosofia da Libertação.

Mas se Lévinas, faltou-lhe a visão universalista do homem, pois jamais lhe passou a idéia de que o Outro homem fosse o índio, árabe, negro, circunscreveu-se demais no Outro enquanto judeu perseguido. Daí porque Dussel se separa do pensamento de Lévinas, mas conservando seu sentido de Exterioridade, do Outro, do

fechamento da Totalidade. Lévinas deixa latente a força do Outro, da comunidade e assim centra-se no povo judeu com a mística teológica do pentatêuco. Dussel não deixa de lado a influência judaica-cristã ocidental, mas a coloca num grau mais elevado, há um questionamento sério fora da Europa, é a América Latina que se levanta e reclama:

Destá maneira Dussel assim se exprime: “Nós pretendemos ser a expressão da ‘razão’ dos que se situam bem além da ‘Razão’ eurocêntrica machista, pedagogicamente dominadora, culturalmente manipuladora, religiosamente fetichista. O que nós pretendemos é uma Filosofia da Libertação do Outro, isto é, daquele que está fora e distante dos horizontes desse mundo de hegemonias como o econômico-político (do fratricídio), da comunidade de comunicação real eurocêntrica (do filicídio), eroticidade fálica e castradora da mulher (uxoricídio), e, não em último lugar, o do indivíduo que considera a natureza como mediação explorável para a valorização do valor capital (ecocídio).

Dussel continuará depois de Lévinas com Marx aprofundando a Exterioridade.

5. O valor positivo da contribuição da Alteridade em ambos autores.

Em “Totalidade e Infinito”, Lévinas quer mostrar que a síntese do saber, a totalidade do ser dado pelo eu transcendental sejam instâncias últimas do significativo (sensé).

O rosto que apareceu antes das palavras já e uma linguagem, diz algo, especialmente se este rosto é mendicidade, interpela a justiça, provoca o eu. Nesse sentido, Lévinas coloca o fenômeno humano daquele que lhe falta justiça numa responsabilidade minha para tomar uma decisão, ainda que de forma discursiva, mas um discurso que caminha para a prática e que Dussel tomará como prática concreta na Filosofia da Libertação.

No escrito “Entre nós - ensaios sobre a alteridade” Lévinas busca o significado, o sentido da nossa existência, os enigmas na vizinhança do ser e onde “A vida privilegiada, pre-reflexiva, não objetivada, anônima da consciência é

⁴⁷ .R. ZIMMERMANN, Op.cit. p.234

⁴⁸ Filosofia da Libertação - crítica à... pp.20-21 .

⁴⁹ Id. P.22. - Para aprofundar essa questão da crítica à Lévinas, há uma obra de Dussel com o título: Liberación latinoamericana y Emmanuel Lévinas, Bonum, Buenos Aires, 1975.

este deixar aparecer”⁵⁰ que manifesta o Outro e lhe dá sentido.

E a partir disso, Dussel pergunta “que é compreendemos do outro? Não haverá no outro um rosto sempre incompreensível? (...)”⁵¹. Com isso, Dussel confirma a necessária orientação de Lévinas, pois “Levinas indica como no fundo de toda uma tradição filosófica segue primando o sentido grego do ser (...) enquanto o ético para além da visão e da certeza, designa a estrutura da exterioridade como tal”⁵².

Se a ontologia insiste no mesmo, na Totalidade, ele quer justificar a sua diferença e, portanto, atitudes que na realidade dusseliana passam a ser contestadas. Por exemplo, a ‘erótica’ que tendo o significado de amor, na prática latino-americana é o machismo explícito onde a mulher é objeto de produção na cama, na cozinha e na mesa. Quanto a “pedagógica” os filhos reproduzem os pais, geram o mesmo, perpetuam o mesmo e tornam-se a repetição de uma realidade pressuposta, não havendo a capacidade de superação, mas continuação sem novidades.

Com referência à ‘política’, fez-se historicamente a diferença entre o culto e o bárbaro, senhor e escravo, assim também na América, os conquistadores chegam como senhores para submeter os fracos, os que serão dominados e justificando-se sua cultura ‘inferior’, essa atitude reforça a conduta ontológica do ser e diante dos dominados, isto é o não-ser.

Assim, a Alteridade é significativa porque enfatizando o Outro que quer justiça, levanta-se contra a estrutura da superioridade ontológica. Lévinas questiona esta representação do “mesmo” que omite o Outro. Portanto “A idéia de uma verdade cuja manifestação não é gloriosa nem brilhante, a idéia de uma verdade que se manifesta na sua humildade, como a voz do fino silêncio, (...) a idéia de uma verdade perseguida não será conseqüentemente, a única modalidade possível da transcendência?”⁵³.

Justamente este derrotado no silêncio, esta Alteridade significativa mostra o rosto que está fraco pela fome e também fome de justiça. É preciso entender pela consciência a existência do Outro (diria Lévinas) e o Outro

é todo o sentido que se põe na Filosofia da Libertação (diria Enrique Dussel).

As categorias de Proximidade, Exterioridade ou a Alteridade e Amor-de-justiça, independentemente de sua origem semântica ou histórica, recuperam o valor do Outro numa nova dimensão: a dimensão humanitária que recupera sua dignidade e aceitação, tornando a justiça e a ética mais efetiva. Estas categorias que não buscam uma ideologia da dominação, mas, antes de tudo admitem que a realidade do não-ser é tarefa importante na realidade não só da América Latina, daí seu caráter universalista.⁵⁴

Lévinas em sua fenomenologia do oprimido, do exilado, especificamente o judeu, torna o tema do homem sob nova roupagem, pois não é o conceito de Totalidade capaz de representar a realidade dos que estão fora dela, é preciso ver o Rosto do Outro que inquirir o homem em sua vida cotidiana. Este ato amoroso marcado pelo estigma do pentatêuco vai além das fronteiras filosóficas que capta o homem inteiro como fenômeno e razão. Assim a Alteridade serve como trabalho filosófico de perceber o homem situado numa condição nem sempre favorável diante das vicissitudes da vida.

Nesse sentido, tanto para Lévinas como para Dussel a marca judaica-cristã transparece sob muitos aspectos da condição humana. Evidentemente isto pode trazer dificuldades aos dois autores, especialmente com os críticos não espiritualistas que vêem uma espécie de ‘consolação’ ao Outro e o conceito de Alteridade passa a ser uma extensão teológica. Contudo, Dussel conhece essas diversas dimensões e busca na antropologia, na história, na política e em toda história da filosofia as raízes da Alteridade. Basta perceber os debates profundos que ele mantém com a filosofia analítica e manteve com os marxistas e neo-marxistas, mas ele não desconhece que na América Latina, o problema religioso está internalizado na vida do homem que representa o não-ser.

Conclusão

A influência etico-social de Lévinas no pensamento latino-americano de Enrique Dussel foi fundamental,

⁵⁰ Entre nós - ensaios sobre a alteridade. P.101

⁵¹ Método para uma Filosofia da Libertação. P.184.

⁵² Id. Pp.184-5

⁵³ Entre nós - p. 87

⁵⁴ Em Reflexões sobre a Filosofia da Libertação, Sírio de Velasco tece interrogações sobre estas categorias.

tornando possível a partir das categorias de Alteridade e Exterioridade elaborar a partir da base, um ousado projeto de Filosofia da Libertação.

Para tanto, Lévinas questionou em “Totalidade e Infinito” a razão do “mesmo” e a necessária percepção do Outro, buscando suas fundamentações filosóficas nos estudos de Descartes, Hegel, Husserl e Heidegger, além da sua formação judaica e sua vivência nos campos de concentração.

Tanto Levinas como Dussel aprofundam o sentido da ‘consciência’, da ‘ética’, decorrente das suas posições filosóficas, enfatizando uma posição teórica (de corte fenomenológico) diante do Outro enquanto Rosto que antecede à toda linguagem. Do outro lado a praxis política do homem que deve alterar as condições do não-ser no mundo, questionando a história ocidental calcada no ser, na totalidade, deixando em relevo o culto e o bárbaro, o europeu e o índio etc.

Na incursão sobre a urgente necessidade de alterar o modo de pensar e agir, Dussel insiste numa revisão do tratamento das nações do centro e periferia, do homem do centro e da periferia, tentando assim superar as vergonhosas realidades em que a humanidade está inserida.

Embora Dussel tenha a finalidade de fundamentar toda a Filosofia da Libertação a partir da América Latina (o não-ser europeu) ele busca instrumentos conceituais europeus, precisamente, parte deles para poder demonstrar que a filosofia ocidental fechada no ser torna impossível a ascensão de outros povos, outras nações, outras pessoas, fixando a filosofia ocidental (diga-se européia com corte anglo-saxônico) como paradigma para tudo o que se pensa e faz.

A tentativa de Dussel superar Levinas em virtude que este apresenta uma reflexão abstrata e centraliza o Outro no exilado judeu, tornou o conceito de Alteridade mais dinâmico, capaz de expressar com mais magnitude a situação que passa a América Latina, cada vez mais conflitiva, dependente e pobre.

Não resta dúvida que a reflexão de Levinas e Dussel se inserem num quadro novo, mas ainda não suficientemente percebido pelas nações do centro, embora Dussel já tenha feito inúmeras conferências na Alemanha.

Haverá muitos críticos a favor e contra o pensamento destes dois autores, mas eles deixam aos que os lêem o estigma da realidade de um mundo por renovar, por refletir sobre nações, povos, culturas e pessoas.

Bibliografia

ANGELIS, Sergio. *Uma interpretação ética da Filosofia da Libertação*. In: Revista de Filosofia. PUCR. Curitiba. Ano I, n.1. set.1988. pp.37-46.

ARENDT, Hanna. *Sobre a Violência*. Relume Dumará. Rio,1994

CASALONE, Carlo. *Lévinas: Ética e Filosofia no Pensamento Pos-moderno*. In: Revista

Nova síntese. BH. Vol.20, n.62. Julho/Agosto,1993. Pp.341354.

COSTA, Márcio Luís. *Fenomenologia y Corporalidad en la Ética de Lévinas*. In. Analogia.

Revista de Filosofia. México. Ano 11. N.1, maio/junho 1977. Pp.19-43

FILOSOFIAS. *Entrevista a Lévinas*. Entrevistas do Le Monde. Ed. Atica. SP.1990. pp.126-144.

KUIAVA, Evaldo Antonio. *Lévinas no Contexto da Historia*. In: Cadernos da FAFIMC. Viamão. N.3. pp.13-19. Especial. 1995

DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da Libertação*. Loyola/Unimep.SP/Piracicaba.1982

_____. *Filosofia da Libertação - Crítica Ideologia da Exclusão*. Paulus.SP.1995.

_____. *Método para uma Filosofia da Libertação*. Ed.Loyola. s/d

_____. *La Introducción de la Transformación de la Filosofía y América Latina*. In: Revista Reflexão. Puc.Campinas. Ano XVI,n.47. maio/agosto 1990. Pp.7-61.

_____. *Respondiendo algunas preguntas y objeciones sobre Filosofía de la Liberación*. In: Revista Reflexão.Puc.Campinas. AnoVIII.n.26. maio/agosto. 1983, pp.15-24.

_____. *Para uma ética da Libertação Latino-americana*. I.Acesso ao ponto de partida.Loyola/Unimep.SP/Piracicaba 1982

_____. *Para uma ética da Libertação Latino-americana*. II.Eticidade e Moralidade. Loyola/Unimep. SP/Piracicaba, 1982.

LAMPE, Armando(org.). *Ética e Filosofia da Libertação*. Vozes/Cehila, Petrópolis/SP.1995

- LEVINAS, E. *Humanismo do Outro Homem*, Vozes, Petrópolis, 1993.
- _____. *Totalidade e Infinito*. Edições 70, Lisboa 1980.
- _____. *Ética e Infinito*. Edições 70, Lisboa s/d.
- _____. *Entre Nós - Ensaio sobre a Alteridade*. Vozes, Petrópolis, 1997.
- MARX, Karl. *O Capital*., Abril Cultural, SP. Coleção os Economistas, 5 vols., 1983
- PELIZZOLI, Marcelo Luis. *Intersubjetividade em Husserl e Levinas*. In: Cadernos da FAFIMC. Viamão, n.13, Especial. 1995 pp.21-34.
- PEÓN, J.Alberto Sucasas. *Judaísmo y Filosofía*. In: Cuadernos Salamantinos, Univ.Salamanca.
- PIVATTO, Pergentino. *A Nova Proposta Ética de E.Lévinas*. in: FAFIMC, Viamão.n.3 Especial, 1995.pp.73-99.
- RAMOS, Antonio Pintor. *En las fronteras de la Fenomenología: El creacionismo de Levinas*. In: Cuadernos Salamantinos. Univ.Pont. de Salamanca.Salamanca.V. XIX, 1992. Pp. 177-220.
- SANTIAGO, Gabriel Lomba. *As Utopias Latino-americanas*. Ed. Alinea. Campinas 1998.
- SILVA, Jusemar da. *A relação face a face com a linguagem ética de E.Lévinas*. in:FAFIMC.Viamão n.13, Especial. 1995, pp.73-99.
- SOROS, George. *A Crítica do Capitalismo - As ameaças aos valores democráticos*. Ed. Campus. Rio, 1998.
- SOUZA, Ricardo Tim de. *Traumatismo e Infinito - Esboço de uma Metafenomenologia do Infinito*. In: FAFIMC. Viamão. n.13. 1995. Pp.101-120.
- VAZQUEZ, Ulpiano. *Filosofia e Judaísmo*. In: Síntese. BH. Vol. XX. n.62. julho/set. 1993. pp.311-313
- VELASCO, Sirio Lopez. *Reflexões sobre a Filosofia da Libertação*. CEFIL,Campo Grande MS.1991.
- VILA-CHÃ. *Para-lá do Ser. Sujeito, Morte e Alteridade no Pensamento de E.Levinas*. Revista Portuguesa de Filosofia, Braga, Julho/Dez., Tomo XLII.Fasc.3-4.1986. pp.1-35
- ZIMMERMANN, Roque. *América Latina - O Não-Ser*. Vozes. Petrópolis, 1986.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CORPORações DE OFÍCIO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Artur José Renda VITORINO*

Para os estudiosos interessados em compreender como se generalizou historicamente a mão-de-obra livre e assalariada no Brasil escravista, consideramos importante perceber que, em primeiro lugar, a fronteira entre a produção e comércio não era nítida até a década de 1820 - apesar dos confrontos entre a estrutura corporativa (as corporações de ofícios que procuravam formar um sistema de controle sobre o mercado de trabalho e proteção do mercado contra a concorrência) e o liberalismo (o direito ao trabalho praticado pelas pessoas - livres-assalariadas ou escravos ao ganho e escravos de aluguel)¹.

Assim, por exemplo, os mestres sapateiros que faziam e vendiam os seus produtos estabeleceram um conflito com os algibebees, aquelas pessoas que só vendiam os sapatos já feitos. Por causa disso, D. Pedro, então Príncipe Regente, em aviso de 16 de novembro de 1821, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mandou participar à Câmara do Senado da corte do Rio de Janeiro que ficasse sem efeito o aviso de 2 de abril de 1813,

“que prohibio que pelas ruas desta cidade se vendesse qualquer genero de calçado aqui fabricado. Ha por bem que fique sem effeito o referido Avizo, para que possa continuar-se aquella

venda, de que tirão algumas pessoas miseraveis os necessarios meios de sua subsistencia.”²

Ao mesmo tempo, proibia o Senado da Câmara

“ao Juizes do officio de Çapateiro a continuação do abuzo em que estavam de apreghender o calçado fabricado nesta Cidade que encontravão nas ruas, prendendo, a titulo de segurança da ccima, os pretos escravos, que o conduzião; ao mesmo tempo que as lojas, e ruas desta Cidade estavam cobertas de calçado, que vem de fora com freqüeza de despacho na Alfandega.”³

No período anterior à Constituição de 1824, os artesãos e proletários eram organizados através das corporações de ofício. Instituição que existia desde a Idade Média, o seu funcionamento no Brasil ainda é pouco explorado. Aqui, só a título de um exemplo, convém acompanhar a petição dos Funileiros da Corte do Rio de Janeiro para fazer Corporação ou Grêmio separado dos Latoeiros na Corte, bem como a oposição dos artífices Latoeiros a tal intento dos Funileiros.⁴ Através de um

*Professor da Faculdade de História do CCH da PUC-Campinas.

¹No ano de 1821, localizei vários escravos negros que eram oficiais em diversas profissões. Nesse mesmo ano, através de anúncios no Diário do Rio de Janeiro, constatei a existência de dois escravos negros que eram mestres: um, “mestre de fazer vella e sabão” (Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, no 7, 9 de novembro, e 313 do ano 1821, p. 51); e outro, “mestre çapateiro” (Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, no 4, 5 de dezembro e 339 do ano 1821, p. 14).

²Edital/ Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1821. Francisco José Vieira”, Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, no 18, 22 de Novembro e 326 do Anno 1821, p. 138. Esta e doravante fontes citadas, foram transcritas tais como elas se encontram no original.

³Edital/ Rio em Vereação de 21 de Novembro de 1821. (Assig.) José Martins Rocha”, *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, no 18, 22 de Novembro e 326 do Anno 1821, p. 138.

⁴*Diario do Rio de Janeiro*, no 4, 5 de Setembro e 248 do ano 1821, pp. 26-29.

documento como este, é possível retirar dele informações sobre as corporações de ofícios, sua jurisdição e seu funcionamento diário.

Conforme relatava Miguel Borges de Castro Azevedo e Mello, nenhuma atenção merecia a impugnação dos latoeiros na tentativa de evitar a separação dos dois ofícios e posterior criação de corporações de ofícios também separadas (uma de funileiros e outra de latoeiros). Isto porque a confusão dos ofícios, ou artes mecânicas⁵ de diversos grêmios na mesma pessoa - que exercia então diversas profissões ao mesmo tempo - podia ser tolerada na pequenas povoações e vilas, em que a necessidade ou falta de artífices de profissão em todas as diferentes profissões que requerem os usos do dia-a-dia, faz com que os vizinhos dessas mesmas pequenas povoações se socorram aos mestres de profissões que são quase similares.

Contudo, nas grandes cidades, e povoações, tal confusão de uma pessoa exercer diversos ofícios não podia acontecer. Nestes lugares, dizia,

“as Artes, e Offícios se exercitão separadamente, e por classes, á que são marcadas por Authoridade Publica, como convem o Bem-Commum, especies, e restrictas atribuições, segundo seus Estatutos, e Regulamentos ordenado á dar-lhes perfeição convenhavel á mão d’ obra; e subsistencia devida aos seus Artífices; pois cessando ahi a razão da necessidade, que occasionalmente impéra sobre a Lei (*Necessitas caret lege*) deve a mesma Lei ser observada, e executada ao dito respeito em toda a sua extensão, removendo-se os abuzos, que contra ella se tenhao erigido em costume, como succede o cazo.”⁶

Além disso, retrucava, não havia como negar que existia diferença entre os ofícios de Funileiro e o de Latoeiro, visto que o funileiro trabalhava sobre a folha de ferro estanhada, conhecida na época com o nome de folha de flandres, cortando-a, soldando-a, e cravando-a, segundo as diversas aplicações necessárias para o seu uso; já o

latoeiro se ocupava mecanicamente com utensílios fabricados de latão, e outros metais inferiores, como o estanho, e chumbo fundido, diferente também de outras classes, como, por exemplo, a dos picheleiros, sineiros etc, que se ocupavam de todos os conhecimentos práticos da química metalúrgica, enquanto os funileiros realizavam trabalhos quase todos eles de mecânica.

E como então eram distintos os ofícios de funileiro e o de latoeiro, nada mais correto, dentro da regulamentação da época, do que a separação dos dois ofícios em seus respectivos Grêmios ou Corporação. E como assinalava Miguel Borges de Castro Azevedo e Mello, os funileiros agiram conforme a lei, e, querendo os latoeiros recorrer a fim de anular a distinção dos ofícios e a constituição da corporação de ofício dos funileiros separada da dos latoeiros, que estes deveriam consultar:

“1º O Direito Patrio Geral que rege o assumpto. 2º, O Direito Municipal, ou Postura do Conselho desta Cidade. 3º O Bem-Commum, tanto dos consumidores, como dos Artífices Supplicants, e Industria Nacional. Trez pontos capitaes, que he necessario attender, para se concluir rectamente a respeito da injustiça da opposição dos Supplicados, e justiça da Petição dos Supplicants.”⁷

Através de um conflito entre dois ofícios mecânicos pôde-se conhecer um pouco mais a respeito de como os artesãos se agrupavam em corporações, da burocracia normativa para o exercício dos seus respectivos ofícios, e da formulação de meios para o protecionismo e o controle da prática e da aprendizagem sistemática dos ofícios manufatureiros.

A legislação que regulamentava os ofícios mecânicos e artesanais e a formação de corporações de ofício no Brasil colonial tinha um caráter geral, mas as especificações legais para o funcionamento de cada ofício ficavam restritas a cada cidade, vila ou lugarejo. Por isso, os ofícios mecânicos e artesanais eram controlados pelas autoridades municipais. De acordo com Maria Helena Ochi

⁵No Brasil, do século XVI ao início do XIX, os ofícios exercidos por artesãos apareciam sob a denominação de ofícios mecânicos, excluindo os pintores, escultores, engenheiros e arquitetos. No mesmo período, o Brasil seguia a distinção entre artes mecânicas (como os “ofícios fabris, que se exercitam com o trabalho corporal”) e artes liberais (“as que se ensinam às pessoas de qualidade e os nobres devem aprender”) que existia em Portugal. Cf.: Miriam Halpern PEREIRA, “Artesãos, operários e liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)”, *Ler História*, (14), 1988, pp. 41-86.

⁶*Diário do Rio de Janeiro*, no 4, 5 de Setembro e 248 do ano 1821, pp. 26-29.

⁷*idem*

Flexor, após estudos sobre os oficiais mecânicos na cidade do Salvador⁸ e de São Paulo⁹, no século XVIII, chegou, entre outros pontos, à conclusão de que o

“confronto e comparação das duas regiões permite visualizar as peculiaridades próprias desses espaços geográficos e não deixam generalizar determinadas constatações para toda a realidade brasileira daquela época e indica a necessidade de estudo sistemático acerca de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco etc.”¹⁰

Após a proibição decretada pela Constituição de 1824, as corporações de ofícios formalmente foram desaparecendo, pois, para continuarem a existir, elas teriam de funcionar clandestinamente, não participando ao governo a sua existência, o que, conforme rezava a carta de lei de 20 de outubro de 1823, acarretaria o risco de serem consideradas “conventículos sediciosos”¹¹, e seus membros receberiam as seguintes punições diferenciadas:

“os cabeças com a pena de morte natural¹², e os seus socios agentes com degredo perpetuo para galés¹³; os que, porém, não tiverem mostrado acto algum subversivo, além dos primarios e remotos, serão degradados¹⁴ por toda a vida.”¹⁵

Mas mesmo com punições tão severas, as sociedades secretas não desapareceram. Em Pernambuco, foi criada em 1829 a sociedade secreta “Columnas do

Throno Altar”, com o fim de promover o governo absoluto. Tinha associados em todas as províncias e utilizavam como seus órgãos de imprensa o *Cruzeiro* e o *Amigo do Povo*. No Rio de Janeiro, em 1830, foi criada a sociedade secreta “Club dos Amigos Unidos”, que propagava os ideais liberais da época.¹⁶

Por seu turno, e do ponto de vista econômico, as pesquisas de Luiz Carlos Soares indicam que

“as atividades artesanais vinculadas ao regime corporativo assim permaneceram até os anos 1840, quando se efetivou o declínio das corporações, que vinha ocorrendo gradualmente desde 1808, devido à concorrência dos estabelecimentos industriais criados a partir daquela data.”¹⁷

Com a proibição formal das corporações de ofício, começam a se formar juridicamente as sociedades mutualistas. Denominadas sociedades beneficentes ou sociedades de socorros mútuos, as sociedades mutualistas eram voltadas especialmente para socorrer os enfermos ou impossibilitados de trabalhar e as famílias dos que faleciam na indigência. Muitas delas foram criadas no século XIX e sobreviveram até meados do século XX.

Abaixo o documento na íntegra sobre a petição dos Funileiros para fazer corporação ou Grêmio separado dos Latoeiros na Corte, e oposição dos artífices Latoeiros a tal intento dos Funileiros. O documento, em grafia original, foi transcrito do *Diario do Rio de Janeiro*, nº 4, Quarta-

⁸Maria Helena FLEXOR - *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974. Idem - *O Mobiliário Brasileiro - Bahia*. São Paulo: Espade, 1978.

⁹Maria H. FLEXOR - “Oficiais mecânicos”. In: *O Trabalho Livre em São Paulo - século XVIII*. Salvador, 1984. Tese de doutoramento em História Social apresentada à FFLCH da USP. Ainda sobre os ofícios mecânicos e artesanais na Capitania de São Paulo, ver Elizabeth Darwiche RABELLO, “Os ofícios mecânicos e artesanais em São Paulo na segunda metade do século XVIII”, *Revista de História*, São Paulo, no 55, v. 112, pp. 575-588.

¹⁰Maria H. FLEXOR - “Ofícios, Manufaturas e Comércio”, pp. 173-194, in: Tamás SZMRECSÁNYI (org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Ed. HUCITEC/FAPESP, 1996, cit. p. 173.

¹¹Carta de lei de 20 de outubro de 1823, Art. 6o. Este artigo diz que seriam considerados conventículos sediciosos as sociedades que tivessem princípios e fins subversivos da ordem social e do regime constitucional, quer não tivessem feito as participações ao governo, quer as tivessem feito falsas.

¹²É chamada nas Ordenações Filipinas “morte natural” para se distinguir da “morte civil”, ou privação dos direitos civis, de que nos fala o título 120 do 5o filipino. A pena de morte com a expressão “morte natural”, entendia-se “morte natural simples”, com privação de vida sem tortura: a pessoa era enforcada e depois o cadáver enterrado.

¹³Galés perpétuas era trabalho forçado para sempre (geralmente ia remar nas galeras do rei).

¹⁴Degredo- residir num determinado lugar.

¹⁵Carta de lei de 20 de outubro de 1823, Art. 7o.

¹⁶Para Theophilo Ottoni, um dos membros dessa sociedade, o “Club” teve mais influencia do que se pensa na revolução de 7 de Abril [de 1831]”. apud: *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*, (47) parte 2, 1855, p. 293.

¹⁷Luiz Carlos SOARES, “A Indústria na Sociedade Escravista: As Origens do Crescimento Manufatureiro na região Fluminense em Meados do Século XIX (1840-1860)”, in: T. SZMRECSÁNYI & J. R. A. LAPA (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996, pp. 285.

Feira, 5 de Setembro, e 248 do ano 1821, pp. 26-29. Este jornal, que veio a lume em 1o de Junho de 1821. foi fundado por Zeferino Vito de Meirelles. Era instalado em tipografia própria denominada Imprensa do *Diario*, e durou até 1872. O jornal segue a numeração dia a dia, em que o 1º de janeiro é o 1º número, dia 2 de janeiro o 2º número e assim por diante até completar os 345 dias do ano.

“Nenhuma atenção merece a Impugnação dos Supplicados Latoeiros. A confusão dos Officios, ou Artes Mechanicas de diverso Gremio no mesmo sugeito apenas pode ser tolerada nas pequenas Povoações, em que a necessidade, ou falta de Artifices de Profissão em todos os differentes Misteres que requerem os uzos da vida, faz com que os visinhos dessas mesmas pequenas Povoações se socorram aos Mestres de humas artes, que mais analogia tem com outras, para estes os supprirem com sua industria de certas obras estranhas ao seu Gremio, que por ventura se esforço a imitar.

“Esta tolerancia com tudo, que só he filha da necessidade, não pode nunca authorizar a mesma confusão de Gremios nas grandes cidades, e Povoações, onde as Artes, e Officios se exercitão separadamente, e por classes, á que são marcadas por Authority Publica, como convem o Bem-Commum, especies, e restrictas atribuições, segundo seus Estatutos, e Regulamentos ordenado á dar-lhes perfeição convenhavel á mão d’ obra; e subsistencia devida aos seus Artifices; pois cessando ahí a razão da necessidade, que occasionalmente impéra sobre a Lei (*Necessitas caret lege*) deve a mesma Lei ser observada, e executada ao dito respeito em toda a sua extensão, removendo-se os abuzos, que contra ella se tenham erigido em costume, como succede o cazo.

“Isto posto, e vindo à controversia movida entre os Supplicantes, e Supplicados, ninguem, nem os mesmos Supplicados negão, que o officio de Funileiro, e o de Latoeiro constituem por sua natureza diversas classes de Mister; pois que a mão d’ obra daquelle versa sobre toda em trabalhar sobre a folha de ferro estanhada vulgarmente conhecida com o nome de folha de flandres, cortando-a soldando-a, e cravando-a, segundo as diversas applicações com que he admitida nos usos da vida, quando os trabalhos do officio de Latoeiro todos se occupão na factura de utensilios fabricados de latão, e outros metaes inferiores, como o estanho, e chumbo fundido, sendo certo que ainda mesmo estes trabalhos proprios do Latoeiro se ramificação entre os Povos Fabricantes em outras classes, como por exemplo a dos Picheleiros, Sineiros & c., cujos Misteres participão todos os conhecimentos practicos da

Chimica Metalurgica, em quanto o de Funileiro he quasi todo de pura Mechanica.

“Logo se distinctos são os ditos officios de Funileiro, e Latoeiro, e Pertencentes á diverso Gremio os Artifices que trabalham nos seus respectivos Misteres, manifesto fica sendo tambem, que o requerimento dos Supplicantes Funileiros, em que pretendem fazer corporação, ou Gremio separado dos Latoeiros nesta cidade, procede em regra; e que a caprichosa opposição, que lhes fazem os Artifices Latoeiros, querendo sustentar em sua classe a confusão destes diversos Gremios, encontra Io O Direito Patrio Geral que rege o assumpto. 2o, O Direito Municipal, ou Postura do Conselho desta Cidade. 3o O Bem-Commum, tanto dos consumidores, como dos Artifices Supplicantes, e Industria Nacional. Trez pontos capitaes, que he necessario attender, para se concluir rectamente a respeito da injustiça da opposição dos Supplicados, e justiça da Petição dos Supplicantes.

“Encontra o Direito Patrio Geral, Io ponto de nossa pozição: porque estando estabelecido em regra para todas as Fabricas de Reino que ninguem possa exercitar o officio sem carta de examinação do respectivo Gremio, á cujas officinas tenha dado o trabalho de 5 annos na qualidade de Aprendiz, conforme o que se acha disposto nos Alvarás de 30 de Agosto de 1770, 20 de Setembro de 1790; e 20 de Março de 1793, que constituem legislação Universal para todo o Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, não há motivo justificando para se continuar a convivencia, e abuzo, com que até aqui se tem promiscuamente exercitado nesta cidade pelos mesmos Misteres os officios de Funileiro, e de Latoeiro, sem que se tenham aprendido ambos a convenientemente, quando são tão estremados, e differentes os trabalhos, e mecanismo de hum, e de outro, que exigem ensino, e exercicio particular, para se praticarem como cumprem em todas as obras, que delles requer o Publico.

“Encontra o Direito Municipal, ou Postura do Conselho desta Cidade: Porque estando determinado pela Postura setima do mesmo Conselho, que nenhum Artifice, ou Mister, se intrometa a fazer obras alheias da attribuição especial do seu officio, com a combinação das penas pecuniarias de 6\$000, e trinta dias de Cadêa pela primeira transgressão da mesma postura; aggravadas proporcionalmente as condemnações pelas reincidencias, como se lê no documento junto a f ...; bem se vê que contra este Direito, o Estatuto territorial, procede a opposição dos Supplicados á intenção dos Supplicantes; sendo mais aggravante no cazo que pertendo estes erigir em costume

huma pratica que se acha em Collizão com a Lei, e a cujo abuso déra entrada, e correnteza ou a conveniencia dos antigos officiaes da Camara do Conselho desta Cidade, Fiscaes do Bem Comum della neste Artigo, ou já a falta de Artifices proprios do Gremio dos Funileiros em tempos remotos, em que não sómente se não promovia a Industria Fabricante no Brasil, mas era positivamente reprimida, e coartada em seu natural crescimento pelas oppressivas Leis do impolitico ferrugento systema Colonial: que tantos annos nos dominou, (Alv. de 5 de Janeiro de 1785), e que ha muito desapareceu d'entre nós pelos principios adoptados de huma mais liberal Legislação: Alv. de Io de Abril de 1808.

“Encontra finalmente o Bem Comum dos moradores, ou Consumidores, o dos Artifices supplicantes, e da Industria Nacional, 3o ponto a noss these: Porque não conhecendo os Latoeiros em regras os segredos da Arte do Funileiro, ou pelo ménos não os sabendo pôr em pratica, posto os conheção por ventura, assim como acontece, e succede á todos os curiosos [sic], que mal arremedão as obras estranhas da sua Arte; segue-se, que, ou quando são procurados pelo Publico, para fazerem qualquer obra de qae [sic] eles por impiricia não podem dar conta, descorção ao Freguez que a demanda, com falça impossibilidade de se ella fazer, erigindo em defeito da Arte o que só he impericia do Artifice; ou alias o servem tão mal, que perdendo o mesmo Freguez o seu tempo, e dinheiro do preço da obra, e por ventura alguma cousa mais, quando della se utiliza, rompe com justas imprecações contra o obreiro, desaccretida a Industria Nacional do Gremio; e recorre á prover-se convenientemente no Mercado Estrangeiro, onde apparecem sempre feitas em regra semelhantes obras; com o que vem o mesmo Estrangeiro a lucrar aquillo que tira ao Fabricante nacional com injuria, havendo-se que pelo atrazo da Arte no paiz, não ha quem saiba trabalhar convenientemente em Folha; e vindo á imputar-se á classe, ou ordem os defeitos de intrusos artistas Latoeiros, que não passam nunca de grosseiros imitadores da obra de funileiro; porque se pêção de aprendiz este Mister, que tem sempre exercitado como Mestres á custa da causa publica; no que, com dissemos, vai o prejuizo do Bem Commum dos Consumidores de envolta com o dos Artifices, e com o descretido, e damno da Industria Fabricante doPaiz no Artigo de que se tracta.

“Os exemplos que isto comprovão são tão vulgares, que he de erer [sic] não hajão senão mui poucas pessoas, que não tenham pago com proprio damno a impericia dos Supplicados; principalmente quando expoem á acção do fogo as suas grosseiras obras, em que elles supprem o defeito das cravações, unica segurança dellas, com inepta

solda, que derretendo se immediatamente, dão livra passagem ao liquido, que por ventura se contem nos vazos fabricados por semelhante arte.

“Dizem os Supplicados Latoeiros que exercitem os Supplicantes Funileiros as obras do seu Mister tambem, que elles são disso contentes. Mas isto he pertender sociedade em abuzos, cuja impolitica comenteza se impugna; pois os Supplincantes tão mal devem servir ao Publico trabalhando de fundição, lima, e torno sobre metaes, cujos processos de manufactura ignóráo, ou mal conhecem, como os Suplicados o fazem quando trabalham em folha de fladres, ou qualquer outra, segundo se lhes argue.

Saber fazer alguma couza em qualquer Mister da Arte, não he ja ser Artista. Horacio querendo reformar na antiguidade a Ordem dos Poetas, excluindo della aquelles que por ventura poetizavão sómente em bellas discrições, argumentava á propozito com o exemplo das Artes,

“Et fortasse cupressum
“Scis simulare. Quid hoc, si fractis enatat expes
“Navibus, ore dato, qui pingitur?”

Conceito que bem traduzido, o parafraseou em vulgar hum Anonimmo Portuguez nos seguintes cinco versos:

“Que val que pintes bem verde Cipreste,
“Se o que a pintura quer, e faz a paga,
“Só quer o pintes tú, quando se alaga
“No naufragio fatal perdendo a vida
“Na taboa que restou da Não perdida?”

Em todas as Artes há mão d' obra de Ensaio, Exame, ou, como vulgarmente se diz, mão de Mestre, e há mão d' obra de aprendiz. Aquella he que qualifica o sugeito para entrar no Gremio do Mister, e não esta. Os Supplicantes contão nesta Cidade 24 Mestres Funileiros propriamente taes; isto basta para comporem Gremio separado quanto a Arte, muito embóra fação corporação de confraria com os Supplicados, pois nada tem de repugnante huma couza com a outra. Assim se evitará o damno do Publico, reivindicar-se-há o credito do Gremio; e se animará a Industria Fabricante deste Artigo.

Tanto cumpre respondermos á Impugnação dos Supplicados sobre o Requerimento dos Supplicantes Funileiros; servindo nisso a brevidade quanto he compativel com o assumpto, alias de grande extenção; guardadas as relações Economico politicas que lhe respeitão. (Assig) *Miguel Borges de Castro Azevedo e Mello*. Reconhecido pelo Tabelião *Joaquim José de Castro*.”

A GUERRA JUDAICA - FLÁVIO JOSEFO PRÓLOGO DA OBRA

Seleção, tradução e comentários de Alex DEGAN*

(1) A guerra dos Judeus contra os romanos é a maior, não só de nosso tempo mas, de certo ponto, de todas aquelas que, segundo a tradição, ocorreram entre cidade e nações. Entretanto, dos que escreveram sua história, uns, que não tomaram parte nas ações, utilizaram relatos orais contraditórios, os editando conforme o estilo retórico; outros, os que foram testemunhas dos eventos, os alteraram ou para agradar os Romanos ou por ódio aos Judeus, contendo seus escritos alternâncias entre invenções e bajulações, mas nunca um relato histórico exato. Nestas circunstâncias, eu, Josefo, filho de Matias, hebreu de nascimento, natural de Jerusalém, sacerdote e que inicialmente tomei parte na guerra contra os Romanos, me propus relatar em grego esta história, para uso dos que vivem sob a hegemonia romana, traduzindo a obra que anteriormente compus em meu idioma materno, para uso dos bárbaros do interior.

(2) Eu falo de um acontecimento de grande magnitude. Os Romanos estavam envolvidos em desordens internas. O grupo revolucionário judaico, que no momento se achava com forças e recursos plenos, aproveitou da turbulência da época para a sedição. Como resultado deste distúrbio, todo o Império do oriente foi afetado; os insurgentes tinham esperanças de conquistar todo oriente, enquanto seus oponentes tinham medo de perdê-lo. Assim, os Judeus tinham expectativas de que seus conterrâneos hebreus que habitavam o outro lado do Eufrates, levantassem também em revolta. Aos Romanos, por sua parte, preocupava a atitude que adotariam frente aos seus vizinhos, os Galos e os Germanos, que não estavam tranquilos. Depois da morte de Nero, instalou-se

uma confusão universal; muitos, incitados pela oportunidade, aspiravam obter o principado e, na esperança de botins, a soldadesca motivava mudanças.

Pensei, por conseguinte, que se tratando de acontecimentos de tanta importância, seria um absurdo deixar a verdade perder-se. Além disto, se os Partos, Babilônios, as mais remotas tribos da Arábia, os nossos compatriotas do outro lado do Eufrates e os habitantes de Adiabene conheciam, graças ao meu trabalho de apurado conhecimento, a origem da guerra, suas várias e dolorosas fases que marcaram seu desenvolvimento e desfecho, não deviam, os Gregos e aqueles Romanos não engajados na campanha, ignorar tal matéria somente porque recebiam narrativas ficcionais e bajuladoras.

(3) Se, contudo, é presumido dar o título de histórias aos escritos em questão que, em minha opinião, não só não informam nada de acertado como também não respondem aos objetivos de seus autores. Existem escritores, que desejando representar a grandeza dos Romanos e de sua nação, não deixam de continuamente caluniar e menosprezar as ações dos Judeus. Entretanto, eu não vejo, em verdade, como a conquista de um povo débil pode ser tida como grande. Por outro lado, se estes escritos não consideram a prolongada duração da guerra, nem o enorme número de soldados Romanos que duramente sofreram e nem o prestígio dos generais, com colossais esforços frente Jerusalém, a façanha é rebaixada, eu imagino, de modo desprezível.

(4) Eu não me proponho rivalizar com os que exaltam a glória dos Romanos, exacerbando as proezas dos meus

* Professor da Faculdade de História PUC-Campinas e mestre em História pela USP.

compatriotas. Relatarei exatamente os feitos de ambos os combatentes. Entretanto, em minha apreciação dos eventos, eu não poderia abstrair meus próprios sentimentos e nem negar ao meu lamento a liberdade de chorar os infortúnios de minha nação. Pois, de fato, foi a dissensão civil que a arruinou e foram os tiranos judeus que jogaram, para cima do Santo Templo, as mãos dos Romanos, como testemunha o próprio César Tito, autor da devastação; ele que durante toda a duração da guerra condeu-se com o povo submetido pelos revolucionários, muitas vezes postergando voluntariamente a captura da cidade e prolongando o sítio, tratou de dar aos culpados tempo para o arrependimento. De qualquer maneira, é possível criticar a censura que meus escritos fazem dos tiranos, das turbas de bandidos ou minhas lamentações pelas desgraças de minha nação; no entanto, é necessária compaixão pela minha dor, mesmo que isto seja contrário aos regramentos do gênero histórico. Pois de todas as cidades submetidas ao domínio romano, a nossa foi a única que depois de ter encontrado a maior prosperidade voltou a cair na mais profunda desgraça. Na verdade, em minha opinião, as catástrofes sofridas por todas as nações desde o começo do mundo, parecem inferiores se comparadas com a dos Judeus; e, como não são os estrangeiros os culpados, me foi impossível conter minhas censuras. Não discutirei com os críticos severos a respeito da emoção: que atribuam os fatos a história e as lágrimas ao historiador.

*

Nosso objetivo, neste pequeno e sucinto comentário, é localizar o documento e seu autor dentro de um contexto, apontando possibilidades de leituras. No caso do fragmento selecionado, do prólogo de “*A Guerra Judaica*”, devemos nos atentar ao esforço metodológico de Josefo; ainda consciente e vaidoso de sua tradição sacerdotal farisaica, sua obra segue estreitamente o modelo de gênero histórico praticado por gregos e latinos. Josefo é, com muita originalidade, um historiador que trabalha dentro das tradições hebraica e helenística.

Flávio Josefo, sacerdote, general e historiador, nasceu em Jerusalém, durante o primeiro ano do reinado de Calígula (entre os anos de 37 ou 38). Por conta de sua carreira política e religiosa, tomou partido no levante judaico contra Roma em 66. Em sua história da guerra dos judeus e romanos, *A Guerra Judaica*, conta que após sua captura em Jotapata, recebeu a missão divina de predizer ao general Vespasiano seu futuro como imperador. Verdadeira ou falsa a profecia, o certo é que após este incidente, Yosef ben

Mattitiahou ha Cohen deixa de figurar exclusivamente na história hierosolimitana para, como Titus Flavius Josephus, produzir uma importante obra do gênero histórico na corte da dinastia Flávia.

No fragmento selecionado observamos sua estreita ligação com uma tradição historiográfica greco-romana, que configurava um gênero literário. Josefo, que escreve em grego, língua culta no império e espécie de “segundo idioma oficial” do estado romano, deseja se vincular a esta tradição, iniciada com Heródoto e Tucídides. Mais do que a eleição da língua helena como meio para expressar sua leitura do evento narrado, devemos considerar que, ao escrever em grego, Josefo enfrenta um colossal trabalho de traduzir e interpretar em idioma estrangeiro termos e conceitos judaicos, intimamente estruturados em hebraico. Neste sentido, podemos observar que sua obra, adotando o grego, reflete a situação dos judeus da diáspora no império.

Seguindo o modelo de história estabelecido por Tucídides, Josefo se preocupa em buscar as causas profundas de grandiosos eventos contemporâneos, sendo ele mesmo testemunha de tais acontecimentos. Como Políbio, presente no cerco aos cartagineses, ou Tucídides, ativo nas guerras dos atenienses contra os lacedemônios, o historiador judeu figurou, inicialmente, nas fileiras hebraicas e, posteriormente, acompanhou os romanos em suas vitórias na Palestina. Esta característica, expressa no fragmento selecionado, é recorrente em seus modelos clássicos, já que o relato mais próximo da veracidade era entendido como o que foi produzido por um autor envolvido, testemunha, das ações descritas. Neste sentido, podemos ressaltar outra observação, contida no fragmento, refletida na censura que Josefo faz dos relatos anteriores ao seu, qualificando os mesmos como falhos, relapsos, contraditórios e mentirosos por dois motivos específicos: seus autores ou estão ocupados em narrar acontecimentos que não viveram, ou estão interessados em desenvolver relatos que bajulam os romanos e desmerecem a imagem dos judeus. Tais formulações, a de qualificar sua obra como a mais próxima da verdade e, em decorrência, o descrédito dos relatos anteriores, também coloca sua obra dentro dos modelos clássicos da historiografia romana e grega.

Outra característica fundamental da historiografia clássica desenvolvida por Josefo é a qualificação do evento narrado como o mais grandioso e importante se comparado com os outros de mesma natureza, o princípio *axiológico*. As impressionantes palavras iniciais de

Tucídides, no prólogo de sua “*Guerra do Peloponeso*”, descrevendo o evento narrado como “*a maior comoção para os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros*” (I, I, 2), em outras palavras, como a maior de todas as guerras já havidas, estão contidas também no prólogo da obra de Josefo. Tal influência da matriz metodológica tucidiana na obra do historiador judeu, ao nosso ver, deve ser entendida como fruto da enorme apreciação que Tucídides gozava na Antigüidade dentro do gênero, fato que reforça ainda mais sua vinculação com a historiografia clássica.

Também podemos observar, dentro desta percepção, que Josefo, seguindo seus antecessores gregos, prefere abordar temas contemporâneos ou quase contemporâneos, praticando a *autopsia*. Sua obra deseja produzir uma reflexão acerca de um importante evento para a história recente dos judeus, a grande revolta judaica, assim como observa

a eleição dos Flávios ao trono de Roma, relevante para todo império.

Temos, então, um quadro interessante de correspondências entre os esquemas gerais de “*A Guerra Judaica*” e a historiografia antiga clássica: uma *autopsia* interessada num evento contemporâneo, evento este classificado como grandioso (o princípio *axiológico* da narrativa – a questão da grandeza), o descrédito que as obras anteriores recebem e as qualificações de seu relato, além do uso respeitoso do grego *koiné*. Tais considerações são de grande importância ao historiador contemporâneo sensível ao ambiente cultural e intelectual sentido no mundo romano do século I.

Fonte: *The Jewish War. Books I-III*. (1989). Edição estabelecida por H. St. Thackeray. Londres, LOEB Classical Library.

REVISTA NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Instruções aos autores

A revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA é uma publicação da *Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas* - que, desde 1969, quando foi lançado seu primeiro número, vinha circulando com periodicidade trimestral e que a partir deste número passará a ser semestral. A revista propõe a publicação de artigos inéditos de História e disciplinas afins, resenhas de livros (que tenham sido publicados nos últimos dois anos, no Brasil e, nos últimos quatro anos, no exterior), fontes primárias e secundárias com comentários, entrevistas e resultados parciais de pesquisas. Os trabalhos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e/ou à avaliação de dois consultores.

Informações gerais

Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em duas vias impressas e em versão eletrônica (CD-rom, disquete ou e-mail) constando o nome do autor, instituição, endereço para correspondência e e-mail para contatos.

As colaborações poderão ser redigidas em português ou espanhol.

Deverão estar acompanhadas de um *resumo/abstract e título* em português e em inglês, de até 200 palavras, e de *palavras-chave/key words*, em mínimo de três e máximo de cinco, também em português e inglês.

As *ilustrações* ou *gráficos* deverão ser encaminhados em arquivo separado para sua reprodução.

Todos os trabalhos deverão ser digitados em MS Word versão 6.0 ou superior, fonte 12, tipo Times New Roman e espaço 1,5.

Os *artigos originais* poderão ter uma extensão mínima de 10 laudas e máxima de 25, incluindo as ilustrações, gráficos e referências bibliográficas; as *resenhas*, de até 5 laudas, as

entrevistas, até 15 laudas e as fontes primárias e secundárias até três laudas.

Apresentação dos trabalhos originais

A *primeira página* dos trabalhos deverá conter os seguintes dados: Título do trabalho; Autor(es) (sobrenome em letras maiúsculas e nomes por extenso); instituição à qual pertence o autor. Indicar em nota de rodapé: referência institucional do(s) Autor(es), Departamento, Faculdade, Instituto, Centro e Universidade; País; agência financiadora, quando houver financiamento. *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (até 5 palavras); Título em inglês, *Abstracte Key Words*;

Texto

O texto dos artigos deverá obedecer à formalidade dos trabalhos científicos e às Normas NBR 6023 da ABNT.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas (contêm apenas os trabalhos utilizados e citados no texto). Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir as NBR 6023 da ABNT.

Livros

CHESNAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?*

Sobre a história e os historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Capítulos de livros

DEVOTO, Fernando. Imigração Européia e Identidade Nacional nas Imagens das Elites Argentinas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.36-52.

Dissertações e Teses

CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860/1913*. 1976. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.

Artigos de periódicos

MATOS, Odilon Nogueira de. Luis da Câmara Cascudo, historiador e folclorista, no seu centenário. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Ano XXI, No. 172, p.3-10, jan.-mar. 1999.

Citações bibliográficas no texto

Estas deverão estar indicadas em ordem numérica, figurando como nota de rodapé e também nas referências bibliográficas ao final do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação (SILVA, 1974). Quando o nome do autor é citado no texto indica-se a data entre parênteses: “Cardoso (1999) assinala...” e se for necessário indicar a(s) página(s), esta(s) deverão seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. Exemplo: (IANNI, 1975, p.51). Quando se tratar de citações de diversas obras do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (ANDRADE, 1963a) (ANDRADE, 1963b). Se a obra tiver dois autores, ambos são indicados, por meio de & (NORMANO & LEITE, 1955) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (BARAN et al., 1966).

Notas

Devem ser reduzidas ao mínimo necessário e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas e Quadros

Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos encabeçadas pelo título.

Figuras

Gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis e deverão ser reduzidas na medida: 11,5 x 18 cm. Devem-se indicar, a lápis no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legendas das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e indicados pelo termo Figura.

Endereço para envio das colaborações:

Conselho Editorial da revista NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, Faculdade de História - CCH - PUC-Campinas; Prédio Administrativo I, Campus I - Rod. Dom Pedro I, Km 136 - Parque das Universidades - CEP 13086-900- Campinas - SP.

Tel. (19)3756-7238 - E-mail: historia@puc-campinas.edu.br

3 Apresentação

HOMENAGEM AO PROF. ODILON NOGUEIRA DE MATOS

- 5 Uma Notícia que vi nascer
Luiz Tomaz Pompeu Teixeira Mendes
- 9 Mestre Odilon
José Sebastião Witer
- 13 Tributo ao meu professor querido
João Ribeiro Júnior
- 15 Odilon Nogueira de Matos: uma fecunda existência
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- 19 Odilon: evocações e instigações
Célio Debes
- 25 As ligações do mestre Odilon com Campinas
Duílio Battistoni Filho

ARTIGOS

- 27 Sinfonia Paulista: uma visão da história de São Paulo
Odilon Nogueira de Matos
- 33 Colégio Culto à Ciência de Campinas: a transmissão dos saberes em ciências naturais
Reginaldo Alberto Meloni
- 41 Cultura e retórica no governo de D. João VI: aspectos sobre a concepção de imprensa da Gazeta do Rio de Janeiro
Juliana Gesuelli Meirelles
- 49 A História Regional: análise, discussão e contribuições
Matheus Bernardes Ferreira e Lilia Inés Zanotti de Medrano
- 57 Historiografia campineira: projeto de pesquisa
João Miguel T. de Godoy
- 67 História de Campinas na universidade.
O tema da escravidão na produção acadêmica de 1990-2005
Sulamita Ribas e João Miguel T. de Godoy
- 81 Breves considerações acerca do conceito de região
Paulo Roberto Teixeira de Godoy
- 87 Ética e Filosofia na América Latina. Entre Levinas e Dussel
José Trasferetti e Gabriel Lomba Santiago

DOCUMENTO E HISTÓRIA

- 101 Algumas considerações sobre as Corporações de Ofício no Brasil do século XIX
Artur José Renda Vitorino
- 107 A Guerra Judaica - Flávio Josefo. Prólogo da Obra
Seleção, tradução e comentários de Alex Degan